

# DIAGNÓSTICO XIKRIN DO CATETÉ 2002

---

*Levantamento geral da situação das comunidades Xikrin do Cateté e do Djudjekô, focando as realidades de maior relevância presentes no conjunto de suas relações com agentes diversos da sociedade envolvente.*

---

Relatório contratado pelo  
**Instituto Socioambiental**  
e elaborado como resultado da  
Consultoria Antropológica de  
**Cássio Noronha Inglez de Sousa**  
entre 12 de agosto e 12 de outubro de 2002.

**“DIAGNÓSTICO XIKRIN DO CATETÉ 2002 ”**  
**Cássio Noronha Inglês de Sousa**

**SUMÁRIO**

I - Apresentação Geral	01
II - Os Xikrin do Cateté	05
II.1 - Apresentação	05
II.2 - Histórico de Contato Interétnico	06
II.3 - Evolução demográfica Xikrin	12
II.4 - Considerações antropológicas sobre os Xikrin do Cateté contemporâneos	12
II.4.1 - Ocupação e mobilidade territorial	12
II.4.2 - Estrutura Política	14
II.4.3 - Modelo Econômico	16
III – Diagnóstico do Contexto Relacional Xikrin do Cateté	19
III.1 - A questão da saúde	19
III.1.1 - Histórico:	19
III.1.2 - Situação Atual	21
Saúde Primária	22
Formação dos Monitores Indígenas de Saúde (MIS)	23
Saúde Secundária	23
Saúde Terciária	24
Planejamento	24
III.1.3 – Profissionais envolvidos	26
III.1.4 - Recursos movimentados	27
III.1.5 - Diagnóstico Geral	28
III.2 – Convênio CVRD com os Xikrin	30
III.2.1 – Histórico	30
III.2.2 - Situação Atual	32
III.2.3 - Convênio CVRD / Xikrin – Profissionais envolvidos	34
III.2.4 – Convênio CVRD / Xikrin - Diagnóstico Geral	35

III.3 - Gestão da Associação Bep Noi	38
III.3.1 - Histórico	38
III.3.2 - Situação Atual	42
III.3.3 - Gestão da ABN – Profissionais envolvidos	44
III.3.4 – Gestão ABN / Quadro de Recursos Movimentados	45
III.3.5 - Gestão da ABN - Diagnóstico Geral	46
III.4 - Atividades Produtivas	50
III.4.1 - Extração de Castanha	50
III.4.2 - Outras atividades produtivas	52
III.4.3 - Atividades Produtivas – Profissionais envolvidos	53
III.4.4 - Atividades Produtivas – Recursos movimentados	53
III.4.5 - Atividades produtivas / Coleta da castanha -Diagnóstico Geral	54
III.5 - Educação escolar Xikrin	56
III.5.1 – Apresentação	56
III.5.2 - Educação escolar Xikrin– Profissionais envolvidos	59
III.5.3 - Educação Escolar Xikrin - Recursos movimentados	60
III.5.4– Educação escolar Xikrin - Diagnóstico Geral	61
III.6 – Vigilância Territorial	63
III.6.1 – Apresentação	63
III.6.2 - Vigilância Territorial – Profissionais envolvidos	66
III.6.3 - Vigilância Territorial – Recursos movimentados	66
III.6.4 – Vigilância Territorial - Diagnóstico Geral	66
III.7 – Projeto de Manejo Florestal Xikrin	69
III.7.1 - Apresentação / Histórico	69
III.7.1.1 - Antecedentes históricos	69
III.7.1.2 - Primeira Fase do Projeto	
Ruptura com modelo predatório	70
III.7.1.3 - Segunda fase do Projeto:	
Garantindo alicerces técnicos, legais e políticos	71
a) Base de Informações Técnicas	71
b) Políticas Públicas	73

c) Gestões Institucionais	73
III.7.1.4 - Terceira Fase do Projeto: Finalmente a extração	74
III.7.2 - Situação Atual	76
III.7.3 - Projeto Manejo Florestal - Profissionais envolvidos	78
III.7.4 - Projeto Manejo Florestal Xikrin - Etapas do Processo	79
III.7.5 - Projeto de Manejo Florestal Xikrin – Diagnóstico Geral	80
III.7.6 - Projeto Manejo Florestal Xikrin / ISA - Quadro de Recursos Financeiros	83
III.8 - Capacitação ISA	85
III.8.1 – Apresentação	85
III.8.2 - Capacitação / ISA – Profissionais envolvidos	89
III.8.3 - Capacitação / ISA – Recursos movimentados	89
III.8.4 – Capacitação ISA / ABN - Diagnóstico Geral	89
IV – Considerações Finais	91
V - Quadros Institucionais Sintéticos	93

### I - Apresentação Geral

O objetivo do presente Relatório é sistematizar um conjunto de informações sobre o *Contexto Relacional dos Xikrin do Cateté*, proporcionando uma visão global do inter-relacionamento entre as dinâmicas internas dessa população indígena e suas dimensões de contato com a sociedade envolvente de maior relevância.

Estão incluídas nessas dimensões assistência à saúde, educação escolar, geração de renda através de atividades produtivas, gestão de recursos financeiros, representatividade através de associação, gestão territorial e as diversas relações com agentes e instituições da sociedade envolvente: Funai, ISA, CVRD, Funasa, APITO, etc. A prioridade deste modelo analítico é proporcionar um panorama geral da situação, considerando as diversas condicionantes da atuação de cada agente (dinâmicas internas, vínculos institucionais, interesses, etc) e o processo histórico de conformação do contexto. A articulação entre as condicionantes dos agentes e o processo histórico permite -nos apontar tendências futuras.

Com a base de dados desse panorama geral, pretende -se subsidiar o processo decisório do **Instituto Socioambiental / ISA** referente aos encaminhamentos a serem dados para o **Programa Xikrin**, disponibilizando um conjunto de dados que possibilitem a elaboração de *Cenários para Planos de Gestão* de apoio aos Xikrin do Cateté, que sejam de longo prazo e integrados, ou seja, que contemplem o conjunto de dimensões relevantes para a vida dessa população indígena.

O processo de elaboração do presente Relatório foi iniciado em 12/10/2002<sup>1</sup>, com o planejamento conjunto do trabalho entre esta Consultoria e a equipe do ISA. Até o final do mês de agosto, o consultor permaneceu em São Paulo, realizando inúmeras entrevistas com profissionais do ISA e pessoas relevantes para o Contexto Xikrin, amplo levantamento de documentação e materiais de destaque e definindo, junto à equipe do ISA, os trabalhos em campo e a formatação do Relatório Final.

Em Marabá, foram estabelecidos contatos com os Xikrin aí presentes e contatadas as principais instituições atuantes no contexto relacional Xikrin: Associação Bep Noi (ABN), Funai, Casa do Índio, APITO / Funasa, ISA (Projeto Manejo Florestal e Capacitação) Associação Comercial e Industrial de Marabá (ACIM), dentre outras, objetivando a realização de entrevistas com os diversos profissionais ligados aos Xikrin, bem como a participação em reuniões.

Na aldeia, foi apresentado o trabalho da consultoria, empreendendo -se em seguida uma série de contatos pessoais, reuniões informais e entrevistas com os Xikrin e funcionários não-indígenas de campo, além da participação em reuniões formais. Em Carajás, o consultor entrevistou profissionais da Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) e do Hospital Yutaka Takeda, visitou a Chácara Xikrin, entrevistando os Xikrin que lá estavam. Em São Luís, foram realizadas entrevistas com a Coordenação de Meio Ambiente da CVRD e, em Belém, o pessoal da Secretaria de Educação do Estado do Pará (SEDUC / PA).

Paralelamente aos trabalhos de campo, o consultor iniciou o processamento do material coletado, a sistematização dos dados e elaboração dos textos. Conforme os textos ficavam

<sup>1</sup> Ver Programação da Consultoria anexa

prontos, eram encaminhados, para comentários, às pessoas com afinidade com a temática abordada. Eventuais contatos telefônicos ou via e-mail foram estabelecidos para dirimir dúvidas, acrescentar informações ou trazer esclarecimentos. Com o conjunto desses comentários, foi elaborada a versão final do Relatório.

Em todo esse processo, foram contatadas, ouvidas e entrevistadas dezenas de pessoas de diversas instituições e com distintas participações no contexto relacional Xikrin: Nilto Tatto e Sérgio Mauro (Sema) (coordenação / ISA), Isabelle Giannini (assessora antropológica / ISA), Rubens Mendonça, Max Roncoletta, Eleilton (Projeto Manejo Florestal / ISA), Marina Kahn, José Strabelli e Juliano Borneisel (Projeto Capacitação / ISA), Dr João Paulo Botelho Vieira Filho (consultor médico dos Xikrin via CVRD), Lux Vidal (antropóloga especialista em Xikrin), Eimar Araújo (administrador regional / Funai – Marabá), Brasil (indigenista / Funai – Marabá), D. Mariinha (Chefe Departamento de Educação / Funai – Marabá), Jucirene Bandeira (Assessora administrativa / ABN), Lady (APITO/Funasa), Liduína (auxiliar de enfermagem do Cateté), Ivonete (técnica de enfermagem do Djudekô), Cláudia e Ivone (professoras do Djudekô), Marialva e Rosa (professoras do Cateté), Alberto (Chefe do Posto / Funai – Cateté), Ivan (Chefe de Posto / Funai – Djudekô), Rosan Figueiredo e Josino (CVRD – Carajás), Raimundo Junior e Venâncio (CVRD – São Luís), Yuri (Hospital Yutaka Takeda/ Carajás), Romélia e Moisés (SEDUC / PA), Félix Miranda (ACIM / Marabá), Karangré, Bepkaroti, Beptum, Boatiê, Ikrô, Kangó e vários outros Xikrin de ambas as comunidades.

O contato com essas pessoas deu-se nas mais variadas situações: conversas informais, entrevistas orientadas, reuniões conjuntas, etc. O conteúdo priorizado no levantamento de informações foi: a) escopo do trabalho de cada agente; b) relação / intersecção dos profissionais e instituições com os Xikrin; c) inserção da relação com os Xikrin dentro do contexto de trabalho mais amplo; d) macrocondicionantes de cada agente; e) recursos disponíveis: pessoais, estruturais e financeiros; f) histórico / contextualização de relação com os Xikrin; g) concepções gerais de indigenismo (base conceitual de atuação); h) principais problemas e dificuldades enfrentadas; i) principais pontos positivos do trabalho; j) relação com os outros agentes e instituições; k) possibilidades de encaminhamento para potencializar os pontos positivos e solucionar os negativos.

Esse processo de levantamento de dados gerou um imenso volume de informações: mais de uma centena de documentos<sup>2</sup> (entre textos, projetos, relatórios, cartas, ofícios, mensagens eletrônicas, planilhas, atas de reuniões, resumos de seminários, etc), dezenas de entrevistas sistematizadas e um extenso conjunto de anotações. Além de volumoso, esse conjunto de informações é também altamente complexo, pois envolve dados sobre inúmeras atividades: assistência à saúde, educação, atividades produtivas, coleta de castanha, manejo florestal, gestão organizacional, convênios e projetos diversos e assim por diante. Cada uma dessas atividades tem um processo histórico progressivo, condicionantes jurídicos e determinações de políticas públicas mais amplas (como as novas definições sobre os novos formatos institucionais de assistência à saúde e educação, legislação ambiental, determinações jurídicas de apoio aos índios para a CVRD, etc.); uma complexa rede de relações intra e interinstitucionais (em cada atividade, na maioria das vezes, participa mais de uma instituição, cada qual estruturada internamente de forma diversa); distintas opiniões e abordagens das pessoas inseridas em postos-chave nas instituições e assim por diante.

<sup>2</sup> Ver lista parcial dos documentos consultados em anexo

Em muitos casos, as informações sobre um mesmo assunto são imprecisas ou estão fragmentadas entre os documentos e pessoas envolvidas, além de eventualmente surgirem dados contraditórios sobre um mesmo assunto. As informações coletadas são sempre indiretas, ou seja, fruto da vivência pessoal dos agentes envolvidos, e não da experiência pessoal e direta do consultor. Cada agente envolvido faz um distinto diagnóstico sobre o processo (incluindo os Xikrin e os outros agentes). Tensões e problemas de relacionamento entre pessoas e instituições são comuns e refletem-se diretamente sobre as informações coletadas. Constitui, portanto, um grande desafio para o consultor, processar e articular todo esse abundante e complexo conjunto de dados, superando imprecisões, fragmentações e contradições e, através de um trabalho de “costura”, delinear um panorama geral que seja amplo e contemple as diversas perspectivas.

Outro desafio, tão grande quanto o primeiro, é a formatação de um texto que exponha esse panorama geral de forma objetiva e sintética, respeitando toda sua amplitude e complexidade. Organizar o diagnóstico das diversas áreas de assistência, atividades, projetos e instituições relevantes para o contexto Xikrin representou uma grande dificuldade, há vista sua frequente fragmentação e coincidência. Desta forma, as áreas de assistência (saúde, educação, atividades produtivas, etc.) implicam inúmeras atividades, realizadas muitas vezes por mais de uma instituição e contemplando mais de um projeto. Por outro lado, as instituições, em sua maior parte, atuam em distintas áreas de assistência e desenvolvem mais de um projeto e inúmeras atividades junto aos Xikrin instituições. Os projetos, por sua vez, podem ser realizados por uma ou mais instituições e, não raro, abarcar atividades que envolvam mais de uma área de assistência.

A opção escolhida foi a segmentação através dos seguintes itens: Saúde, Educação, Gestão da ABN, Convênio CVRD com os Xikrin, Atividades Produtivas, Vigilância Territorial, Projeto de Manejo Florestal e Capacitação / ISA. Como se vê, foi uma opção que mesclou tanto as áreas de assistência, projetos, atividades, como instituições. Dado o acima citado inter-relacionamento entre todos esses aspectos, o texto final muitas vezes retorna a o mesmo ponto e aborda as mesmas situações em diferentes momentos, embora isso faça parte da estratégia de “costura” necessária para realizar a síntese a que se propôs esse Relatório. Num segundo momento, entretanto, ressystematizamos o diagnóstico de forma sintética, em uma Tabela, a partir de uma perspectiva institucional, ou seja, destacando e detalhando a atuação de cada instituição junto aos Xikrin.

Outra dificuldade foi “acertar o ponto” das descrições, tendo em vista que o público do Relatório é composto por pessoas que estão diretamente relacionadas aos Xikrin e, desta forma, na maior parte das vezes detêm mais informações e conhecimento que o próprio consultor. Era preciso redigir o texto o mais sintético possível, mas garantindo uma visão do todo com um mínimo de detalhamento em cada área, evitando ser apenas óbvio para seus leitores.

Assim, foi preciso apresentar os Xikrin e sua situação contemporânea de forma a explicitar suas conexões com os diversos agentes do contexto relacional, os processos históricos de cada relação, mas também considerando as dinâmicas e especificidades socioculturais internas. Para tanto, dada a indisponibilidade de tempo para efetuar um trabalho etnográfico, necessário para tais análises, aproveitamos nossa experiência de pesquisa com temática similar junto aos Kayapó Gorotire e as informações e reflexões etnográficas de Lux Vidal, Isabelle Giannini e César Gordon. A organização geral do texto ficou assim estabelecida:

## a) Os Xikrin:

- Apresentação geral: Informações básicas sobre o grupo
- Histórico de contato interétnico: Processo de ampliação e intensificação das relações entre os Xikrin e os não-índios (*kuben*), embasando seu atual contexto relacional.
- Comentários etnográficos: Análises sobre a organização política, ocupação e mobilidade territorial e modelo econômico Xikrin, com o propósito de indicar suas dinâmicas internas, adaptações e ressignificações socioculturais face ao contato com os *Kuben*.

## b) Contexto Relacional Xikrin:

- Diagnóstico dos seguintes aspectos: saúde, educação, atividades produtivas, gestão da ABN, Convênio CVRD / Xikrin, Vigilância Territorial, Projeto de Manejo Florestal Xikrin e Projeto de Capacitação / ISA.
- Análise, para cada um desses aspectos, das seguintes questões: histórico, agentes envolvidos, situação atual, profissionais envolvidos, recursos movimentados e diagnóstico geral.
- Tabela Institucional: Sistematizando o diagnóstico a partir do trabalho e da situação de cada instituição envolvida.

Há que se destacar, ainda, o momento extremamente complexo e dinâmico do contexto Xikrin – talvez por isso mesmo merecendo um diagnóstico – fazendo com que o contexto analisado sofresse diversas alterações e reviravoltas durante o processo de pesquisa. Durante e após os levantamentos houve a dispensa, por parte dos Xikrin, de Eleilton (Projeto Manejo Florestal) e de Liduína (Auxiliar de enfermagem do Cateté). Também ocorreram problemas na relação dos Xikrin com Rubens (coordenador Projeto Manejo). Projetos estavam sendo elaborados, voltados especialmente para 2003. Por fim, houve a invasão da Mina de Carajás por parte das mulheres Xikrin, intensificando processos de tensão.

Enfim, é possível que fatos novos surjam entre o momento de redação deste Relatório e a leitura do mesmo. A intenção do consultor, entretanto, é proporcionar uma base de dados e modelo analítico que permitam a construção de tendências e cenários futuros para os Xikrin e a definição dos encaminhamentos necessários a serem dados para os trabalhos do ISA junto aos Xikrin.

## II - Os Xikrin do Cateté

## II.1 - Apresentação

População indígena falante da língua Kayapó (*mebengokrê*), da família lingüística Jê e tronco lingüístico Macro-jê, os Xikrin do Cateté consistem hoje em 716 indivíduos<sup>3</sup> que vivem em duas comunidades – Cateté (476) e Djudjekô (240) – nos 439.151 ha da Terra Indígena Xikrin, homologada em 1991 e localizada no município de Parauapebas (PA). São os seguintes seus limites:

- Norte: o rio Aquiri separa a área da Floresta Nacional Tapirapé / Aquiri, localizada na Serra Carajás
- Sul: a rodovia PA-279
- Oeste: linha seca que exclui as cabeceiras de afluentes do rio Cateté
- Leste: rio Itacaiúnas, que separa da área de posse da CVRD.

As duas aldeias localizam-se à margem esquerda do rio Cateté, sendo de 18 km a distância entre ambas. Os Xikrin têm acesso às cidades da região através dos rios Cateté e Itacaiúnas, que os levam a Marabá através de 300 km de navegação, assim como ao Núcleo Urbano de Carajás, através da conexão com a localidade denominada Caldeirão – acampamento da CVRD a 90 km, pelo rio, das aldeias Xikrin. Além disso, dispõem de uma estrada de 150 km de extensão, que liga as aldeias à Rodovia PA-279 às cidades de Tucumã e Ourilândia do Norte. Outra estrada, em fase de conclusão, ligará as aldeias e a sede do Projeto de Manejo Florestal Xikrin à cidade de Água Azul, também localizada na PA-279, diminuindo a distância em cerca de 50 km até a PA 050, que dá acesso às principais cidades da região (Xinguara e Marabá).

A região habitada pelos Xikrin do Cateté apresenta ecossistemas de floresta tropical, clima quente e muito úmido, com altos índices pluviométricos, numa Zona de Transição ecológica onde florestas altas e cerrados se misturam proporcionando uma alta diversidade biológica..

Os Xikrin, a exemplo dos outros Kayapó, se autodenominam *Mebengokre* (*gente do buraco d'água* ou *gente da água grande*) e o nome Xikrin foi uma assimilação da forma como outro grupo Kayapó – os extintos Ire'amrayre – os denominavam. Apesar de se considerarem autônomas entre si, os Xikrin mantêm uma relação de identidade com as outras comunidades Kayapó, especialmente com os Xikrin do Bacajá. Com os outros povos indígenas a relação é mais distante, embora atualmente – com a ampliação de seus horizontes relacionais – façam a distinção entre eles e os não-índios (*Kuben*).

Desta forma, distinguem-se entre Cateté e Djudjekô, como aldeias de uma mesma comunidade, os Xikrin do Cateté que, por sua vez, constituem uma comunidade autônoma, mas ligada aos outros Kayapó, identidade que os diferencia das outras populações indígenas – por isso utilizam o termo Kayapó Xikrin. Utilizam o termo *mebengokrê*, tradicionalmente

<sup>3</sup> Veja tabela de evolução demográfica no próximo capítulo, para observar como o grupo evoluiu de uma "quase extinção" em 1962, quando contava com apenas 90 indivíduos para a situação atual de franco crescimento demográfico.

uma auto-denominação, para se identificar junto a outros povos indígenas, em contraste com os não-índios, os *Kuben*.

## II.2 - Histórico de Contato Interétnico

Atribui-se ao sul do Maranhão a origem geográfica dos Kayapó em geral, aí incluindo-se também os Xikrin. Uma série de razões, entre elas a ocupação do interior nordestino, estimulou um processo de migração dos Kayapó para o oeste, gerando uma seqüência de cisões das quais se originaram os diversos sub-grupos Kayapó, que finalmente estabeleceram-se numa grande região do interflúvio Araguaia – Tocantins. Devido à estrutura e dinâmica política dos Kayapó, essas cisões acabam gerando tensão e conflitos entre as comunidades. Durante o século XIX e no início do século XX, os Xikrin mantiveram uma relação de belicosidade com os Kayapó Gorotire e Ire'ãrayre (estes, já extintos). Com a chegada de colonizadores (pequenos rancheiros) e exploradores (balateiros, castanheiros, gateiros, etc.), iniciam-se também expedições guerreiras contra regionais. Muito devido a toda essa situação, dá-se a separação entre Cateté e Bacajá, no início do século XX. Em meados desse mesmo século, os Xikrin se estabelecem em torno do Posto Las Casas, próximo a Conceição do Araguaia, onde mantém relações mais próximas com os extratores regionais e recebem assistência do SPI.

Em 1953, o grupo Xikrin que se encontrava em Las Casas se divide, algumas famílias permanecendo, preferindo ficar e depois unir-se aos Gorotire; os outros, acompanhados pelo sertanista Hilmar Kluck, são levados de volta para a região do Cateté, onde se estabelecem durante a década de 1950.

No início dos anos 60, entretanto, o grupo se fragmentou devido aos contatos mantidos com os regionais, especialmente castanheiros e fazendeiros, com os quais os jovens chegaram a trabalhar. Muitas expedições foram realizadas a Marabá e o grupo já sofria diversas baixas devido a epidemias de doenças do contato. Em 1962, o etnólogo Frikel vis ita o grupo e observa essa situação, destacando que havia dois grupos na aldeia, os “conservadores” e os “progressistas”, sendo que os primeiros preferiram ficar na aldeia nas margens do Cateté e o segundo estabeleceu-se nas cercanias dos castanheiros e com acesso a estes facilitado (Boca do Cateté no Itacaiúnas), para poder com eles estabelecer relações mais próximas, especialmente para a obtenção de mercadorias. A frustração desse segundo grupo foi grande, seja pelo insucesso comercial ou pelas inúmeras epidemias que os castigaram, causando inúmeras mortes. Nesse momento, em decorrência da redução demográfica, os Xikrin contavam apenas com 92 indivíduos dos quase 300 que vieram junto com Kluck de Las Casas.

Em 1964, o missionário dominicano Frei José Caron é trazido por Frikel para residir e iniciar um trabalho de reorganização junto aos Xikrin. O primeiro passo, que contou com grande apoio e estímulo das mulheres, foi garantir o retorno das dezenas de jovens espalhados pelos castanhais e fazendas da região, onde trabalhavam quase como escravos. O objetivo era estabilizar os Xikrin na aldeia e aos poucos recuperar a saúde, a vida econômica e instituições sociais - como o *Ngôbe*, conselho dos homens que havia se desarticulado no período da dispersão - e desenvolver atividades econômicas para obtenção de mercadorias (coleta de castanha e marisca - venda de peles de animais).

Foram anos difíceis, de muito trabalho e persuasão junto aos jovens, que insistiam em retomar o contato com os regionais. O resultado, porém foi positivo, pois no início da década de 1970 a aldeia estava estabilizada, e o estado de saúde dos Xikrin havia melhorado, estimulando inclusive a retomada demográfica - em 1969, por exemplo, já eram 119 pessoas na aldeia. Além disso, os Xikrin estavam satisfeitos com a organização e o resultado da articulação econômica realizada por Caron, que intermediava a comercialização de castanha e peles, garantindo um bom retorno de mercadorias para a aldeia. Nesse momento, chegam o médico Dr João Paulo Botelho Vieira Filho, que inicia seu trabalho de apoio sistemático à saúde Xikrin e a antropóloga Lux Vidal que, paralelamente à sua pesquisa de campo, e junto com Dr João Paulo e outros interessados, forma o *Comitê de Apoio aos Xikrin*, para canalizar ações em benefício ao grupo.

Frei Caron deixa o Cateté em 1970 e, seus auxiliares, alguns meses depois. Os Xikrin ficam até 1973 sem uma assistência permanente, quando a FUNAI estabelece um Posto Indígena, iniciando seu trabalho sistemático com o grupo, priorizando a questão da saúde, das atividades produtivas e geração de renda e iniciando o processo de demarcação territorial.

No final da década de 70, a assistência aos Xikrin era prestada principalmente pela FUNAI, com participação do Comitê de Apoio aos Xikrin. O desenvolvimentismo governamental, entretanto, já começa a se estabelecer na região, com a ampliação da rede viária, projetos de colonização, estímulo aos garimpos, financiamento para abertura de fazendas e assim por diante. Esse contexto, que já começava a ter seus efeitos sobre a vida dos Xikrin, motivou a aceleração dos levantamentos voltados para a demarcação da área Xikrin, finalizados em 1981, contando com apoio da FUNAI de Brasília e com a participação de Lux Vidal. O tamanho total do território Xikrin, entretanto, foi consideravelmente reduzido em relação ao que havia sido proposto, conforme indicado em PIB/CEDI (1990: 317).

Com a chegada dos anos 80, entretanto, a região dos Xikrin é definitivamente incorporada ao desenvolvimentismo regional:

- a) Em 1982, após anos de pesquisa, é instaurado Projeto Carajás, que inicia exploração mineral em larga escala em área contígua aos Xikrin.
- b) Construção da estrada PA-279, ligando Redenção a São Felix do Xingu
- c) Estabelecimento do Núcleo Urbano de Tucumã, a partir de um projeto de colonização privado
- d) Consolidação de grandes fazendas na região do entorno da área indígena.
- e) Exploração de madeira na região, incluindo a área Kayapó Gorotire e Kikretum.

Foram anos agitados, de muitas mudanças. Por um lado, a abertura da nova estrada e de Tucumã, o estabelecimento de centenas de fazendas na região e o início da “febre” de extração de madeira proporciona um rápido e intenso processo de modificação da paisagem regional, “ilhando” os Xikrin e exercendo grande pressão sobre seu território. Foram registradas inúmeras invasões da Terra Xikrin, entre elas a da Fazenda Gran-Reata, que se estabeleceu dentro da área Xikrin, desmatando a floresta para abertura de pasto e estruturando sede. Essa invasão gerou longo e complexo processo judicial, que apenas anos depois determinou a retirada do fazendeiro.

Em 1982, os financiadores da implantação do Projeto Carajás – especialmente Banco Mundial – vinculam a liberação de recursos a um investimento da CVRD junto a populações do entorno, entre elas os Xikrin. Em consequência disso, é firmado Convênio (inicialmente 059/82 e depois 453/89) entre a CVRD e FUNAI, voltado para a assistência aos povos indígenas nas áreas de demarcação e vigilância territorial, educação saúde, atividades produtivas e infra-estrutura. O Convênio garantiu um grande fluxo de recursos, permitindo que a FUNAI melhorasse sua assistência aos Xikrin consideravelmente. O Convênio contou com a assessoria de antropólogos, entre eles Lux Vidal.

Por outro lado, o intenso envolvimento dos Kayapó Gorotire e Kikretum com a exploração de garimpos e de madeira teve reflexos nos Xikrin. Desde que o fluxo de recursos provenientes dessa exploração se avolumaram, os Gorotire e Kikretum passaram a visitar outras aldeias Kayapó – entre elas o Cateté – com presentes e propostas para iniciar a exploração. Além das “vantagens” comerciais, a manipulação política do envolvimento pelos Gorotire – poder de acesso a mercadorias e benefícios ilimitados a partir dos recursos das atividades – instigava os Xikrin a se envolverem com a exploração, especialmente os mais jovens.

- x Em 1985 é firmado o primeiro contrato de extração de 8.000m<sup>3</sup> de mogno da área Xikrin, celebrado entre a empresa IPAMA e Karangré Xikrin, com interveniência da FUNAI. Em 1987 a área é invadida por outra madeireira, que é obrigada a indenizar os Xikrin. Finalmente, em 1989, é firmado contato entre Bepkaroti e Karangré Xikrin e a madeireira Bannach para a extração de 20.000m<sup>3</sup> anuais de mogno por um prazo de cinco anos. O contrato era evidentemente lesivo aos Xikrin, além de conter todos os vícios: preços pagos à madeira muito mais baixos que o padrão regional, falta de controle da saída da madeira e superfaturamento dos pagamentos feitos aos índios. O resultado era a permanente situação de endividamento dos índios, fato que os deixava revoltados, especialmente porque os recursos eram apropriados por apenas algumas lideranças.

Foram feitas inúmeras advertências e denúncias sobre esse processo, por diversos agentes e instituições: funcionários da FUNAI (especialmente o então chefe da Ajudância de Marabá, José Ferreira Campos Junior), Lux Vidal, Isabelle Giannini, Dr João Paulo (em seus relatórios anuais), funcionários da CVRD, entre outros. Com apoio de membros da própria comunidade, descontentes com os encaminhamentos e os resultados do envolvimento com a exploração de madeira, é iniciado um processo de discussão interna e busca de apoio externo para encerrar os contratos com madeireiras. Em 1990, com apoio da CVRD, NDI, CEDI e orientação das antropólogas citadas acima, os Xikrin conseguem a anulação do contrato com a Bannach.

O processo, no entanto, não foi linear nem definitivo. Entre 1990 e 1993, vários contratos foram ainda firmados entre alguns membros individuais Xikrin e empresas madeireiras, muitas vezes à revelia e em oposição ao restante da comunidade. Isso gerou um movimento tenso e controverso no seio da comunidade, no qual uma grande maioria se colocava contra os contratos, enquanto algumas lideranças insistiam no retorno das madeireiras. Uma das consequências foi a divisão da aldeia do Cateté, com a formação do Djudjekô; acelerando um processo cuja motivação inicial era de subsistência, ou seja, a busca de novos horizontes de produção. Karangré, uma das principais lideranças envolvidas com exploração de madeira, se isola da comunidade e passa a residir, durante um período, na cidade de Tucumã.

- x Só a partir de 1993 é possível afirmar que os contratos dos Xikrin com madeireiras estavam definitivamente encerrados. Naquele momento, a antropóloga Isabelle Giannini, com apoio do CEDI e NDI e outras instituições, iniciava um processo de discussão com a comunidade sobre as possibilidades de implantação da exploração madeireira com bases sustentáveis, iniciando o Projeto de Manejo Florestal Xikrin. Em 1991, começa a realizar os levantamentos florestais necessários para respaldar a iniciativa.

A partir desse momento, a articulação entre as instituições – FUNAI, CVRD e ISA (que resulta da fusão do CEDI e NDI a partir de 1995) – foi possível fazer com que os índios “resistissem à tentação” do acesso aos recursos e mercadorias propiciado pelas madeireiras e mantivessem a ruptura com elas.

Por um lado, mais recursos e benefícios foram gradados a partir do fortalecimento do apoio da CVRD, através do Convênio com a FUNAI: infra-estrutura (casas de alvenaria, saneamento, melhoria de estradas, etc.) e, principalmente, o estabelecimento de uma *Verba Mensal*, que seria destinada aos gastos pessoais dos Xikrin até que suas atividades econômicas os tornassem sustentáveis economicamente. A assistência em saúde e educação continuava com apoio suplementar da CVRD, sob gestão da FUNAI.

- x Por outro lado, intensificaram-se as discussões e levantamentos em torno do Projeto de Manejo Florestal Xikrin. Em 1991, é realizado um Zoneamento Ambiental da Área Xikrin, com apoio do FNMA / SEMAM e da CVRD. Em 1994, são realizados Inventários florestais das áreas de manejo. Entre 1996 e 98, com apoio do PDA, são aprofundados os levantamentos do Zoneamento Ambiental, resultando no Plano Diretor da Área Indígena Xikrin. A condução do processo priorizou a participação dos Xikrin, na discussão das propostas, estratégias, tarefas a serem realizadas, financiamentos obtidos e nos trabalhos de levantamentos de campo. Com o objetivo de consolidar uma estrutura própria para gerenciar o Projeto de manejo florestal, especialmente os recursos advindos da ~~comercialização da~~ comercialização da madeira, é estimulada formação de uma organização Xikrin. Em 1995 é criada a *Associação Bep Noi de Defesa do Povo Xikrin do Cateté (ABN)*, embora nos primeiros anos não tenha assumido ou realizado tarefas concretas.

Paralelamente à consolidação, mas aproveitando suas discussões, pessoal envolvido e financiamentos, é estimulada a retomada da extração e comercialização de castanha-do-pará, paralisada em 1987 devido ao desinteresse econômico da atividade, gerado tanto pela falta de apoio, estrutura e acompanhamento como pelo grande fluxo de recursos advindos dos

- x contratos com madeireiras. Em 1993, é elaborado o *Estudo para implantação de projeto de processamento descentralizado de castanha do Pará*, que visava não só a coleta, mas também o beneficiamento da castanha. Foram montadas duas mini-usinas de beneficiamento, adquirida embarcação e realizada limpeza dos rios para o transporte. As safras de 1997 a 2000, apesar da irregularidade, envolveu todos os Xikrin – inclusive as mulheres, no beneficiamento - representando um grande estímulo para a atividade.

A essa intensa participação, à perspectiva de estruturação de uma fonte de renda própria e aos benefícios do Convênio CVRD / FUNAI é atribuído o sucesso na ruptura entre os Xikrin e os madeireiros. O final da década de 1990, entretanto, trouxe algumas mudanças nesse cenário. Num plano mais amplo, o indigenismo oficial foi fragmentado, com o repasse da responsabilidade da educação indígena da FUNAI para o MEC e governos estaduais e municipais (definida inicialmente em 1991, através de decreto Presidencial 29/01 e

reforçada em 1999, com a Resolução 003/99). Em 1999, a saúde é transferida da FUNAI para a FUNASA, através dos Distritos Sanitários Especiais Indígenas / DSEIs e de organizações conveniadas. Amplia-se, desta forma, o cenário de instituições envolvidas com os Xikrin, com a inserção da Secretaria de Estado da Educação / SEDUC, FUNASA, Associação dos Povos Indígenas do Tocantins (APITO), FUMEP / Prefeitura de Parauapebas entre outras.

Por outro lado, a partir de 1999, a CVRD decide transferir o repasse dos recursos de seu Convênio com a FUNAI diretamente para a ABN. Ainda era mantida, no início, a supervisão da FUNAI sobre a gestão desses recursos, que contavam com apoio de uma equipe (administrativa e técnica de campo – enfermeira, professores, etc.) contratados pela CVRD através da Fundação Zoobotânica (FZB). A sede da ABN funcionava na própria FUNAI, o que facilitava o acompanhamento. Aos poucos, entretanto, a FUNAI distancia-se da gestão, representando um momento importante para esse distanciamento a vinda de Karangré – presidente da ABN – para residir em Marabá, como propósito de assumir a função de ordenamento de despesas. Em 2002, com a transferência da sede da ABN para outro local, praticamente desaparece o tenuous acompanhamento que a FUNAI ainda mantinha sobre a gestão dos recursos do Convênio CVRD.

Como esse Convênio incluía recursos voltados para atendimento à saúde e educação e dada a descentralização da responsabilidade dessa assistência para outros órgãos, perdeu-se a coordenação geral da FUNAI que, com todas suas dificuldades realizava a conciliação dos recursos convencionais e extraordinários – provenientes da CVRD – para cada atividade. O resultado inicial foi uma desarticulação entre as diversas instituições, prejudicando o andamento das atividades em campo. Também contribuiu para essa desarticulação a falta de capacitação gerencial e técnica da ABN, que passou a gerenciar os recursos do Convênio CVRD e que poderia eventualmente coordenar as atividades

Ao mesmo tempo, crescia a expectativa dos Xikrin em relação ao retorno financeiro do Projeto de Manejo Florestal. Os desafios do Projeto não foram pequenos. Foram necessários quase 10 anos de levantamentos e pesquisas para chegar a uma base de dados e planejamento necessários para respaldar a extração. Além disso, dada o caráter inédito e pioneiro da iniciativa, o ISA precisou realizar uma série de discussões com especialistas instituições, no sentido de viabilizar respaldo jurídico para a atividade, com sua contemplação e regularização nas Políticas Públicas. Nesse processo, foram necessárias inúmeras gestões institucionais, junto a diversos órgãos, que tiveram que suplantar resistências e oposição ao Projeto. Com apoio da mobilização dos Xikrin, que fecharam a estrada que liga Parauapebas a Carajás em 1998, conseguiu-se a aprovação formal para o Projeto por parte da FUNAI e IBAMA, através de Portaria Interministerial. Finalmente, foi preciso obter o alto volume de recursos necessários para a implantação da estrutura necessária para o início da extração, que foi viabilizado através de Contratos entre o ISA e CVRD (053/99), com recursos do Banco Mundial e entre o ISA e o ProManejo (Contrato 077/99).

Essa nova fase do projeto implicou inúmeras e complexas ações por parte da equipe do Projeto: instalação de pesada infra-estrutura: estradas, alojamento, etc.; organização e controle da extração; envolvimento com o beneficiamento – serraria -, estruturação da comercialização; busca de compradores; adequação do processo para a Certificação Florestal e assim por diante. A complexidade e o ineditismo das tarefas, somadas às dificuldades

naturais de tornar um negócio de tal vulto rentável – especialidade típica de empresas, mas não do universo das ONGs – fez com que a equipe do Projeto se distanciasse das outras dimensões da vida Xikrin, concentrando-se nas atividades do manejo. O próprio diálogo com as comunidades se atenuou, diminuindo a compreensão e participação dos Xikrin no processo decisório e de execução do projeto. Inúmeras dificuldades somaram-se ao período necessário para que os investimentos no negócio pudessem começar a proporcionar retorno financeiro, comprometendo o volume de recursos resultante das safras de 2000 a 2002, gerando uma crescente insatisfação entre os Xikrin.

Com a saída da antropóloga Isabelle Giannini - assessora da CVRD no Convênio Xikrin/CVRD/Funai e assessora antropológica do ISA -, entre outros fatores, houve um "distanciamento" da equipe do Projeto de Manejo / ISA do restante do contexto Xikrin, além de contribuir para o processo de desarticulação institucional e fazer com que o ISA não acompanhasse de perto o fulminante processo de complicação gerencial e endividamento da ABN. Desde a vinda de Karangré para Marabá, o paulatino distanciamento da FUNAI e a transferência de sua sede, a ABN passou a enfrentar um total descontrole dos gastos e registro financeiro, afetando o andamento das atividades de apoio da CVRD em área.

A presença de Karangré em Marabá em si representou aumento de gastos da ABN, além de estimular a vinda cada vez mais constante dos Xikrin para a cidade, gerando altos custos com transporte (frete da área para a cidade e em taxi), alimentação e estadia na cidade. Os gastos pessoais dos Xikrin cresceram radicalmente, sorvendo inclusive recursos que teriam outras finalidades: saúde, educação, vigilância, etc., o que comprometeu as atividades em campo, trazendo descontentamento às comunidades. Um bom exemplo é a safra da castanha de 2002, cujo orçamento inicial era de R\$ 117.000,00, radicalmente superado pelos, mais de R\$ 400.000,00 gastos efetivamente, em muitos casos com itens totalmente estranhos à atividade, como colchões, rádios, etc.

Dividas no comércio se acumularam. No início de 2002 eram cerca de R\$ 300.000,00; chegando a R\$ 900.000,00 em abril, sendo reduzidos com o aporte financeiro da CVRD, mas novamente subindo para R\$ 700.000,00 em agosto, fomentando denúncias junto à Associação Comercial e Industrial de Marabá (ACIM) e Procuradoria do Estado e da República. Numa espécie de desvaio de consumo, os Xikrin pressionam a ABN e a CVRD para diversos gastos, como a aquisição de veículos e micro-ônibus e demonstram enorme insatisfação quanto aos poucos resultados financeiros do Projeto de Manejo. As deficiências na assistência, devido à falta de recursos geram um descontentamento crescente na comunidade e acarretam tensões com os profissionais de campo. Basta dizer que, apenas no período dos levantamentos realizados para este diagnóstico, foram dispensados dois funcionários com anos de trabalho junto aos Xikrin. Uma auxiliar de enfermagem há mais de dez anos no Cateté e um técnico florestal do Projeto de Manejo com 4 anos de campo. A relação com o Projeto Manejo Florestal fica delicada, especialmente pela falta de informações e discussões da qual os Xikrin se queixam. Os índios chegam a questionar a atuação de Rubens Mendonça no papel de coordenador do projeto de manejo e demonstrar insatisfação com a pouca presença do assessor antropológico – César – que se desligou do projeto em meados de 2002.

Além disso, a comunidade em geral não enxerga benefícios diretos dos recursos gastos pela ABN, considerando que são todos feitos na cidade e não chegam à aldeia, o que estimula ainda mais as idas descontroladas às cidades. A complexa situação foi observada pela equipe

de Capacitação do ISA, quando intensificou seus trabalhos junto à ABN no início do ano. Todas as instituições envolvidas têm sentido dificuldades de desenvolver seus trabalhos nesse contexto, ensejando uma solução conjunta para a situação.

### II.3 - Evolução demográfica Xikrin

Ano	População			Fonte
1953	200	Las Casas		Lux Vidal
1962	164	Itacaiúnas		Protásio Friel
1966	90	Cateté		Frei Caron
1969	119	Cateté		Lux Vidal
1971	130	Cateté		Lux Vidal
1976	183	Cateté		Lux Vidal
1982	263	Cateté		Lux Vidal
1984	285	Cateté		Dr. João Paulo
1989	302	Cateté		Dr. João Paulo
1992	449	Cateté		Dr. João Paulo
1993	480	Cateté		Dr. João Paulo
1995	535	Cateté		Dr. João Paulo
1996	567	Cateté: 493	Djudjekô: 74	Dr. João Paulo
1998	631	Cateté: 552	Djudjekô: 79	Dr. João Paulo
1999	659	Cateté: 446	Djudjekô: 213	Dr. João Paulo
2002	716	Cateté: 476	Djudjekô: 240	APITO

### II.4 - Considerações antropológicas sobre os Xikrin do Cateté contemporâneos

Antes de passarmos às análises específicas de cada uma das dimensões do Contexto Relacional dos Xikrin, é importante pontuar algumas questões de cunho antropológico para entendermos a situação contemporânea dessa comunidade. O interesse dessas considerações é discutir e entender as dinâmicas internas e condicionantes estruturais da atuação dos Xikrin.

#### II.4.1 - Ocupação e mobilidade territorial

O modelo de ocupação e mobilidade tradicional dos Xikrin, a exemplo dos Kayapó em geral, era baseado em complexa articulação entre períodos de permanência nas aldeias e períodos de expedições pelo seu território. Durante a permanência na aldeia, os Xikrin dedicavam-se ao trabalho nas roças e mantinham intensa vida ritual, realizando expedições mais curtas para coleta de materiais, conflitos ou caçadas mais longas, embora não costumassem se distanciar demasiadamente do território circunvizinho à aldeia.

As expedições eram dedicadas principalmente às caçadas coletivas, coletas sazonais (frutas, fibras, etc.), busca de novas aldeias ou visita às aldeias e acampamentos antigos. Essas expedições poderiam envolver desde alguns homens de uma família, membros de uma mesma categoria de idade ou até a comunidade inteira, quando acampamentos numerosos eram montados na mata, onde os índios ficavam alojados por um período, e que seguiam todas as características de uma aldeia: disposição das casas por famílias, divisão de trabalhos e constituição do *ngôbe*, o local onde os homens se reúnem para realizar as reuniões.

No contexto desse modelo, entretanto, os Xikrin não passavam mais do que alguns anos em cada aldeia, procurando sempre novos locais para se estabelecerem. Além das cisões no seio das comunidades, as razões para essa permanente mudança giravam em torno da busca de locais onde os recursos de subsistência fossem mais abundantes: maior disponibilidade de terrenos para roças, maior abundância de caça, pesca e itens de consumo cotidiano (madeira, cipós e palhas para a construção de casas, fibras e outros elementos para a confecção de artefatos, etc.). Com o passar dos anos numa mesma aldeia, esses recursos vão escasseando, devido ao uso intensivo, o que levava os Xikrin a se mudarem para outros locais e deixarem o território das antigas aldeias se recompondo ambientalmente. Além disso, o fato de muitas pessoas morrerem – com o passar dos anos – num mesmo local, estimulava os Xikrin a abandoná-lo, sob a alegação de acúmulo de “espíritos” (*mekaron*).

Esse sistema tradicional, entretanto, foi modificado com o estreitamento da relação entre os Xikrin e a assistência dos não-índios, especialmente da FUNAI. Garantia de um permanente atendimento à saúde – que passou a ser visto como essencial pelos índios – serviço de educação escolar, fluxo permanente de mercadorias junto aos Postos Indígenas foram as motivações iniciais para essa modificação, intensificadas ainda mais com a consolidação da infra-estrutura nas aldeias: casas de alvenaria, poços e canalização de água, energia elétrica, rede viária e assim por diante.

Os Xikrin ocupam a aldeia do Cateté há várias décadas e vivenciam todos os problemas de encontrar terrenos para seus roçados, caça, peixes e itens de coleta flores tal próximos à aldeia. Além disso, o lixo se acumula em torno das casas, estimulando uma série de doenças, como a escabiose. Os próprios índios reconhecem os problemas e a queda da qualidade de vida nos parâmetros tradicionais, mas não conseguem viabilizar as soluções baseadas na mudança de aldeia devido a toda rede de assistência (médica, escolar, habitação, transporte e fluxo de mercadorias) da qual já estão dependentes. A mudança de parte da comunidade para o Djudjekô, apesar de um desfecho político, teve suas origens na busca por melhores condições de subsistência – dimensão econômica – por parte de alguns Xikrin.

Apesar disso tudo, não é possível afirmar que os Xikrin tenham se tornado apenas sedentários e que tenham interrompido completamente sua mobilidade territorial. A precariedade de terrenos para roça, pouca disponibilidade de caça e pesca e redução dos insumos florestais próximos à aldeia são problemas parcialmente resolvidos com veículos, de propriedade dos Xikrin, que realizam o transporte, facilitando o acesso aos recursos necessários. Além disso, há toda uma complementação alimentar com mercadorias compradas nas cidades. Soluciona-se um problema, intensificando, entretanto, um outro: o da dependência.

Por outro lado, a disponibilidade de veículos e recursos, permite que os Xikrin – agora “sedentários” na aldeia, possam viajar cada vez mais para as cidades em busca de elementos

para suprir as novas necessidades. Vários Xikrin já fixaram residência nas cidades da região (Tucumã, Parauapebas, Carajás e Marabá), em diversas situações e por períodos variados. Nos últimos dois anos, foi espantoso o fluxo de Xikrin para Marabá, alojando -se na Casa do Índio / Funai, casas de Xikrin ou mesmo em hotéis e pensões, com subsídio da ABN/Convênio CVRD. São viagens muitas vezes motivadas por reuniões para pressionar a CVRD ou ABN para liberação de recursos para a comunidade ou, o que tem sido muito comum, para obtenção de recursos ou ganhos individuais, já que o fluxo redistributivo das lideranças não tem funcionado a contento, segundo os próprios Xikrin.

Os Xikrin desenvolveram um amplo conhecimento dos mecanismos e possibilidades de transporte para a cidade: têm seus veículos próprios, pedem carona para a Funai e sabem pressionar para conseguir fretes terrestres e remoções aéreas. Regionalmente conhecem os esquemas de ônibus, vans e trem para circular pelas cidades e, especialmente, para ir a Marabá. Nas cidades, conhecem motoristas de táxi que os transportam por todos os lados, sabem em que lojas procurar o que precisam, inclusive artigos bem específicos, como os vestidos feitos sob encomenda para as mulheres Xikrin e têm mapeado todo um circuito de "circulação" urbana, que inclui ABN, Funai, Funasa, comércios, etc. Por fim, os Xikrin têm um apurado mapeamento do entorno de Marabá – e mesmo de dentro da própria cidade – onde podem encontrar plantas úteis em seu cotidiano: jenipapo, urucum, babaçu, inajá, fibras diversas, remédio, etc. Sempre que necessário e possível, realizam "expedições de coleta urbanas" atrás desses insumos. Podemos dizer que esta mesma relação e conhecimento é aplicável a todas as outras cidades (Carajás, Tucumã, Água Azul, etc.), mas Marabá representa o pólo urbano mais importante para os Xikrin, no presente momento.

Poderíamos arriscar em dizer que essas viagens (por que não dizer expedições?) podem ser vistas como uma adaptação, ressignificação, reformulação da antiga mobilidade territorial Xikrin, mantendo, entretanto, um caráter de subsistência (obtenção de recursos e mercadorias) e belicoso (na pressão e reivindicação).

Desta forma, apesar de haver certa sedentarização dos Xikrin em torno das aldeias, com evidente degradação de qualidade de vida nos parâmetros tradicionais, também há um novo tipo de ocupação e mobilidade territorial, que amplia os horizontes Xikrin para muito além dos limites de sua área demarcada e abrange Postos de Vigilância e circuitos nas inúmeras cidades da região, especialmente Marabá.

#### II.4.2 - Estrutura Política

A estrutura política tem sido um frutífero tema para pesquisas etnográficas junto aos Kayapó. Desde Lux Vidal, passando por Terence Turner, Gustaav Verswijver, Dennis Werner, Vanessa Lea, foram muitos os autores que, de direta ou indiretamente abordaram o assunto.

Resumindo as características principais dessa estrutura política, poderíamos afirmar que os Xikrin – e Kayapó em geral tem uma sociedade com hierarquia bem demarcada. As comunidades estão divididas em *sociedades dos homens*, que são grupos corporados ligados a um líder maior comum e lideranças intermediárias. A relação entre as *sociedades dos homens* é de cooperação, mas também de competição. Existe uma rivalidade entre seus líderes e membros que precisa ser contida para manter o equilíbrio da comunidade. Quando esse equilíbrio é rompido, conflitos e até cisões de comunidades são gerados.

Existe uma hierarquização entre as classes de idade, sendo que os *mekrare* (adultos maduros – 30 a 50 anos, com vários filhos e netos novos) possuem certa supremacia sobre os outros, embora tenham que sempre considerar as ponderações e orientações dos *mebenget* (os mais velhos, com muitos netos), cujo papel é mais conciliador e articulador e a força operacional e impetuosidade dos *menoronure* (jovens sem filhos) que, apesar de não possuírem prestígio político, têm o vigor físico a seu favor, o que é necessário em grandes mobilizações.

O *ngòbe* (casa dos homens ou casa dos guerreiros) é o palco da vida política aldeã, onde os homens se reúnem para discutir os assuntos importantes, tomar decisões, organizar rituais, reivindicações são propostas, viagens coletivas, reuniões com os não-índios e assim por diante. É também onde os homens se encontram para conversas variadas e confecção de trabalhos manuais.

É importante citar algumas figuras de prestígio social destacado, como os *mebenget*, pela sua sabedoria e cultura, *wajangá* (xamãs), *metemari* (curandeiros), *meobadjuoi* (grandes oradores), etc. Isso sem esquecer dos *benadjuoro* (caciques), líderes máximos das sociedades dos homens e da comunidade como um todo.

A ampliação e intensificação das relações com os *kuben*, entretanto, estimularam mudanças nesse quadro político, entre as quais a principal talvez seja a consolidação de uma nova classe de figuras de prestígio: a "elite negocial", mais diretamente responsável pela interlocução externa com os *Kuben* e suas instituições. Nessa interlocução, as habilidades do *benadjuoro* tradicional não eram suficientes, dada sua dificuldade com o português e com a compreensão de mecanismos de funcionamento da sociedade envolvente. Esse papel era assumido por alguns jovens, cujo domínio dos instrumentos externos era maior. A partir do apoio inicial que prestavam aos caciques, passaram a eles também adquirir prestígio e poder em sua nova função, pois eram eles o elo que viabilizava a entrada de recursos e mercadorias para a comunidade. Com o tempo, consolida-se essa nova classe no cenário político Xikrin. Este é um fenômeno comum às várias comunidades Kayapó e muitos outros povos indígenas. Muitos desses novos líderes são filhos de caciques tradicionais e são eles que conduzem as negociações com a CVRD, ISA e Funai, planejam eventos nas cidades, organizam reuniões e estratégias de obtenção de recursos, etc.

### II.4.3 - Modelo Econômico

Os Xikrin, bem como os Kayapó em geral, são caracterizados como comunidades política e economicamente autônomas no período anterior ao contato intensificado com os *Kuben*.

Coletavam, produziam e beneficiavam tudo o que necessitavam: alimentação, ornamentação, habitação, saúde, ferramentas, etc.

A partir das famílias, que são as unidades econômicas básicas, um complexo sistema articulava as diversas dimensões da vida econômica:

- Produção e beneficiamento: Baseados numa divisão sexual de tarefas, na qual homens e mulheres têm seu papel definido, são realizadas as atividades de roças, caça, pesca e coleta e manejo florestal; bem como a manufatura de objetos e utensílios para utilização cotidiana.
- Reciprocidade: Redes de relação de troca entre os núcleos familiares (famílias extensas) e internamente a estes.
- Redistribuição: São sistemas de distribuição de bens coordenadas pelos líderes das comunidades.

Baseados nesse sistema, podemos afirmar que os Xikrin eram um povo auto-suficientes, com um modelo econômico de subsistência. Isso não significa, entretanto, que eram "fechados" economicamente ao exterior. Pelo contrário, mantinham relações com outros povos – de troca e de guerra – para as quais uma das grandes motivações era apropriação de elementos externos: conhecimentos, crianças, festas (diversos rituais Kayapó são originários de outras populações indígenas regionais), utensílios e objetos em geral. Alguns desses objetos eram apropriados com um grande valor cultural – os *nekrêj* – incorporados ao patrimônio familiar, ao lado dos nomes e utilizados como marcadores de prestígio e diferenciação, seja ela pessoal, de grupos familiares e até mesmo entre as diversas comunidades Kayapó.

Obedeceu a esta mesma lógica a relação dos Xikrin com os *kuben* que ocuparam, com o passar dos séculos, o território contíguo ao seu. Com o tempo, entretanto, diversos elementos / mercadorias *kuben* foram incorporadas pelos índios em seu cotidiano, principalmente ferramentas. Paulatinamente, cresce o desejo e a necessidade dos Xikrin em utilizar esses elementos, o que foi uma das razões que estimulou o estabelecimento de relações permanentes com os *Kuben*. O contato dos Xikrin com mercadorias dos *Kuben*, portanto, remonta há mais de 150 anos, como afirma Gordon (2002)<sup>4</sup> e o contato é "antes uma consequência do que causa da apropriação das mercadorias.

A partir dos anos 70, entretanto, com o estreitamento e perenização das relações com os *Kubeni*, consolidou-se consideravelmente a necessidade e desejo de consumo xikrin de um conjunto cada vez maior de bens, benefícios e mercadorias: dependência por medicamentos e assistência médica, necessidade de armas, munição, anzóis e ferramentas para suas práticas econômicas convencionais, itens alimentares cotidianos (sal, açúcar, café, bolachas, arroz, etc.), roupas e sapatos, casas de alvenaria, miçangas, rádio-transmissores, veículos e muitos outros itens. A sedentarização nas aldeias discutida acima, era ao mesmo tempo consequência.

<sup>4</sup> Gordon, César: "Do *Nekrêj* à mercadoria: novas formas de riqueza entre os Xikrin (*mebengokre*)". Texto apresentado no Seminário de Etnologia, IFCS-UFRJ, Rio de Janeiro, 2002.

Esse processo de consolidação de consumo foi inicialmente estimulado pela própria iniciativa dos índios trabalharem em fazendas e castanhas, garantido posteriormente pela assistência do Frei Caron e da Funai e as atividades de geração de renda (coleta de castanha e venda de peles de animais). Sua ampliação, entretanto, ocorreu apenas com os contratos entre os Xikrin com os madeireiros e posteriormente através dos Convênios com a CVRD. O acesso ao consumo tem sido, para os Xikrin do Cateté, relativamente constante – e crescente – nesses últimos 25 anos: consolidando sua inserção no cotidiano e na vida econômica dos Xikrin. Podemos dizer, desta forma, que o modelo econômico Xikrin sofreu alterações nas últimas décadas de forma a articular uma dimensão de subsistência tradicional (que ainda supre grande parte de suas necessidades básicas) a uma nova dimensão de dependência externa.

É preciso, entretanto, destacar um outro caráter do consumo e utilização de bens e mercadorias *Kuben*, que extrapola o campo das necessidades e dependência e que se insere no campo político Xikrin, em suas dinâmicas externas e internas. No que se refere ao primeiro ponto, o acesso aos bens e mercadorias adquire uma importante conotação de poder e status para os próprios Xikrin enquanto comunidade. Um palpite é que o fato de ter a capacidade de obter os bens e mercadorias, em algumas ocasiões, torna-se mais importante que os bens e mercadorias em si, o que é visto como uma conquista. (Talvez uma adaptação / resignificação da obtenção de "troféus" através de expedições guerreiras.)

Essa capacidade reforça o capital político-simbólico dos Xikrin perante outras comunidades Kayapó, especialmente os Gorotire e Kikretum que, com os recursos obtidos durante os tempos áureos da exploração de madeira e ouro costumavam visitar o Cateté com presentes para seus "parentes pobres". Essa atitude dos Gorotire e Kikretum gerou, nos anos 80 / 90, entre diversas comunidades Kayapó, e não só entre os Xikrin, o desejo de se inserir nas atividades madeireiras e de garimpo para poder ter o mesmo acesso a recursos. Ter esse poder, portanto, representa para os Xikrin um grande ganho político perante os outros Kayapó, invertendo a posição de quem são os "parentes pobres" e "parentes ricos", o que pode ser averiguado com o intenso fluxo de Gorotire e Kikretum no Cateté e Djudjekô nos últimos tempos.

Nessas relações intraétnicas existe uma proximidade entre as comunidades, ou seja, cada qual representando uma estrutura política autônoma, mas compartilhando de uma mesma origem histórica e, portanto, de uma mesma **identidade mebengokre**<sup>5</sup>. Em outras palavras, os Gorotire, Kikretum e outras comunidades Kayapó em geral são, em certa medida, parte do **nós-Xikrin**. Com os *Kuben*, entretanto, existe uma relação de **alteridade**, ou seja, os *Kuben* são os **outros**. Com o **outros**, os Xikrin e Kayapó em geral, mantém uma relação – estrutural, histórica e cosmológica<sup>6</sup> – de apropriação, que muitas vezes configura-se em predação. A obtenção dos bens e mercadorias *Kuben*, portanto, pode ser vista dentro dessa ótica estrutural de relação entre os Kayapó e os não-índios, o que talvez nos ajude a entender muitos procedimentos e mecanismos utilizados pelos Xikrin em sua relação com a Funai e, mais recentemente com a CVRD e com o próprio ISA. (A resignificação da "predação" do **Outro**).

<sup>5</sup> Auto-denominação dos Kayapó.

<sup>6</sup> Nos mitos Kayapó há referências consistentes dessa relação, como no caso do fogo, que foi obtido / apropriado da onça.

No processo de obtenção das mercadorias e bens em geral, e satisfação das dependências externas, é fundamental o papel da elite negocial, a nova classe política de Xikrin dedicados à intermediação com os agentes *Kuben*. Eles é que detêm os conhecimentos e habilidades necessários para a interlocução / negociação / pressão que viabilizam a obtenção dos bens e mercadorias, o lhes garante um enorme capital político-simbólico. Além disso, assumindo a responsabilidade pela intermediação, acabam centralizando o acesso aos bens e sendo fundamentais em sua distribuição para a comunidade. Na prática, se apropriam da capacidade de acumulação e redistribuição, própria dos líderes Xikrin, contribuindo para o acúmulo de capital político-simbólico.

A relação, entretanto, é tensa, pois o sucesso do poder dessa elite negocial depende, em grande medida, da satisfação da comunidade com os mecanismos e resultados da redistribuição de bens. A insatisfação pode levar a um questionamento – ainda que não explícito – da autoridade dos líderes e isso pode nos ajudar a entender todo o atual fluxo de Xikrin para Marabá, muitas vezes fugindo ao controle dos chefes, sob a justificativa comum de que *“os caciques vão para a cidade, compram as coisas e não chega nada na aldeia. É só indo diretamente para Marabá que se consegue as coisas”*.

Todas essas questões são importantes para nos ajudar a refletir sobre a situação contemporânea dos Xikrin e agregar dimensões ao diagnóstico que venha a ser feito sobre ela. O conhecimento sobre dinâmicas internas, estruturais e tradicionais dos Xikrin, bem <sup>seus</sup> processos de transformação, adaptação e ressignificação são fundamentais para entendermos as razões e motivações das atitudes Xikrin. O objetivo desses comentários etnográficos é justamente apresentar alguns elementos que possam respaldar as análises que venham a ser feitas posteriormente.

### III – Diagnóstico do Contexto Relacional Xikrin do Cateté

#### III.1 - A questão da saúde

##### III.1.1 - Histórico:

Os principais relatos históricos sobre os Xikrin (Protásio Friel, Frei Caron e, especialmente, Lux Vidal) nos mostram que as décadas de 1950 e 1960 representaram um grave colapso populacional para os Xikrin, sendo que os mesmos chegaram a ser considerados como extintos pelo etnógrafo alemão Kurt Nimuendaju.

O momento mais grave foram os anos de 1963, quando Protásio Friel observou uma grande dispersão dos jovens Xikrin e depopulação devido a epidemias diversas. Com o início dos trabalhos de Frei Caron, entretanto, além do reagrupamento de todos os Xikrin no Cateté, foi iniciada a prestação de assistência médica específica.

Em 1968, o Dr. João Paulo Botelho Vieira Filho começa seu trabalho junto aos Xikrin e, com a chegada de Lux Vidal (1969) e a formação do *Comitê de Apoio aos Xikrin*, entre outros benefícios, a assistência médica aos Xikrin teve um enorme ganho de qualidade. Isso proporcionou uma retomada do crescimento populacional (em 1971 já eram 130 índios, chegando a 183 em 1976) e incremento da qualidade de vida Xikrin. Naquele momento, o Dr. João Paulo – pessoalmente – obtinha medicamentos junto a laboratórios, a título de amostra grátis e enviava para a assistência aos Xikrin e diversas outras populações indígenas do sul do Pará.

Durante a década de 1970, aos poucos, a atuação dos dominicanos junto aos Xikrin vai diminuindo, dando lugar à atuação da FUNAI, através de seu Setor de Saúde, cujo padrão de atendimento e estrutura disponível era geralmente precário. Continua, entretanto, o trabalho de assistência e acompanhamento do Dr. João Paulo, através de visitas anuais e eventual apoio em São Paulo (orientação e facilitação de internações e intervenções específicas). A situação da saúde dos Xikrin nesses anos era boa, com uma forte retomada populacional e um controle regular das enfermidades.

Com a entrada da CVRD no contexto Xikrin, no início da década de 1980, também é impactada a situação da saúde Xikrin, bem como de seu atendimento. Por um lado, a injeção de uma enorme quantidade de recursos na FUNAI, via Convênio CVRD, gerou um grande movimento de trabalhadores não-índios na aldeia, resultando em problemas de saúde, como é o caso das epidemias de malária entre 1982 e 84, quando ocorreram cerca de 600 casos anuais e diversos óbitos.

Por outro lado, entretanto, esses recursos aos poucos proporcionaram uma efetiva melhoria no atendimento à saúde Xikrin. O Dr. João Paulo passou a assessorar a CVRD na questão da saúde através dos Relatórios que produzia, com base em suas visitas anuais. Essas visitas e relatórios são realizados até os dias de hoje e fazem uma análise minuciosa de diversos aspectos referentes à saúde Xikrin, apontando os principais problemas e indicando encaminhamentos nas seguintes questões:

- Situação demográfica;
- Equipe de atendimento à saúde: profissionais de área;

- Infra-estrutura: Posto de Saúde, poços artesanais, etc.;
- Programas preventivos: dedetização, vacinação, etc.;
- Programa de Atendimento Especial nas cidades: Convênios com hospitais em Carajás e Marabá e tratamentos em São Paulo;
- Equipamentos e medicamentos necessários;
- Situação geral da saúde Xikrin: principais enfermidades, índios com necessidade de medicação específica e tratamentos, etc.

Nesses anos, consolidou-se aos poucos um sistema estável de atendimento à saúde Xikrin, sob coordenação do Setor de Saúde da FUNAI e atuação de Equipes Volantes de Saúde (EVS), compostas por médico, dentista e laboratorista.

O apoio da CVRD (centralizado na Fundação Zoobotânica), canalizado através da Funai e com assessoria e orientação do Dr. João Paulo, viabilizava contratação de equipe de atendimento nas aldeias, construção de infra-estrutura (Posto de Saúde, poços, etc.), aquisição de medicamentos, esquemas de remoção e atendimento especial nas cidades para os pacientes (Convênios com Hospitais), programas de saneamento nas aldeias e assim por diante. O registro sistemático de informações sobre cada paciente nos prontuários arquivados nas aldeias, permite até hoje que se tenha informações minuciosas sobre a evolução do estado de saúde Xikrin, servindo como uma importante ferramenta para qualquer avaliação ou planejamento na área da saúde.

Os Convênios com hospitais, clínicas e laboratórios particulares com atendimento especializado (Hospital Yutaka Takeda em Carajás, CLIMEC e Celina Gonçalves e Laboratório Santa Marta – análises clínicas – e clínica radiológica São Lucas em Marabá e eventualmente Hospital São Paulo, da Escola Paulista de Medicina) garantiam um atendimento especializado e diferenciado para os Xikrin, proporcionando recursos a que outras populações indígenas não tinham acesso apenas através da estrutura de saúde da Funai.

No início dos anos 1990, começou o processo de formação dos Monitores Indígenas de Saúde, sob orientação geral do Dr. João Paulo e operacionalização por parte dos profissionais de campo. Aos poucos, 2 deles foram se destacando (Bepkamrêk e Ikrô), passando a participar ativamente das atividades no Posto de Saúde, tanto no cotidiano de atendimento como apoiando na tradução e interlocução entre os profissionais de área e os Xikrin.

Esse sistema avançou pelos anos 90 mantendo certa estabilidade, contribuindo para uma melhoria geral da saúde Xikrin e avaliação positiva de seu modelo de atendimento, levando Dr. João Paulo a afirmar em seu relatório de 1995: *“Os benefícios da assistência à saúde Xikrin do Cateté proporcionados pelo Convênio Cia Vale do Rio Doce – Funai são evidentes e caracterizam um modelo assistencial exemplar e pioneiro para as populações indígenas do Brasil”* (Vieira Filho, 1995:1).

É preciso, entretanto, destacar alguns fatos desta década, de grande relevância para a saúde Xikrin. Em primeiro lugar, no final da década de 80, houve a intensificação da relação dos Xikrin com madeireiros e com “febre” da madeira do sul do Pará, a exemplo e com incentivo e apoio de seus parentes do Gorotire e Kikretum. Isso gerou um ambiente agitado

e confuso entre os Xikrin, com a introdução de hábitos que impactar am negativamente na saúde Xikrin: consumo de álcool, circulação dos índios nas cidades e de não-índios nas aldeias, facilitando a transmissão de doenças, entre elas as DSTs, e assim por diante. Talvez devido a este contato é que a malária continuou a ser considerada endêmica – centenas de casos todos os anos, apesar de todos os já citados avanços na assistência à saúde Xikrin.

Além disso, em 1995, com a fundação da aldeia do Djudjekô, o trabalho da saúde teve que sofrer mudanças estruturais e praticamente se “duplicar” para poder suprir as necessidades das duas localidades.

Na virada da década, entretanto, a assistência à saúde Xikrin sofreu o impacto de algumas mudanças estruturais. A principal delas foi o novo modelo de atendimento à saúde indígena, que foi transferida em 1999 da Funai para a Funasa, que deveria repassar os recursos e a responsabilidade executiva para organizações conveniadas (prefeituras, ONGs, organizações indígenas etc). A saúde Xikrin passou então, parcialmente a ser responsabilidade d a APITO (Associação dos Povos Indígenas do Tocantins), organização indígena que reúne diversas etnias da micro-região de Marabá, embora as outras instituições continuem participando e atuando, cada qual com parte do trabalho, junto aos Xikrin.

Paralelamente a isso, a CVRD deixa de canalizar para a Funai os recursos que destinava aos Xikrin e passa a enviar para a Associação Bep Noi. Enquanto a sede da ABN funcionava a Funai, ainda havia um controle e acompanhamento direto desta sobre os recursos. Depois que a ABN transferiu sua sede para outro local, este acompanhamento passou a ser cada vez mais tênue. Os funcionários voltados para o trabalho com os Xikrin – inclusive enfermeiros, auxiliares e técnicos de saúde – deixaram de ser contactados pela Fundação Zoobotânica e passaram a ser contratados diretamente pela ABN em 2002.

Todo um sistema estruturado, estável e centralizado e coordenado pela Funai sofreu um abalo considerável. A equipe de campo perdeu seu profissional de nível superior (enfermeira) e ficou com dificuldades de repor as folgas das profissionais das aldeias. Baseados na desconfiança que perderiam todos os privilégios no atendimento à saúde, proporcionados pelos recursos da CVRD, houve uma enorme resistência, por parte dos Xikrin, ao trabalho da APITO, dificultando sobremaneira sua atuação em campo e mais direta com as comunidades (seus profissionais chegaram a ser proibidos de entrarem na área pelos Xikrin).

A fragmentação e falta de uma coordenação geral no atendimento à saúde Xikrin, a exemplo de diversos outros contextos regionais no Brasil, geraram uma desarticulação entre os agentes e instituições envolvidas, acarretando diversos desencontros: duplicação de trabalhos e atividades, eventual falta de medicamentos e prejuízo ao atendimento devido à indefinição de responsabilidades de execução e gastos, dificuldade de comunicação e entendimento e assim por diante. Com tudo isso, entretanto, Dr. João Paulo continua prestando aconselhamento e orientação geral para todas as instituições.

### III.1.2 - Situação Atual

Aos poucos, entretanto, as resistências dos Xikrin em relação à APITO e as dificuldades de comunicação iniciais entre os agentes foram esmorecendo e, ainda que haja uma série de

problemas, dificuldades e indefinições, vão sendo acertadas as confusões do início do processo de transformação.

#### Saúde Primária

O atendimento local e permanente da saúde Xikrin nas comunidades, está a cargo de duas profissionais de nível médio (ver quadro de profissionais envolvidos com a saúde Xikrin abaixo) e quatro Monitores Indígenas de Saúde. Todos esses profissionais são contratados e remunerados pela ABN, com recursos do Convênio com a CVRD. Seu trabalho envolve acompanhamento dos pacientes nas aldeias, medicação, encaminhamento para tratamento nas cidades, solicitação de materiais e medicamentos para a APITO ou ABN, dependendo do caso, manutenção dos registros de informações nos prontuários dos pacientes, zelo pela estrutura do Posto de Saúde, etc. Mensalmente repassam informações (consolidados diários e atividades realizadas) para a APITO. Comunicam-se com a cidade através de dois horários diários de radiofonia. Há dificuldade de cobertura em seus períodos de folga, devido a serem apenas duas profissionais no quadro da ABN e das dificuldades de disponibilidade de pessoal da APITO. Uma das profissionais chegou a ficar 90 dias em área, quando sua escala é de 45 dias em campo por 10 na cidade.

Uma Equipe Volante de Saúde (EVS), composta por enfermeira, laboratorista e dentista fazem visitas às comunidades Xikrin a cada 60 dias, permanecendo alguns dias em campo realizando o acompanhamento técnico do trabalho em campo: orientações gerais aos profissionais de área, avaliação geral de enfermagem do estado de saúde dos Xikrin, atendimento odontológico – somente extrações –, coleta de material para exames laboratoriais, trabalhos de imunização, controles de endemias (malária, dengue, tuberculose, hanseníase, etc.).

As comunidades Xikrin também recebem uma visita anual do Dr. João Paulo, que permanece cerca de 10 dias em campo, geralmente no mês de julho. Nessas visitas em campo, Dr. João Paulo realiza atendimento médico às comunidades, identificando os principais casos a serem cuidados, bem como prescrevendo tratamento, orientando os profissionais de área. Além disso, avalia, planeja e encaminha necessidades de tratamentos preventivos, especialmente através de imunização, vacinas, exames e controles periódicos de enfermidades, etc. Também avalia e encaminha sugestões em relação aos seguintes aspectos: saneamento básico (encanamento de água, limpeza da aldeia, orientação para as comunidades, poços, etc.), infra-estrutura (construção e melhoria nos Postos de Saúde, poços, etc.), necessidades de aquisição de medicamentos, equipamentos e materiais, avaliação da saúde bucal, situação dos funcionários da saúde (condições de trabalho, estrutura disponível, necessidades de contratação, remuneração, reciclagem, etc.). Utilizando critérios e indicadores técnicos, faz avaliação do nível de saúde dos Xikrin. Acompanha também a questão do Convênio geral da CVRD com a saúde Xikrin e com os hospitais particulares.

Todas essas avaliações e recomendações são consolidadas em Relatórios com recomendações concretas de execução para a CVRD, que também são enviados para as outras organizações participantes do processo. Anteriormente, era o próprio pessoal da CVRD e Funai que operacionalizavam toda essa execução, especialmente através do Setor de Meio Ambiente. Atualmente, porém, além de diversas dessas recomendações envolverem trabalhos de responsabilidade da APITO, os recursos da saúde são gerenciados diretamente

pela ABN. O próprio Dr. João Paulo reporta suas recomendações diretamente à CVRD e tem sua remuneração paga pela empresa. Apenas em 2001, seu pagamento foi feito através da ABN. Dr. João Paulo não aceita, entretanto, ser contratado diretamente pelos índios ou suas organizações.

#### Formação dos Monitores Indígenas de Saúde (MIS)

São quatro os Xikrin que atualmente atuam na área da saúde: Bepkamrêk, Ikrô, Vicente e Kaituk. Os dois primeiros, que foram escolhidos por Dr. João Paulo, em conjunto com a comunidade, encontram-se em Marabá, complementando sua formação. Os outros dois foram escolhidos diretamente pela comunidade do Cateté. Foi do Dr. João Paulo a concepção geral de seu processo de formação, executado em campo pela enfermeira (especialmente Kátia) e outros profissionais de área, em cursos especiais em Marabá e São Paulo e estágios no HYT em Carajás, com supervisão de Yuri. A orientação geral é que esses MIS assumam, num futuro o mais próximo possível, toda a responsabilidade pelo atendimento nos Postos de Saúde nas aldeias. A avaliação geral é que o trabalho dos MIS tem auxiliado bastante os profissionais de área. Ainda que haja um evidente desnível entre eles, trabalham bem e ajudam o serviço nos Postos.

#### Saúde Secundária

Os casos de tratamentos que precisam ser feitos na cidade são encaminhados pelos profissionais de campo através de *Fichas de Encaminhamento Padrão*, que informam o histórico da enfermidade. Ao retornar, os pacientes trazem o *Resumo de Alta* informando os procedimentos adotados no seu tratamento<sup>7</sup>. As remoções, geralmente via frete aéreo, são pagas pela ABN ou pela APITO, dependendo da disponibilidade de recursos. É a APITO que centraliza essas remoções, requisitando recursos da ABN quando necessário. É comum a pressão da comunidade para remoções que às vezes não são necessárias, mas as profissionais de campo declararam estar conseguindo contornar o problema. No inverno, é comum os Xikrin deslocarem-se através do rio para Carajás, via Caldeirão. Muitas vezes até contrariando sugestões e encaminhamentos dados pelos profissionais de campo.

Em Carajás são atendidos pelo Hospital Yutaka Takeda (HYT) desde os anos 80, tendo um acompanhamento especial da enfermeira Yuri, gerente de Projetos Especiais do Hospital e em Josino, assistente para logística e deslocamentos dos Xikrin do Departamento de Meio Ambiente da CVRD. Foi estruturada uma ala especial para internação dos Xikrin, com dois ambulatórios exclusivos para os índios. Toda a estrutura pessoal, laboratorial e de atendimento geral do Hospital, entretanto, segundo Yuri está total e indistintamente disponível para os Xikrin. Há uma dentista em Parauapebas, conveniada do HYT, especialmente para o tratamento dentário dos Xikrin.

Em Marabá, são utilizados os Hospitais conveniados da CVRD: CLIMEC, Celina Gonçalves, Santa Marta e Laboratório São Lucas (particular), esses dois últimos atendendo os Xikrin desde os anos 80 a partir de convênio com a CVRD. O pessoal da APITO realiza o encaminhamento e acompanhamento dos pacientes, bem como o retorno dos mesmos para a aldeia.

<sup>7</sup> Este procedimento me foi informado por Yuri, do Hospital Yutaka Takeda. Não posso afirmar que o mesmo é adotado nos tratamentos em Marabá.

Os medicamentos básicos (farmácia básica), voltados para o atendimento da saúde Xikrin, são adquiridos pela APITO, através do Convênio com a Funasa a partir de solicitação dos profissionais de campo e da EVS. Os medicamentos especiais, geralmente prescritos pelo Dr. João Paulo e indicados em seus Relatórios Anuais, ou necessários para tratamentos específicos; são geralmente solicitados diretamente pelos profissionais de campo para a ABN, que os adquire com recursos do Convênio CVRD. Tem havido muita falta desses últimos medicamentos nos Postos de Saúde das aldeias. Apesar de ser uma responsabilidade da ABN, os Xikrin têm atribuído essa falta à APITO, segundo ficou evidente na Reunião de Avaliação realizada nos dias 07 a 09 de setembro de 2002 no Cateté.

### Saúde Terciária

Aqueles problemas de saúde mais complexos, que demandam tratamentos mais especializados, são geralmente direcionados para São Paulo ou outras cidades com apoio do Dr. João Paulo, que acompanha e encaminha diretamente todos os casos. De São Paulo, Dr. João Paulo também presta esclarecimentos e orientações para os profissionais de campo, pessoal da CVRD, ABN e APITO.

### Planejamento

Até onde se pode perceber, não há um Plano Geral Consolidado sobre a Saúde Xikrin. Por um lado, Dr. João Paulo, por toda sua experiência histórica de quase 35 anos de trabalho sistemático com a saúde Xikrin, garantiu informações e procedimentos de registro necessários para que haja uma base de dados histórica meticulosamente registrada e arquivada, o que nos parece ser uma exceção dentro do universo da saúde indígena. Essas informações são de extrema importância para a avaliação, planejamento e execução de toda e qualquer ação de saúde na área Xikrin. Além disso, podemos dizer que as recomendações feitas em seus Relatórios Anuais, conforme já descrevemos anteriormente, constituíram, na prática, um efetivo Plano para a Saúde Xikrin. Dr. João Paulo, portanto, era quem fazia a "coordenação conceitual e técnica" da saúde Xikrin, que era operacionalizada pelo Setor de Saúde da Funai, profissionais de campo e dos hospitais conveniados nos aspectos técnicos e pelos funcionários da CVRD (Meio Ambiente), com acompanhamento da Funai, nos aspectos de infra-estrutura e logística.

Com a chegada da Funasa e APITO<sup>8</sup>, entretanto, as coisas mudaram. Por um lado, Dr. João Paulo continua todo seu trabalho e recomendações. Por outro, entretanto, há um Plano de Trabalho da APITO de assistência básica às diversas etnias da micro-região de Marabá (entre elas os Xikrin), elaborado pela coordenação do Departamento de Saúde Indígena da Funasa de Brasília, aparentemente sem discussões consistentes com as comunidades ou consulta aos atores já envolvidos com a questão (como Dr. João Paulo, por exemplo).

Após uma série de desencontros, atualmente, as responsabilidades ficaram divididas da seguinte maneira: APITO / FUNASA fica responsável pela assistência e prevenções básicas (remédios da farmácia básica, vacinações padrão, controle de DST/AIDS, tuberculose, câncer de colo de útero), remoção e acompanhamento de pacientes em Marabá, visita da EVS a cada 60 dias e coordenação de todo o atendimento e tratamentos na cidade. O

<sup>8</sup> A APITO foi criada em 1999, especificamente para abrigar o Convênio com a Funasa. Houve participação dos Xikrin, embora esses não demonstrem uma compreensão do processo e de sua participação nele.

Hospital Yutaka Takeda, que desde 2000 estruturou programa específico para saúde Xikrin, fica responsável pelos tratamentos e acompanhamentos de pacientes em Carajás. A ABN fica responsável pelo pagamento de remoções aéreas e aquisição de medicamentos especiais.

Em geral, ficou claro que os Xikrin estão acostumados a um padrão diferenciado de atendimento à saúde, que envolve recursos financeiros, pessoais e estruturais que os orçamentos dos Convênios da Funasa dificilmente serão capazes de cobrir. Os recursos da CVRD proporcionaram esse atendimento diferenciado, através da contratação da consultoria anual de Dr. João Paulo, convênios com hospitais, clínicas e laboratórios particulares e especializados, aquisição de medicamentos e tratamentos especiais, remuneração diferenciada dos profissionais de área, garantindo sua continuidade e um trabalho primário e local de qualidade. São conquistas que os Xikrin não querem abrir mão e seu receio com o Convênio Funasa / APITO é que seus recursos são insuficientes e isso explica a rejeição inicial aos trabalhos da APITO em área.

O Convênio da CVRD com os Xikrin, entretanto, garante que verbas sejam destinadas ao atendimento à saúde Xikrin, o que garantiria seu aspecto diferenciado. Por outro lado, a APITO é a responsável legal pelo atendimento à saúde Xikrin; tendo disponíveis inclusive recursos para tanto, embora a própria organização admita que não tem condições de prestar, com esses recursos restritos, a assistência que a CVRD proporciona tradicionalmente. Desta forma, existem duas fontes de recursos (Convênio Funasa / APITO e Convênio CVRD / Xikrin), o que seria suficiente para garantir tanto o atendimento básico como o especial, não fosse as dificuldades de articulação entre as organizações envolvidas, bem como a dificuldade de compreensão dos Xikrin sobre o processo.

As queixas feitas pelos Xikrin na reunião do Cateté de 07 a 09 -09-2002 podem ser tomadas como exemplo desses desencontros. Reclamaram da falta de medicamentos, da dificuldade de retorno dos pacientes dos tratamentos da cidade, problemas na Casa do Índio em Marabá, falta de recursos para tratamento dentário etc. Sentem falta do antigo sistema de atendimento à saúde. Pareceram atribuir todos esses problemas à APITO, dizendo que *a APITO não tem recursos, por isso nós não queremos que ela trabalhe com nossa saúde*. O que ficou claro nas discussões dessa reunião, é que atribuíam à APITO muitas responsabilidades que na verdade eram da ABN, como é o caso de aquisição de medicamentos especiais.

Reclamaram que não são convidados para as reuniões e assembleias da APITO (referindo-se especificamente à Assembleia da APITO que estaria acontecendo ainda nos próximos dias), embora a gerente da APITO tenha afirmado que repassou o convite para a ABN, que havia confirmado a presença dos Xikrin na Assembleia.

O que fica evidente, portanto, é que as indefinições de responsabilidades institucionais, dificuldade de comunicação entre as organizações e destas com as comunidades e a gestão dos recursos na ABN têm efetivamente prejudicado o atendimento à saúde Xikrin.

**III.1.3 - Saúde Xikrin – Profissionais envolvidos**

Nome	Função	Local de trabalho	Vínculo	Responsabilidades / observações
Liduína	Auxiliar de enfermagem	Cateté	ABN	Atendimento à saúde da comunidade Coordenação do trabalho dos monitores indígenas Encaminhamento de pacientes para a cidade
Ivonete	Técnica de enfermagem	Djudjekô	ABN	Atendimento à saúde da comunidade Coordenação do trabalho dos monitores indígenas Encaminhamento de pacientes para a cidade
Bepkamrêk Xikrin	Monitor Indígena de Saúde (MIS)	Djudjekô	ABN	Apoio ao trabalho nos Postos de Saúde nas aldeias *Em formação como Auxiliar de enfermagem em Marabá
Ikrô Kayapó	Monitor Indígena de Saúde (MIS)	Djudjekô	ABN	Apoio ao trabalho nos Postos de Saúde nas aldeias *Em formação como Auxiliar de enfermagem em Marabá
Kaituk Xikrin	Monitor Indígena de Saúde (MIS)	Cateté	ABN	Apoio ao trabalho nos Postos de Saúde nas aldeias
Vicente Xikrin	Monitor Indígena de Saúde (MIS)	Cateté	ABN	Apoio ao trabalho nos Postos de Saúde nas aldeias
Patrícia	Enfermeira	Equipe Volante de Saúde	APITO	Visita a cada 60 dias as aldeias Xikrin
	Laboratorista	Equipe Volante de Saúde	APITO	Visita a cada 60 dias as aldeias Xikrin
	Dentista	Equipe Volante de Saúde	APITO	Visita a cada 60 dias as aldeias Xikrin Trabalha apenas com extração de dentes
Dr João Paulo Botelho Vieira Filho	Médico consultor para a saúde Xikrin	Reside em São Paulo e visita todos os anos as aldeias Xikrin	Reporta-se à CVRD	Avaliação e encaminhamentos anual de todos aspectos da saúde Xikrin; infra-estrutura, imunização, avaliação de pacientes, convênios com hospitais na cidade etc .Aconselhamento e orientação permanente em SP. Apoio e encaminhamento aos pacientes tratados em São Paulo
Yuri	Enfermeira e gerente de projetos especiais do Hospital Yutaka Takeda (HYT)	Carajás	CVRD / HYT	Acompanhamento dos pacientes Xikrin em tratamento em Carajás Envio de informações para comunidades e APITO Acompanhamento de MIS estagiando em Carajás
Josino	Apoio logístico e motorista	Carajás	CVRD	Apoio aos pacientes em tratamento em Carajás
Lady	Gerente do Convênio FUNASA / APITO	Marabá	APITO	Faz a gestão financeira, burocrática e executiva do Convênio FUNASA que atende aos Xikrin

				Discussões e articulações internas e coordena equipe da APITO
Jucirene Bandeira	Gerente da ABN	Marabá	ABN	Gerencia os recursos que a CVRD repassa aos Xikrin através da ABN, inclusive de saúde Coordena equipe de funcionários e execução de gastos da ABN, inclusive voltados à saúde

### III.1.4 - Recursos movimentados

Referência	Instituição Financiadora	Instituição Executora	Atividades	Período	Valor para os Xikrin	Valor /anual Estimado
Convênio 038	FUNASA / DSEI	APITO	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Atendimento à saúde indígena de diversas comunidades da região do Marabá, entre elas os Xikrin</li> <li>- Começo da atuação da APITO junto aos Xikrin (pelo menos a recepção de verbas): 2000</li> <li>- Valor total do Convênio: R\$144.872,00 (não inclui pessoal)</li> </ul>	Convênio anual	R\$ 4.950,15 mensais	R\$ 59.401,78
Convênio 0453/89	CVRD	ABN	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Dentro da Verba de custeio mensal, enviada à ABN estão contemplados recursos para o atendimento à saúde.</li> <li>- Não há um valor específico para a saúde, mas os recursos são destinados para a aquisição de medicamentos, remoção etc.</li> <li>- Há, ainda, a contratação de profissionais de campo.</li> </ul>	Convênio permanente por prazo indeterminado	R\$ 45.000,00 mensais no total, além de contratação de profissionais de campo	Não é possível estimar com precisão
Convênio médico	CVRD	Diversas	<ul style="list-style-type: none"> <li>- A CVRD inclui os Xikrin no Convênio médico de seus funcionários, possibilitando o acesso a uma rede médica particular de qualidade: CLIMEC, Hospital Celina Gonçalves, Clínica Radiológica São Lucas, Laboratório de Análises Clínicas Santa Marta e Hospital Yutaka Takeda</li> </ul>	Convênio permanente por prazo indeterminado	Não foi possível quantificar	Não foi possível quantificar
Contrato de Consultoria	CVRD	Dr. João Paulo Botelho	<ul style="list-style-type: none"> <li>- A CVRD paga anualmente a consultoria médica do Dr. João Paulo, através da sua remuneração e viabilizando suas viagens anuais a campo</li> </ul>	Contrato permanente por prazo indeterminado	Não foi possível quantificar	Não foi possível quantificar

III.1.5 - Diagnóstico Geral

	Situação	Descrição	Encaminhamentos
++++	Os Xikrin possuem um privilegiado sistema de atendimento à saúde	<ul style="list-style-type: none"> <li>* Recursos da CVRD garantem atendimento especial</li> <li>* Acompanhamento histórico de Dr. João Paulo</li> <li>* Informações minuciosamente registradas</li> <li>* Menor rotatividade profissional</li> <li>* Instituições (HYT, Climec, etc.) acostumadas e preparadas para prestar apoio, etc.</li> <li>* Medicamentos e tratamentos especiais</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>* Manutenção dos recursos da CVRD destinados à saúde Xikrin</li> </ul>
+++	Trabalho de qualidade dos Monitores Indígenas	<ul style="list-style-type: none"> <li>* Os MIS Xikrin têm efetivamente participado no atendimento à saúde nos Postos</li> <li>* Os MIS assumem cada vez mais responsabilidades</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>* Continuar processo de formação dos MIS</li> <li>* Incentivar seu trabalho em campo</li> <li>* Iniciar formação de novas turmas</li> </ul>
+++	Boa vontade entre as instituições envolvidas	<ul style="list-style-type: none"> <li>* Apesar das dificuldades de articulação e comunicação, há expressa boa vontade e intenção de resolver o problema por parte dos envolvidos no processo: Xikrin, ABN, APITO, CVRD, Funai, etc.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>* Potencializar esta boa vontade, estimulando processos de discussão conjunta</li> </ul>
-----	Desarticulação entre as instituições envolvidas no processo	<ul style="list-style-type: none"> <li>* Dificuldade de comunicação entre as instituições</li> <li>* Resistência dos Xikrin à APITO, desconfiando que vão perder seus privilégios</li> <li>* Duplicação de trabalhos e jogo de "empurra-empurra" sobre algumas tarefas</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>* Maior articulação entre as instituições envolvidas (CVRD, APITO, Funasa, ABN) e os Xikrin, com reuniões, encontros e discussões permanentes.</li> </ul>
---	Novas e velhas doenças trazem riscos à "saúde pública" Xikrin: Dst, Aids, obesidade, verminose etc	<ul style="list-style-type: none"> <li>* A falta de saneamento básico gera um quadro de parasitose intestinal crônica entre os Xikrin</li> <li>* Falta de higiene pessoal e lavagem de roupa geram escabiose e parasitose crônica entre os Xikrin</li> <li>* Novos hábitos alimentares e de vida em geral têm proporcionado o aparecimento de obesidade</li> <li>* Contato com a cidade e hábitos sexuais coloca os Xikrin como um povo de alto risco para as DST/AIDS</li> <li>* Problemas graves com a higiene bucal: falta de escovação) por falta de material) e hábito da extração por falta de tratamento.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>* Trabalho educativo na área da saúde com os Xikrin</li> <li>* Planejamento conjunto dos gastos</li> <li>* Conscientização da importância de certos gastos com higiene bucal e pessoal e limpeza da aldeia</li> </ul>
---	Falta de planejamento, gestão e acompanhamento geral à saúde	<ul style="list-style-type: none"> <li>* Apesar de haver várias instituições envolvidas, devido à dificuldade de articulação, falta uma referência central</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>* Centralizar a coordenação do atendimento à saúde Xikrin, definindo com precisão as</li> </ul>

	Xikrin	*Indefinição sobre reais responsabilidades de cada instituição, gerando jogo de "empurra-empurra"	responsabilidades de cada um.
---	Falta de compreensão dos Xikrin no processo de gestão da saúde	*Xikrin não participam ativamente dos processos decisórios da APITO nem dos Conselhos de Saúde *Xikrin atribuem à APITO falhas que, na verdade, tem sido da má gestão financeira da ABN	*Maior participação Xikrin no processo *Conscientizar, capacitar e mobilizar os Xikrin para esta participação
---	Falta de planejamento nos gastos da CVRD	*A CVRD "joga" seus recursos na ABN sem que haja um plano de gastos que contemple sua responsabilidade social *Falta de estrutura pessoal adequada e suficiente na CVRD para lidar com a questão indígena	*Estruturar melhor o trabalho indigenista da CVRD (pessoal, estrutura e recursos) *Estabelecer uma política indigenista contemple sua responsabilidade social
---	Má gestão financeira ABN	*Os recursos da saúde do Convênio CVRD Xikrin estão sendo gastos com as dívidas da instituição *Falta de atendimento, medicamentos, fretes devido à falta de recurso. *Queda na qualidade do atendimento	*Garantir gerencialmente que os recursos da saúde seja prioritariamente gastos com a saúde.
---	Equipe de campo insuficiente	*A falta de organização e planejamento e intransigência dos Xikrin fez com que a equipe de campo perdesse sua enfermeira de nível superior, bem como esteja sobrecarregada	*Efetuar planejamento competente *Contratar mais profissionais: enfermeira e auxiliares *Fortalecer o trabalho das EVS
---	Xikrin insatisfeitos com muitas questões: falta de medicamentos, remoções e acompanhamento na cidade	*Serviços efetivamente com problemas devido à problemas com gestão financeira ABN e articulação entre instituições *Falta entendimento e participação dos Xikrin no processo de gestão *Xikrin atribuem problemas à APITO que na verdade são de responsabilidade da ABN	*Articulação entre as instituições *Plano Geral de Saúde Xikrin, com responsabilidades bem definidas *Maior compreensão e participação dos Xikrin no processo
---	Problemas com o modelo de atendimento à saúde indígena no Brasil	*Sobrecarga burocrática das organizações indígenas *Fragilidade da continuidade dos trabalho devido a possíveis disputas políticas nas organizações (ex:APITO) *Dificuldade de comunicação entre funcionários, diretoria e comunidade	*Garantir o fortalecimento institucional das organizações conveniadas *Capacitação da diretoria

### III.2 - Convênio CVRD com os Xikrin

#### III.2.1 - Histórico

A relação da Companhia Vale do Rio Doce / CVRD com os Xikrin começou com as primeiras pesquisas minerais realizadas na região ainda no final dos anos 1960 e início dos 1970, quando técnicos da Companhia Meridional de Mineração, que procuravam manganês na região - baseados nos levantamentos iniciais do RADAM Brasil que indicavam incidência calcária na região - descobriram a ocorrência de ferro na região de Serra dos Carajás. Essa descoberta ocorreu de forma acidental, em junho de 1967, quando uma equipe de pesquisadores fez um pouso de reabastecimento na Serra Arqueada.

Para a viabilização do dimensionamento da ocorrência do mineral, o Governo Federal determinou a efetivação da parceria da Meridional / US Steel (49%) com a Amazônia Mineração (51%) - estatal ligada à CVRD. Nesse momento, inicia um processo pesado e amplo de pesquisa na região, comprovando a existência de um estoque de 18 bilhões de toneladas de minério e ferro na região.

Em 1977 as pesquisas se consolidam e a US Steel decide deixar o empreendimento, vendendo sua participação para a CVRD (US \$ 50 milhões). Deste momento até 1981 o projeto em campo fica paralisado, enquanto são realizados estudos de viabilidade econômica e busca de parceiros e financiamentos.

Nesse contexto, outra empresa do grupo CVRD, a DOCEGEO - subsidiária da CVRD - estabelece uma equipe de pesquisa na margem esquerda do rio Aquiri, próximo ao Cateté, o que proporcionou encontros com os Xikrin, que eventualmente visitavam os acampamentos.

Em 1982, já com a implantação do projeto de extração encaminhado, os financiadores - entre eles o Banco Mundial - condicionaram a liberação dos recursos a um investimento de US\$ 13,5 milhões no apoio às comunidades indígenas localizadas na área de influência do projeto (incluindo mina e ferrovia), entre diversas outras premissas para o financiamento.

Neste momento, é assinado o Convênio 059 - CVRD / FUNAI, elaborado pelas duas instituições com assessoria antropológica. Esse Convênio teve a duração de 5 anos, prazo dentro do qual acreditava-se que as populações indígenas poderiam melhorar suas condições gerais de vida e se estruturarem autonomamente. O escopo do Convênio incluía atividades na área de saúde, educação, atividades produtivas, demarcação, vigilância e infra-estrutura. Tudo era centralizado na FUNAI de Brasília, que efetuava os gastos que eram posteriormente bancados pela CVRD, além de coordenar o trabalho das Administrações Regionais.

Em 1987, portanto, com o encerramento do prazo do Convênio, a CVRD deixa de participar da assistência e fica sob total responsabilidade da Funai o atendimento às comunidades. Com isso, são suspensos o fluxo de recursos, bem como as atividades com eles realizadas. Depois de um período paralisado, os Xikrin - e também os Gavião - se mobilizam e, em reunião com a direção da CVRD (Eduardo Porto), reclamam a piora na assistência que passaram a receber da FUNAI depois de terminado o Convênio e reivindicaram sua continuidade.

Além disso, em 1986 foi publicada a Resolução no Senado Federal (0331/86) que concedia o direito real de uso a uma área de 411.948 ha. que, em fevereiro de 1998 foi transformada

na Floresta Nacional de Carajás, ficando sob responsabilidade do IBAMA. Entre as diversas condicionantes dessa Resolução, ficou estipulado que a CVRD deveria prestar apoio às populações indígenas da área de influência da área preservada (incluía Xikrin e Gavião) sem valores estipulados, nem prazo determinado.

Em decorrência dessa conjuntura, portanto, surge em 1989, o Convênio 453 FUNAI / CVRD, assinado por tempo indeterminado e ainda em vigor. É nesse Convênio que, além dos recursos necessários para a assistência regular da FUNAI (saúde, educação, atividades produtivas, transporte etc) são incluídos recursos denominados de *Verba Mensal*, pensada como um recurso destinado a gastos pessoais, a serem administrados inicialmente pela FUNAI, até que os Xikrin alcançassem sua auto-suficiência econômica através dos projetos. Naquele momento (1989), o valor estipulado para a Verba Mensal foi de NCz\$ 7.500,00, que, segundo técnicos da CVRD, equivale a um Valor Presente de aproximadamente R\$ 15.000,00. Esse valor era atualizado de diversas formas, de acordo com a variação cambial e inflação do momento.

Durante quase uma década, o Convênio 453 funcionou dentro de uma mesma temática. Planos Anuais para o Programa Xikrin eram elaborados em reuniões com lideranças indígenas, com acompanhamento da FUNAI, com apoio de assessores específicos contratados pela CVRD (Dr. João Paulo para a Saúde, Isabelle Giannini para questões antropológicas, etc.). Os recursos eram liberados pela CVRD e gerenciados pela Administração Regional de Marabá, tendo na figura do Administrador Regional o centro decisório do processo. Uma equipe de apoio para o gerenciamento desses recursos e atividades era disponibilizada pela CVRD para a FUNAI / Programa Xikrin, a princípio contratadas através da Pro-service e, a partir de 1998 pela Fundação Zoobotânica.

A Associação Bep Noi é criada em 1995, com o objetivo dos Xikrin terem uma organização própria para gerir recursos advindos do Projeto de Manejo Florestal, mas não é utilizada até 1999, quando a CVRD decide direcionar os recursos do Convênio 453 para a ABN. Essa decisão foi estimulada pelas dificuldades geradas pela lentidão burocrática da FUNAI, inerente ao poder público (devido ao cumprimento da lei de licitação) e a inúmeras queixas sobre a gestão que a mesma fazia desses recursos.

Membros da equipe do ISA, entre outros, reforçaram a decisão com o argumento de que era importante os próprios índios iniciarem um processo de aprendizagem para assumir a gestão de seus recursos, embora houvesse a apreensão - por parte da FUNAI e de Isabelle Giannini - quanto ao processo em decorrência da falta de capacitação e o despreparo dos Xikrin para assumirem a gestão desses recursos. O próprio presidente da ABN e seu ordenador de despesas - Karangré Xikrin - mal sabe ler... O acompanhamento dessa gestão, bem como a capacitação dos Xikrin para assumirem a mesma seria realizado pelo ISA.

A disposição em alterar os repasses para a ABN fez com que o Sr. Eimar Araújo (FUNAI), a antropóloga Isabelle Giannini, o Sr Venâncio / CVRD e os índios Xikrin redigissem uma proposta de Termo Aditivo ao Convênio (TAC 01 - Convênio n. 453/89), visando regularizar a situação, com respaldo do Ministério Público. Neste documento estavam definidas as responsabilidades de cada parceiro e em parágrafo único diz: "A Associação substabeleceu procuração para que dois servidores da FUNAI, na qualidade de interveniente, devidamente nomeados por este órgão, possam assinar cheques e outros documentos relativos a execução financeira da ABN". Não houve, entretanto,

encaminhamento a essa documentação, o Termo Aditivo não foi formalizado e a situação não foi formalmente regularizada.

Entre 1999 e abril de 2002, entretanto, a ABN funcionava na sede da FUNAI, o que permitia certo acompanhamento – ainda que aos poucos fosse se distanciando – por parte da Administração Regional, da gestão dos recursos do Convênio pela ABN.

X A gestão dos recursos pela ABN, cada vez mais se complicava mais, gerando débitos e gastos maiores que os previstos. Os problemas nessa gestão foram agravados com a vinda de Karangré para Marabá, assumindo efetivamente o papel de ordenador de despesas dos recursos. Todo esse contexto levou a CVRD a contratar Auditoria Independente para avaliar a situação no final do ano, que indicou sérios problemas na situação como um todo.

X Ao mesmo tempo, houve uma certa desarticulação entre a atuação da FUNAI, ISA e CVRD; inclusive em relação ao cotidiano de gestão dos recursos pela ABN, o que estimulou o surgimento de inúmeras novas demandas dos Xikrin e dificuldades de gestão da ABN.

A situação agravou-se ainda mais com a transferência da sede da ABN para um local próprio, independente da FUNAI, rompendo o que restava do ténue acompanhamento que esta prestava à gestão dos recursos do Convênio. No início de 2002, com a safra da castanha, o problema dos gastos excessivos tomou proporções muito maiores que o imaginado, multiplicando ainda mais os débitos dos Xikrin e da ABN. Apesar do valor orçado para a atividade ter sido de R\$ 117.000,00, o descontrole na sua gestão fez com que se gastasse mais de R\$ 400.000,00, muitas vezes em itens como geladeiras, fogões, colchões, que dificilmente poderiam ser justificados como necessários para realizar os trabalhos nos castanhais.

Já na safra de 2000, foram identificados problemas com os gastos excessivos na extração de castanha, pois gastou-se R\$ 170.000,00 para realizar uma venda de apenas R\$ 30.000,00; ou seja, uma operação altamente deficitária do ponto de vista econômico. O problema repetiu-se em 2001/2002, quando os Xikrin instalaram-se próximos ao Caldeirão (acampamento da CVRD, às margens do Itacaiúna, que dá acesso à estrada para Carajás) para a coleta, propiciando um trânsito permanente para a cidade e onerando espantosamente os gastos.

X Os problemas de débitos na praça chegaram à Associação Comercial e Industrial de Marabá (ACIM), que reuniu-se com dirigentes da CVRD para tratar, entre outros problemas, das dívidas que os Xikrin e que a ABN têm na praça, solicitando solução para a situação. Encaminhou, na ocasião, uma lista de Documentos Fiscais referentes a estes débitos, que está sendo analisada pela CVRD neste momento.

### III.2.2 - Situação Atual

X Atualmente a CVRD, ainda no âmbito do Convênio 453/FUNAI/CVRD, destina R\$ R\$ 108.071,57 mensais fixos para os Xikrin através da ABN, sendo que R\$ 50.000, 00 de *Verba Mensal*, ou seja, para gastos pessoais dos Xikrin e os outros R\$ 45.000,00 de custeio, que incluem remuneração de pessoal (administrativo e profissionais de área da saúde e educação), gastos administrativos, aquisição de material para o atendimento à saúde e educação, transporte (fretes aéreos e terrestres), apoio para atividades produtivas e assim

por diante. Existem orçamentos específicos para a Vigilância (R\$ 6.834,66) e para o projeto agrícola / atividades produtivas (R\$6.236,91). Além desses recursos, sob solicitação dos índios ou eventos especiais, são destinados recursos especiais para a ABN, tais como para aquisição de veículos, coleta da castanha, construção de casas, melhoria de infra-estrutura elétrica, hidráulica, estradas, etc.

Em relação à assistência da saúde os Xikrin são incluídos nos Convênios médicos dos funcionários da CVRD, tendo a seu dispor atendimento médico no Hospital Yutaka Takeda em Carajás e da CLIMEC e Laboratório São Lucas em Marabá.

X → A CVRD também apoia o Projeto de Manejo Florestal Xikrin, coordenado pelo ISA, repassando, em 2002, R\$ 330.947,59 para a gestão do Projeto, R\$ 2 00.000,00 como capital de giro e R\$ 206.000,00 para recuperação da estrada.. Além de patrocinar a construção da estrada que liga o Projeto à Água Azul, que também servirá para encurtar a saída dos índios das aldeias para as cidades.

A Equipe da CVRD para trabalhar com a questão indígena está localizada no Departamento de Meio Ambiente, sob coordenação geral da pessoa de seu Gerente (Raimundo Júnior). As populações indígenas do Pará (Xikrin e Gavião) estão sendo acompanhadas por Rosan Figueiredo (Carajás) e as do Maranhão (Avá Guajá, Guajajara, Urubu Kaapor) por Venâncio (São Luís). Em Carajás, Josino faz todo o acompanhamento dos Xikrin em trânsito ou tratamento na cidade, bem como apoia a administração do alojamento utilizado pelos Xikrin.

Uma questão, de suma importância, que não ficou clara para este consultor durante o processo de levantamento informações, versa sobre a qual a obrigação real / concreta da CVRD para com os Xikrin. Em outras palavras, não foi possível confirmar se há uma *obrigação de direito* por parte da CVRD para com os Xikrin ou se o apoio que a empresa presta é decorrente de uma relação histórica.

No processo de gestão dos gastos e da relação entre a CVRD e os Xikrin, uma série de dificuldades de relacionamento tem aparecido. Por um lado há uma relação tensa entre a CVRD e Xikrin, com ameaças de invasão da mina e outras retaliações por parte dos índios, a partir de queixas sobre a dificuldade de cumprimento de prazos por parte da CVRD. Por outro lado, as demandas Xikrin são crescentes e diversificadas e os gastos feitos pela ABN estão fora de controle, gerando uma série de prejuízos aos recursos disponíveis. Além disso, entre as instituições (ISA, FUNAI, CVRD e FUNASA), percebe-se que houve um certo isolamento e falta de diálogo.

X Fica evidente uma grande e generalizada dificuldade de diálogo entre os envolvidos, gerando indefinição quanto a responsabilidades e papéis que cada um deve assumir no processo. É evidente a falta de articulação entre as instituições envolvidas e o prejuízo que isso tem acarretado para a relação entre todas elas e os Xikrin e entre esses próprios. No caso da CVRD, como esta é a principal fonte de recursos do contexto, essa desarticulação gera pressão e sobrecarga de todas as partes, além da atribuição de responsabilidades. Parece inevitável que haja um esforço e boa vontade, por parte de todos envolvidos, de viabilizar essa articulação e estabelecer uma pauta conjunta de ações e premissas, com definições claras do papel que cada um assume no contexto, como ficará claro no diagnóstico abaixo.

**III.2.3 - Convênio CVRD / Xikrin – Profissionais envolvidos**

Nome	Função	Local de trabalho	Vínculo	Responsabilidades / observações
Raimundo Junior	Gerente da ASMAN	São Luís	ASMAN – CVRD	*Gestão de todas as ações de apoio às comunidades indígenas localizadas na área de influência da CVRD no Pará e Maranhão
Venâncio	Analista de Meio Ambiente	São Luís	ASMAN - CVRD	*Responsável pela relação com FUNAI/MA, inerente ao apoio às comunidades indígenas do Maranhão
Rosan Figueiredo		Carajás	ASMAN – CVRD	*Responsável pela relação com FUNAI/Marabá, inerente ao apoio às comunidades indígenas do Pará
Josino		Carajás	KSG	Apoio na assistência dos Xikrin de Carajás
Jucirene Bandeira	Gerente da ABN	Marabá	ABN	*Gerencia todos os recursos advindos do Convênio CVRD / FUNAI destinados para a ABN

### III.2.4 – Convênio CVRD / Xikrin - Diagnóstico Geral

	Situação	Descrição	Encaminhamentos
+	Os Xikrin possuem recursos anuais consideráveis, garantidos pela CVRD	<p>*O compromisso assumido pela CVRD junto aos Xikrin proporciona quantidade de recursos financeiros excepcionais, se comparados aos disponíveis para outras populações indígenas.</p> <p>*Esses recursos têm garantido assistência e assessoria diferenciada e de qualidade para os Xikrin em diversas áreas: saúde, educação, projetos etc</p>	*Manutenção do compromisso.
+	Os Xikrin possuem instituições parceiras (ISA, FUNAI) e profissionais interessados em apoiá-los na gestão desses recursos	*Diversas instituições, com capacitação, vontade política, histórico de trabalho e confiança junto aos Xikrin.	* Viabilizar a continuidade do trabalho das instituições com a qualidade esperada.
-	Recursos da CVRD destinados às populações indígenas estão sendo mal aplicados.	<p>*Não há controle, limite ou razão para muitos gastos efetuados pelos índios com os recursos da CVRD.</p> <p>*Falta de acompanhamento da aplicação dos recursos e problemas de gestão da ABN faz com que os milhões destinados aos Xikrin sejam gastos com atividades supérfluas, prejudicando os gastos essenciais com saúde, educação, atividades produtivas etc.</p> <p>*Tem sido negativo o resultado dos recursos aplicados pela CVRD junto às populações indígenas, não atingindo seus objetivos de melhorar a qualidade de vida dos índios.</p> <p>*Alta dose de desperdício na gestão e gastos desses recursos.</p>	*Melhor controle dos gastos, através do estabelecimento de compromissos entre as instituições e os índios e da criação de mecanismos de acompanhamento e controle de gastos.
-	Indefinição quanto às responsabilidades institucionais junto aos índios em geral	<p>*Falta um Planejamento Geral para os gastos com recursos da CVRD junto aos índios.</p> <p>*Trabalho de "apagar incêndios"</p> <p>*Trabalho equivocado, tendo resultados contrários ao esperado com o estímulo aos vícios em consumismo dos índios e sua alienação.</p>	<p>*Estabelecimento de um Plano Geral Interinstitucional e interdisciplinar (saúde, educação, atividades produtivas etc) de assistência aos Xikrin.</p> <p>*Definir, em conjunto, princípios de atuação, planejamento de ações, responsabilidades e compromissos de cada agente envolvido no contexto.</p>
-	A) CVRD se acha realizando tarefas indigenistas que não são de sua responsabilidade	<p>*Por a CVRD não ser especialista em índios, não deve se envolver diretamente com eles.</p> <p>*A CVRD não possui em seu quadro profissionais habilitados tecnicamente</p>	<p>*Consolidar canais de diálogo e articulação entre as instituições do contexto.</p> <p>*Definir, em conjunto, princípios de atuação.</p>

		<p>para realizar esse trabalho. Os que lidam com a questão indígena "<i>aprenderam no pau</i>"</p> <p>*Segundo experiência da CVRD, é preciso que a empresa mantenha uma distância em relação aos índios, pois a proximidade só piora as coisas.</p> <p>*O papel da CVRD é o de financiador do processo, repassando recursos para que organizações responsáveis e especializadas (FUNAI, ISA, FUNASA etc) façam os trabalhos técnicos.</p> <p>*Com o distanciamento dos parceiros, entretanto, a CVRD tem realizado o trabalho dos outros, fugindo ao seu papel de origem.</p>	planejamento de ações, responsabilidades e compromissos de cada agente envolvido no contexto.
-	B) As instituições parceiras acham que a CVRD deveria assumir de forma mais efetiva <i>responsabilidade social</i> junto aos índios	<p>*Não basta "<i>assinar o cheque</i>", é preciso participar das discussões e acompanhar como esses recursos estão sendo gastos.</p> <p>*Faltam profissionais capacitados dentro da CVRD para fazer esse acompanhamento.</p> <p>*A CVRD é a "cabeça do processo" e precisa participar do diálogo geral. Não pode sair do jogo.</p>	<p>*Consolidar canais de diálogo e articulação entre as instituições do contexto.</p> <p>*Definir, em conjunto, princípios de atuação, planejamento de ações, responsabilidades e compromissos de cada agente envolvido no contexto.</p>
-	Ao repassar os recursos diretamente à ABN, a CVRD estaria sobrecarregando a instituição.	<p>*Esse repasse facilita que a CVRD se aliene em relação a sua responsabilidade social.</p> <p>*Gera distanciamento em relação aos profissionais contratados com seus recursos.</p>	<p>*Consolidar canais de diálogo e articulação entre as instituições do contexto.</p> <p>*Definir, em conjunto, princípios de atuação, planejamento de ações, responsabilidades e compromissos de cada agente envolvido no contexto.</p>
-	Dificuldade de comunicação entre instituições e a CVRD	*Pessoal da CVRD sobrecarregado com trabalho, sem tempo para atender as demandas indígenas.	*Disponibilização, no quadro da CVRD, de equipe específica e especializada em questões indígenas, com maior disponibilidade de diálogo e trabalho.
-	Toda e qualquer relação comercial com a CVRD é superestimada.	<p>*Na cultura regional, a CVRD "<i>tem muito dinheiro</i>" e por isso as pessoas e instituições acabam "inflacionando" os preços e recursos requisitados à CVRD.</p> <p>*Qualquer recusa por parte da CVRD é vista como causada por má vontade ou apenas por uma unilateral vontade de não proporcionar o requisitado.</p> <p>*No raciocínio regional, dos índios e até de algumas pessoas das instituições parceiras é que a CVRD deve <i>dar</i> tudo o que os índios solicitam.</p>	*Com base na articulação interinstitucional, realizar trabalho de conscientização junto aos índios e parceiros, fazendo valer os compromissos agendados.
-	Dificuldade de relacionamento entre as instituições parceiras (ISA e	*Um certo distanciamento entre FUNAI e ISA dificulta a gestão e acompanhamento antropológico e técnico dos recursos da CVRD para os	*Consolidar canais de diálogo e articulação entre as instituições do contexto.

	FUNAI).	Xikrin. *Desintegração entre os parceiros faz com que não tenha ninguém acompanhando o cotidiano dos índios e os orientando. Isso piorou muito nos últimos 2 anos. *Esta dificuldade é uma das causas das demoras e atrasos das obras e responsabilidades da CVRD para com os Xikrin.	*Definir, em conjunto, princípios de atuação, planejamento de ações, responsabilidades e compromissos de cada agente envolvido no contexto.
-	Problemas com os gastos dos Xikrin	*Há desconfiança sobre a participação de comerciantes / fornecedores que superestimam as Notas Fiscais para poder receber valores maiores. A ACIM e a CVRD estão analisando as Notas. *Necessidade de acompanhamento do Ministério Público.	*Melhor controle dos gastos, através do estabelecimento de compromissos entre as instituições e os índios e da criação de mecanismos de acompanhamento e controle de gastos.
-	Relação tensa entre a CVRD e os índios (Xikrin e Gavião)	*A CVRD sente que sua relação com as comunidades indígenas está baseada numa equivocada visão dos índios de que a CVRD é uma grande provedora de todos os desejos de consumo. *A CVRD se sente <i>coagida</i> pela forma como os índios se relacionam, sempre na base da ameaça de interdição da Mina ou da Ferrovia caso suas solicitações não sejam atendidas. *Dificuldade de discutir e estabelecer uma pauta razoável com os índios. *Desgaste dos profissionais que estão a frente do processo	*Consolidar canais de diálogo e articulação entre as instituições do contexto. *Definir, em conjunto, princípios de atuação, planejamento de ações, responsabilidades e compromissos de cada agente envolvido no contexto.
-	Xikrin se queixam que CVRD não cumpre os prazos e alguns de seus compromissos	*Atrasos recorrentes, ano após ano, do início dos trabalhos de construção e reformas de casas e estrada, comprometendo os serviços devido a chegada das chuvas *Queixa de que a CVRD não envia os recursos destinados à saúde, educação e vigilância, quando na verdade esses recursos são enviados, mas estão sendo mal geridos pela ABN	*Regularizar prazos das obras de infra-estrutura. *Melhorar gestão da ABN *Apresentação da Prestação de Contas da ABN e conscientização das comunidades sobre gastos equivocados.

### III.3 - Gestão da Associação Bep Noi

#### III.3.1 - Histórico

A *Associação Indígena Bep Noi de Defesa do Povo Xikrin do Cateté (ABN)* foi fundada em março de 1995, no esteio de uma tendência nacional mais ampla do movimento indígena organizado, que multiplicou o número de organizações indígenas nos anos 90. São várias as razões gerais para essa tendência:

- Fragmentação do indigenismo oficial, que descentralizou diversas atribuições da FUNAI para outros órgãos governamentais, abrindo espaço para a participação crescente e efetiva de organizações não-governamentais, inclusive indígenas;
- Valorização dos povos e do movimento indígena em geral, em decorrência da tendência internacional e nacional de valorização de modelos de desenvolvimento socioambiental, nos quais articula-se a problemática ambiental com as populações minoritárias, com destaque para as indígenas.
- Fortalecimento político dos povos e movimento indígena em geral devido às conquistas no plano jurídico e político, obtidas com as discussões da Assembléia Nacional Constituinte em torno do *Estatuto das Sociedades Indígenas*, ainda que este não esteja aprovado até o momento.
- Disponibilidade de recursos e linhas de financiamento diversos – no plano nacional e internacional – para desenvolvimento de atividades junto a populações indígenas.

Albert (2000)<sup>9</sup> afirma que entre 1988 e 2000 o número de organizações indígenas se multiplicou quase 20 vezes, chegando a cerca de 250 em toda a Amazônia Legal.

- ✕ No caso específico da ABN, além de todas as questões de fortalecimento político mais gerais, foram as atividades relacionadas ao Projeto de Manejo Florestal, especialmente a importância da efetiva participação e apropriação dos Xikrin do processo, o grande estímulo para a articulação que mobilizou os Xikrin e seus parceiros – especialmente ISA e FUNAI – na fundação da ABN.

No momento de sua fundação, entretanto, os Xikrin enfrentaram uma série de problemas comuns à maioria das organizações indígenas, relacionados principalmente com a inexperiência e falta de capacitação para lidar com esse novo formato – burocrático e formalizado – de articulação e representatividade política. Um organismo indígena é mais um instrumento / tecnologia, como o advento de uma ferramenta recém-adquirida – a exemplo das armas de fogo, radiofonia, câmeras de vídeo, alfabetização, etc. – que os povos indígenas têm aprender a “manejar” em seu processo de interação com a sociedade envolvente. Esse aprendizado, como sabemos, representa um longo e árduo processo, no qual o apoio de parceiros é sempre importante. Muitas vezes, mesmo com organizações formalizadas, os povos indígenas encaminham suas demandas através de seus modelos e formatos tradicionais. É o que aconteceu com a ABN, cuja sede se localizava na FUNAI, recebendo ainda o apoio do ISA.

Até 1999, a ABN não executou projetos ou atividades. Nesse período, entretanto, houve um permanente processo de discussão interna, articulações e diálogo com os parceiros em torno do significado, importância e potencialidades da organização.

<sup>9</sup> Albert, Bruce: Associações Indígenas e desenvolvimento sustentável na Amazônia Brasileira. In: Ricardo, C. A (editor): *Povos Indígenas no Brasil 1996-2000*. Instituto Socioambiental, São Paulo, 2000.

- ✕ Em setembro de 1999, entretanto, a CVRD / Departamento de Meio Ambiente (Venâncio) altera os repasses dos recursos da CVRD destinados aos Xikrin, transferindo -os da FUNAI (Convênio CVRD/FUNAI) para a ABN. A idéia dessa alteração era desburocratizar o processo de compras e execução de gastos, pois a ABN, enquanto organização não-governamental não precisaria obedecer a todos os ritos e procedimentos burocráticos pelos quais tinha que passar a FUNAI, como órgão público que é. Além disso, acreditava-se que alocando os recursos dos Xikrin em uma organização deles próprios, seria mais garantido que esses recursos não tivessem que cobrir gastos com outros povos ou destinos.

Essa passagem, entretanto, mesmo que incentivada pelo ISA, parece não ter sido suficientemente discutida entre os parceiros envolvidos. Jucirene, a responsável pelas compras e controle contábil desses recursos, afirma que simplesmente foi informada pelo pessoal da CVRD, em setembro de 1999, que os recursos seriam repassados diretamente à ABN, que daquela data em diante uma conta da ABN – já aberta no BASA – deveria ser utilizada, bem como toda a documentação deveria ser identificada como da ABN e não da FUNAI.

Segundo Eimar (FUNAI), essa foi uma decisão unilateral da CVRD, mas que houve Parecer positivo de um Procurador da República (Dr. Ubiratan) para essa transferência, desde que fosse feito um Termo Aditivo ou correção ao Convênio CVRD / FUNAI, respaldando a alteração dos repasses para a ABN. Essa alteração, entretanto, segundo diversas fontes de informação, está “engavetada” há vários anos na Procuradoria da FUNAI. Ainda segundo Eimar, a FUNAI alertou a CVRD dos riscos dessa transferência, especialmente a falta de capacitação e estrutura dos Xikrin para assumir a gestão de recursos dessa soma, reforçando como exemplo que “... o próprio ordenador de despesa – Karangré Xikrin – não sabe nem ler.”

Para entendermos esse importante momento, entretanto, é preciso recuar e buscar as origens e condicionantes históricas do processo. Desde 1989, quando é assinado o Convênio para o repasse de recursos e assistência aos Xikrin, entre a CVRD e a FUNAI, era a FUNAI que executava as despesas:

- Recebia pedidos e requisições dos índios, que contavam com o apoio local do Chefe de Posto.
- O Administrador Regional, junto com o Departamento Financeiro analisava os pedidos, discutia com os eles e decidia pela validade dos gastos, encaminhando a autorização dos gastos através de RPAs (Relação de Pagamentos Autorizados) para o setor financeiro do Programa Xikrin da FUNAI (Jucirene).
- Jucirene efetuava os levantamentos de preços necessários e realizava as compras, com requisição em nome e com CGC da FUNAI / Programa Xikrin, informando a CVRD (Departamento de Meio Ambiente) e requisitando recursos para cobrir os gastos através de um *Borderô*, que reunia diversos itens.
- A CVRD liberava os pagamentos através de Docs ou Cheques Administrativos diretamente para os fornecedores.

Podemos depreender, desta forma, que havia uma lógica nesse sistema de repasse de verbas e compras. O pagamento era sempre feito depois das compras, ou seja, efetuava-se uma aquisição, gerava-se um débito que apenas depois era coberto / pago, ainda que esses gastos fossem pautados por um planejamento anual, conjunto entre CVRD e FUNAI, no qual se estabelecia os gastos e o orçamento geral.

A equipe do Programa Xikrin do Convênio FUNAI/CVRD era composta por profissionais de campo (enfermeiras, auxiliares de enfermagem, professores etc) e de apoio administrativo (auxiliar de contabilidade); todos contratados pela CVRD – inicialmente através da Pró-Service (1989 a 1997) e posteriormente pela Fundação Zoobotânica (FZB), até 2002, mas ficavam a disposição e sob coordenação da FUNAI.

Entre setembro de 1999 e abril de 2002, entretanto, mesmo que a gestão dos recursos da CVRD destinados aos Xikrin não fossem mais gerenciados diretamente pelo Programa Xikrin / FUNAI e tivessem sido formalmente repassados para a ABN, a estrutura física, pessoal e decisória, bem como os procedimentos adotados eram praticamente os mesmos do período anterior:

- O local físico do gerenciamento e decisões relativos aos gastos era o mesmo, já que a sede da ABN funcionava na própria FUNAI
- A equipe do Programa Xikrin - contratada pela FZB – foi mantida
- A referência decisória e de autoridade sobre os gastos continuava recaindo sobre o Administrador Regional da FUNAI, que chegou inclusive a assinar documentos, formalmente ordenando despesas pela ABN.
- O sistema de compras mantinha-se o mesmo: Solicitações dos índios, análise e autorização dos gastos pelo Administrador Regional, aquisição pelo financeiro da ABN (profissional da FZB), informação para a CVRD, que emitia Cheque Nominal para os fornecedores. Há que se observar, ainda, que mantêm-se a *lógica implícita ao sistema*, ou seja, gasta-se antes para ser pago depois.

O que mudava era apenas o CNPJ pelo qual passavam os recursos, sendo agora o da ABN. Essa alteração, no entanto, gerou uma situação delicada, pois tanto o Administrador Regional da FUNAI, como a Auxiliar Contábil (Jucirene) assinaram Requisições e Solicitações de gastos, mesmo sabendo que não tinham a legitimidade formal para fazê-lo. Essa situação, que gerava desconforto em ambos, foi o que estimulou a vinda de Karangré – presidente da ABN – para residir em Marabá a partir do início de 2001. Com a presença de Karangré, entretanto, começou a se intensificar o processo de descontrole dos gastos, pois muitas vezes ele assinava Requisições ou mesmo efetuava gastos sem discutir previamente com Jucirene. Sua vinda para a cidade também gerou uma série de novos gastos, além de estimular que os Xikrin viessem para a cidade, pois sentiam-se no direito, espelhados pela situação de Karangré.

Desde que a ABN assumiu a gestão dos recursos, entretanto, aos poucos o Administrador Regional foi preparando e inserindo a Auxiliar Contábil Jucirene – até então responsável apenas pelas compras e retaguarda contábil - em esferas mais amplas do processo: reuniões com os índios e CVRD, articulações, planejamento de atividades e de gastos, elaboração de Planos e Orçamentos, etc.

Em abril de 2002 ocorrem algumas mudanças nesse quadro. Em primeiro lugar, decidiu-se pela mudança da sede ABN para um local independente da FUNAI e com maiores condições de trabalho. Além disso, a CVRD decide que todo o pessoal de apoio aos Xikrin passe para o quadro de ABN, fazendo com que a FZB demita todos seus funcionários, posteriormente recontratados pela ABN. Nesse processo, houve redução do quadro de funcionários. A partir desse momento, praticamente se anula o ténue acompanhamento que a Administração Regional da FUNAI ainda prestava à ABN.

Nesse período, aumenta radicalmente o volume de recursos movimentados pela ABN, incluindo, por exemplo, contratos para construção de casas nas aldeias com valores totais de R\$ 300.000 (Benfica e Agroenco) e até maiores que somam cerca de R\$ 1.000.000 (WT Alves). Além disso, as dificuldades de gestão dos gastos do cotidiano geravam despesas cada vez maiores, em itens de importância questionável, sem qualquer controle, fazendo com que a ABN passasse a ficar endividada no comércio.

A safra da castanha de 2002 é um exemplo dessa situação e considerada como um dos pontos principais para a atual situação de débitos da ABN. Apesar do valor orçado para a atividade ter sido de R\$ 117.000,00; o descontrole total na gestão fez com que se gastasse mais de R\$ 400.000,00, muitas vezes em itens como geladeiras, fogões, colchões, que dificilmente poderiam ser justificados como necessários para realizar os trabalhos nos castanhais. Durante a safra, os Xikrin instalaram-se próximos ao Caldeirão para a coleta, propiciando um trânsito permanente para a cidade e onerando espantosamente os gastos.

Preocupada com a situação, a CVRD contrata uma Auditoria Independente no final de 2001, buscando analisar a situação contábil, financeira e legal da associação. Durante alguns meses, a Auditoria realizou levantamentos na ABN, bem como sugeriu encaminhamentos. Entre as principais conclusões da Auditoria estão os seguintes pontos:

- Falta de amparo legal para o repasse para a ABN, das verbas previstas no Convênio 453 – FUNAI / CVRD.
- Inúmeros problemas e pendências de ordem fiscal: Validade do CNPJ, alvará de funcionamento, declaração de Imposto de Renda, RAIS, CAGED, etc.
- Irregularidade e deficiências no estabelecimento de contatos com empresas e na contratação de serviços de terceiros.
- Falta de realização de Assembléias e apresentação de Prestação de Contas que amparem o trabalho da diretoria da ABN.
- Total falta de procedimentos administrativos e de controle dos gastos efetuados, estimulando e facilitando os gastos desnecessários e excessivos.
- Débitos na praça geram uma falta de credibilidade da ABN junto ao comércio, prejudicando seu funcionamento.
- Problemas com a organização e estrutura pessoal da ABN.

Algumas correções e adequações foram efetuadas, especialmente na área dos encargos, impostos e regularização junto aos órgãos do governo municipal, estadual e federal. O problema dos débitos e do descontrole financeiro, entretanto, agravou-se ainda mais desde o início de 2002.

Segundo Rosan Figueiredo (CVRD) – reunião na sede da ABN em 05/09/02 -, os débitos em maio/2002 os débitos da ABN chegaram a R\$ 900.000, sendo que a CVRD intercedeu, reduzindo esse valor para R\$ 400.000 em junho. Em setembro, entretanto, os Relatórios da ABN indicavam que esse valor já havia pulado novamente para R\$ 777.000,00; sendo que R\$ 30.000,00 referentes a gastos pessoais de Karangré, Bepum e Bepkaroti.

A partir de abril de 2002, José Strabeli, da Capacitação do ISA, passa a fazer um acompanhamento e aconselhamento mais de perto da ABN, identificando problemas nos registros financeiros da ABN: classificação errônea de determinados gastos, saldo em algumas Rubricas (saúde, educação, atividades produtivas, etc.) e estouro em outras (apoio

aos PIN), falta de registro preciso dos débitos e dívidas da ABN, dificuldade de identificar nos registros de cada mês, quais gastos foram relativos àquele mês e quais serviam para cobrir débitos.. já que essa distinção não era feita nos Resumos dos Relatórios.

### III.3.2 - Situação Atual

Atualmente, a Equipe da ABN inclui pessoal da Administração, que fica sediado em Marabá; pessoal de apoio (entre motoristas, auxiliares de serviço geral, etc.), que fica tanto em Marabá, nas aldeias e Carajás e o pessoal técnico (profissionais da saúde e educação).

- X Apesar de lidar com inúmeras ~~de~~ diferenciadas tarefas, a ABN, de maneira geral, está exclusivamente voltada para a gestão dos recursos da CVRD destinados aos Xikrin. Desta forma, as atividades nas quais se envolve, são aquelas constantes no Convênio 453 CVRD / FUNAI: saúde, educação, atividades produtivas, transporte, infra-estrutura, vigilância, administração e Verba Mensal. Também participa do Projeto Manejo, coordenado pelo
- X ISA, mas apenas para repasse de verbas (Capital de Giro). Há uma conta da ABN no BSA de Parauapebas, através da qual são feitos os pagamentos aos índios do resultado a ser
- X distribuído. Os recursos emprestados pela CVRD para o Capital de Giro são gerenciados pelo ISA em conta no Banco do Brasil em nome da ABN.

Na área da saúde, remunera pessoal de campo, atende às solicitações de campo de materiais, medicamentos e outros itens (verifica o que há disponível na FUNASA / APITO e adquire o excedente no comércio), apoio aos pacientes encaminhados para a cidade (eventual remoção e transporte ao Hospital), remuneração dos serviços do Dr João Paulo e aquisição dos materiais e medicamentos por ele recomendados. A maioria dessas tarefas é também realizada pela APITO / FUNASA, mas não pareceu haver um plano geral sistemático para divisão do trabalho.

Na educação, a ABN também remunera parte dos profissionais de campo, colabora com aquisição de materiais, transporte de materiais e profissionais para área, passagens para alunos e apoio aos alunos na cidade. Muitas dessas tarefas também são realizadas pela FUNAI, embora não haja um plano trabalho conjunto.

As atividades produtivas reúnem apoio à roças e coleta de castanha. No primeiro caso, a ABN adquire ferramentas e sementes, contrata motosserristas para derrubada da roça, manutenção de equipamentos e assim por diante. Na safra da castanha, a ABN cobre os gastos relativos à realização dos trabalhos. O Plano de Gastos é feito com base nos anos anteriores, mas nos últimos dois anos, como já foi dito, houve um total descontrole desses gastos, estourando o orçamento e desvirtuando os gastos para elementos que em nada se relacionavam com a coleta da castanha propriamente dita. Nessas atividades também há a participação da FUNAI, embora novamente a divisão de tarefas também não esteja bem delimitada, favorecendo duplicação de gastos e esforços ou trabalhos necessários não realizados por ninguém.

Na Vigilância, há um Plano de Trabalho, elaborado pela FUNAI, que designou um funcionário (Branco) para ficar em tempo permanente na Área Indígena e que tem a sua disposição um veículo Toyota para realizar as tarefas. Nesse plano de trabalho há uma série de gastos a serem feitos e os recursos são repassados pela CVRD para a ABN (R\$ 6834,00 mensais) e incluem os seguintes gastos: manutenção e combustível do veículo, alimentação e ajuda de custo dos índios que fazem a missão, apoio para ronda na área, manutenção de rádios, etc.

Para todas essas atividades, fica claro que a participação da ABN é puramente de repasse de recursos. Não há pessoal capacitado para realizar avaliações técnicas nas áreas específicas (saúde, educação, produção, etc.). O planejamento na ABN parece ser algo estritamente financeiro, sem uma discussão conceitual que embase os gastos. Além disso, fica claro um distanciamento dos próprios Xikrin na elaboração desses planos e na gestão e controle dos gastos. A ABN é tida quase como algo alheio aos índios - dos **kuben** - para onde os índios se dirigem para fazer requisições.

- X Isso fica claro, por exemplo, na gestão da Verba Mensal, repassada pela CVRD para gastos pessoais dos índios. São R\$ 50.000 mensais, divididos entre o Kateté (R\$ 35.000) e o Djudjekô (R\$ 15.000). A princípio, esses recursos são destinados para aquisição de roupas, alimentos e outros itens de uso pessoal, que periodicamente representam as aldeias compram em Marabá e redistribuem nas aldeias. Na Verba Mensal, entretanto, foram incluídos os gastos referentes a estadia do Karangré em Marabá (aluguel, escola dos filhos, transporte, empregados domésticos, ajuda de custo, etc.). Também remunerações mensais para os "caciques" são incluídos na Verba Mensal, bem como todos os gastos com o fluxo dos índios para as cidades.

Os gastos pessoais de Karangré, e muitas vezes de Bepkaroti também, invariavelmente extrapolam o orçamento e a solução gerencial encontrada, segundo Jucirene, é a sua inclusão na própria Verba Mensal da ABN. Além disso, o fluxo de lideranças e representantes Xikrin em Marabá e outras cidades tem estado totalmente fora do controle, acarretando em gastos radicalmente altos com transporte, alimentação e hospedagem.

Onerando a Verba Mensal, criando débitos muito acima do previsto e entrando em processo de endividamento no comércio devido a esses gastos extrapolados e fluxo dos índios nas cidades, os recursos destinados aos serviços básicos (saúde, educação, vigilância, etc.) são seriamente prejudicados. Apesar dos Xikrin observarem essa deficiência, talvez por falta de conhecimento do processo como um todo, não identificam na ABN a causa do problema, preferindo atribuir à APITO ou outros órgãos as deficiências dos serviços.

Além disso, o fluxo de mercadorias para as aldeias diminui consideravelmente, sendo frustrante para os Xikrin, que têm a sensação de não estar recebendo o que têm direito. Isso gerou uma cultura de que apenas a presença física e pressão exercida diretamente em Marabá garantem a obtenção de algum benefício. Isso estimula ainda mais a ida dos índios para a cidade, que "dão um jeito" qualquer para chegar em Marabá. Estando lá, alojam-se nos hotéis, comem nos restaurantes e fazem gastos com táxi, contribuindo para o excesso de gastos e fazendo movimentar o círculo vicioso dos débitos.

**III.3.3 - Gestão da ABN – Profissionais envolvidos**

Nome	Função	Local de trabalho	Vínculo	Responsabilidades / observações
Jucirene Bandeira	Assessora administrativa (informal)	Marabá	ABN	*Coordena e centraliza todas as decisões gerenciais da ABN
Augusta	Contadora	Marabá	ABN	*Responsável pelos registros financeiros
Elvani	Pessoal	Marabá	ABN	*Responsável pela organização dos pagamentos, folha de pagto, diárias etc
Clebiane	Recepcionista	Marabá	ABN	*Atendimento ao público, ligações e contato por rádio
Alan	Compras	Marabá	ABN	*Responsável pelos levantamentos de preços e compras no comércio
José	Vigia Noturno	Marabá	ABN	*Segurança da sede
Nilton	Vigia	Marabá	ABN	*Segurança da sede
	Motorista Djudjekô	Djudjekô	ABN	*Dirigir caminhão da comunidade
	Motorista Kateté	Kateté	ABN	*Dirigir caminhão da comunidade
Flávio	Motorista	Marabá e aldeias	ABN	*Dirigir Toyota de apoio da ABN
	Auxiliar serviços gerais	Kateté	ABN	*Apoio ao chefe de posto em tarefas diversas
	Cozinheira	Carajás	ABN	*Cozinhar para os Xikrin residentes e em trânsito na Chácara de Carajás
	Auxiliar	Carajás	ABN	*Apoio geral aos Xikrin na Chácara de Carajás
Marialva	Professora	Kateté	ABN	*Aulas de 1ª a 4ª série na aldeia
Cláudia	Professora	Djudjekô	ABN	*Aulas de 1ª a 4ª série na aldeia
Leduina	Auxiliar de enfermagem	Kateté	ABN	*Atendimento no Posto de Saúde
Ivonete	Técnica de enfermagem	Djudjekô	ABN	*Atendimento no Posto de Saúde
	<b>AJUDA DE CUSTO</b>			
Ikrô	Monitor de Saúde	Djudjekô	ABN	*Atendimento no Posto de Saúde
Bepkamrêk	Monitor de Saúde	Djudjekô	ABN	*Atendimento no Posto de Saúde

Kaituk	Monitor de Saúde	Kateté	ABN	*Atendimento no Posto de Saúde
Vicente	Monitor de Saúde	Kateté	ABN	*Atendimento no Posto de Saúde
	Monitor de ensino	Djudjekô	ABN	*Apoio aos professores e alfabetização
	Monitor de ensino	Kateté	ABN	*Apoio aos professores e alfabetização

### III.3.4 – Gestão ABN / Quadro de Recursos Movimentados

Referência	Instituição Financieira	Instituição Executora	Atividades	Período	Valor para os Xikrin	Valor /anual Estimado
Convênio 0453/89	CVRD	ABN	- Anualmente são elaborados e executados Planos para a Vigilância Territorial com coordenação da FUNAI, assessoria antropológica, ABN e CVRD - O valor mensal destinado à atividade é de R\$6.834,66 e é destinado à manutenção das equipes em campo, combustível etc	Convênio permanente por prazo indeterminado	R\$6.834,66 mensais	R\$82.015,92
Convênio 0453/89	CVRD	ABN	- Verba Mensal, que é destinada aos gastos pessoais dos Xikrin	Convênio permanente por prazo indeterminado	R\$50.000,00 mensais	R\$600.000
Convênio 0453/89	CVRD	ABN	- Custeio, que são verbas destinadas ao apoio nas atividades de assistência à saúde, educação, transporte, infra-estrutura.	Convênio permanente por prazo indeterminado	R\$45.000,00 mensais	R\$540.000
Convênio	CVRD	ABN	- Verbas especiais anuais para a safra de castanha	Convênios firmados anualmente	R\$177.000 em 2002, mas foram gastos mais de R\$ 400 mil	R\$177.000
Orçamento	FUNAI	FUNAI	- Dentro das atividades e do orçamento da FUNAI, existem recursos específicos para a Vigilância Territorial da TIXikrin, tendo um funcionário permanente para a função, um veículo e outros gastos.	Assistência permanente	Não foi possível precisar	Não foi possível precisar

**III.3.5 - Gestão da ABN - Diagnóstico Geral**

	Situação	Descrição	Encaminhamentos
+++	A ABN possui recursos anuais consideráveis, garantidos pela CVRD	<p>*O compromisso assumido pela CVRD junto aos Xikrin proporciona quantidade de recursos financeiros excepcionais, se comparados aos disponíveis para outras populações indígenas.</p> <p>*Esses recursos têm garantido assistência e assessoria diferenciada e de qualidade para os Xikrin em diversas áreas: saúde, educação, projetos, etc.</p>	*Manutenção do compromisso.
	A ABN possui instituições parceiras (ISA, FUNAI) e profissionais interessados em apoiá-los na gestão desses recursos	*Diversas instituições com capacitação, vontade política, histórico de trabalho e confiança junto aos Xikrin se colocam a disposição para colaborar com o fortalecimento institucional da ABN.	* Viabilizar a continuidade do trabalho das instituições com a qualidade esperada.
	Falta de compreensão e identificação por parte dos Xikrin em relação à ABN	<p>*Talvez por ainda não entenderem o que representa a ABN, os Xikrin a concebem como algo "externo" a eles, como se fosse algo dos kuben.</p> <p>*Os Xikrin não assumem nem participam das decisões e responsabilidades da ABN.</p> <p>*A ABN é como se fosse uma "FUNAI particular", um "balcão", de onde retiram o que necessitam. Talvez por isso, sua grande preocupação seja a Verba Mensal, demonstrando pouco interesse na gestão dos outros aspectos.</p>	*Trabalho de informação e conscientização sobre a ABN junto aos Xikrin, estimulando seu maior engajamento nos processos decisórios e gerenciais da ABN.
	Falta de compreensão, por parte do quadro funcional, da essência e significado da ABN.	<p>*Falta de visão conceitual por parte dos funcionários sobre o que significa uma organização indígena, seus aspectos específicos e a diferença em relação a outras organizações (empresas, órgãos públicos, etc.)</p> <p>*Alienação em relação aos aspectos históricos e culturais das populações e do movimento indígena.</p>	<p>*Capacitação e conscientização dos funcionários sobre aspectos diferenciados de uma organização indígena.</p> <p>*Oficinas, cursos e palestras com antropólogos ou especialistas para informação e reciclagem dos funcionários.</p>
	Sobrecarga de trabalho da ABN com a gestão dos recursos da CVRD.	<p>*Em consonância com uma tendência mais geral do movimento indígena brasileiro, o repasse de recursos e a gestão de atividades diversas (saúde, educação, vigilância, etc.) tem sobrecarregado as estruturas de gestão geralmente frágeis das organizações indígenas, a exemplo do que ocorre com a ABN.</p> <p>*Não há preparo nem capacitação por parte dos Xikrin para assumirem a gestão de recursos e trabalhos da ABN, além de encontrarem dificuldades para acompanhar o trabalho dos assessores e funcionários.</p> <p>*Quadro de funcionários deficiente para assumir gestão com as dimensões e</p>	<p>*Discutir e dimensionar os trabalhos e recursos a serem gerenciados pela ABN.</p> <p>*Capacitar e estruturar a equipe de funcionários para assumir a gestão dos recursos e atividades e estimular a participação dos Xikrin.</p>

		complexidade da ABN e também para estimular o engajamento dos Xikrin nas atividades.	
	Deficiência evidente na gestão de aspectos essenciais	<ul style="list-style-type: none"> <li>*Deficiência no planejamento de atividades e gastos e articulação e divisão de trabalho com outras instituições.</li> <li>*Falta de pessoal capacitado tecnicamente para orientar atividades na área de saúde, educação etc.</li> <li>*Descontrole administrativo e de gastos faz com que faltem medicamentos, material escolar, fretes; mesmo que haja recursos disponíveis.</li> </ul>	*Organizar melhor a ABN, respaldando as atividades com suporte técnico e planejamento de qualidade.
X	Irregularidades no funcionamento da ABN	<ul style="list-style-type: none"> <li>*Conforme TIP Consultoria, contratada pela CVRD, faltam ser realizadas assembleias previstas no Estatuto, para respaldar o trabalho da Diretoria.</li> <li>*O repasse para a ABN, dos recursos do Convênio 453 CVRD / FUNAI não está respaldado ou formalizado por documentação.</li> </ul>	
	Descontrole financeiro	<ul style="list-style-type: none"> <li>*Descontrole total dos gastos, fazendo com que o orçamento da ABN seja "estourado", fazendo com que a organização entre em situação de endividamento crônico.</li> <li>*Incapacidade gerencial faz com que algumas Rubricas sejam estouradas e outras fiquem com saldo contábil positivo, embora faltem recursos.</li> <li>*Gastos excessivos com itens, principalmente devidos vindas dos Xikrin para a cidade: alojamento, alimentação e transporte, que poderiam ser minimizados.</li> <li>*Ao mesmo tempo, serviços importantes não são realizados por falta de recursos: saúde, educação e vigilância.</li> <li>*Descontrole e falta de padrão para o registro dos gastos, gerando imprecisão e conseqüente dificuldade de verificação da real situação financeira da ABN.</li> <li>*Problemas de gastos pessoais da diretoria nas contas da associação, especialmente do presidente. Dificuldade de conciliar gastos pessoais da diretoria com os recursos dos trabalhos da ABN.</li> <li>*Funcionários da ABN têm dificuldades de "segurar" os gastos dos Xikrin.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>*Estabelecer, em conjunto com parceiros e comunidade, regras e procedimentos para evitar excesso de gastos.</li> <li>*Criar mecanismos para assegurar que os gastos pessoais dos Xikrin não prejudiquem os serviços essenciais.</li> <li>*Articular parceiros para dialogar com os Xikrin com o objetivo de evitar gastos excessivos e supérfluos.</li> <li>*Criar e obedecer sistema de registro e controle financeiro.</li> </ul>
	Dificuldade de organização e gerenciamento da equipe da ABN	<ul style="list-style-type: none"> <li>*Desrespeito à hierarquia estabelecida.</li> <li>*Relação entre alguns funcionários e os Xikrin dificulta gestão de pessoal</li> </ul>	*Estabelecimento de uma estrutura funcional organizada, com papéis, responsabilidades e hierarquia definidas.
	Muitas reclamações, por parte dos Xikrin, sobre a má distribuição de	*Muitos Xikrin se sentem prejudicados pelo processo de distribuição de mercadorias e recursos da ABN na comunidade e apresentam suas	*Estabelecer melhor forma de distribuição dos

X ?

	<p>recursos e mercadorias da ABN na comunidade</p>	<p>reclamações para os funcionários da associação.</p> <p>*Sensação, desses Xikrin, que as "coisas não estão chegando na aldeia", o que estimula a ida dos mesmos para Marabá, onde acreditam que na pressão ou "corpo a corpo" direto conseguem alguma coisa.</p> <p>*Procedimento totalmente fora do controle, estimulando a sobrecarga de trabalho, relações tensas e acúmulo de gastos, além de implicar gastos com itens que poderiam ser evitados (hotéis, táxi, alimentação na cidade, etc.)</p>	<p>recursos da Abn nas comunidades.</p>
--	--	---	---

## ABN- RECEITAS E DESPESAS 2002

	Desp.Pagas	Débitos	Total	Orçado
1. ATIVIDADES PRODUTIVAS	261.226,40	351.987,13	613.213,53	49.895,28
2. APOIO ÀS COMUNIDADES	337.254,52	237.880,52	575.135,04	48.000,00
Obras e Infra-estrutura	36.560,18	6.770,00	43.330,18	
Viaturas	37.770,25	12.167,21	49.937,46	
Apoio aos PIN's	211.757,48	187.053,15	398.810,63	
Casa do Índio	51.166,61	31.890,16	83.056,77	
3. SAÚDE	35.895,89	66.230,67	102.126,56	56.000,00
4. EDUCAÇÃO	2.970,34	1.000,00	3.970,34	16.000,00
5. VIGILÂNCIA	23.905,92	13.189,67	37.095,59	54.677,28
6. ADMINISTRAÇÃO	187.002,47	57.363,05	244.365,52	240.000,00
7. VERBA MENSAL	350.974,81	19.712,36	370.687,17	400.000,00

### III.4 - Atividades Produtivas

#### III.4.1 - Extração de Castanha

A coleta da castanha tem um importante significado social, cultural e histórico para os Kayapó em geral, inclusive para os Xikrin. Além dos aspectos pragmáticos de subsistência, representa um ciclo na sazonalidade econômica Kayapó, permite e estimula a circulação territorial, estimula a transmissão de conhecimentos sobre o território e sobre a etnohistória Kayapó entre as gerações, instaura uma sociabilidade diferenciada nos acampamentos, intensificando relações e têm fortes conotações simbólicas, estando a atividade relacionado ao conjunto mítico dessa sociedade.

Assim, a atividade faz parte das tradições históricas dos Xikrin muito antes de seu envolvimento comercial com a coleta. Esse envolvimento foi iniciado de forma dramática no período posterior à Primeira Guerra Mundial, quando a alta do preço internacional do produto estimulou investidas no território Xikrin, gerando conflitos com os coletores e proporcionando massacres de quase 200 Xikrin – entre homens, mulheres e crianças – o que estimulou a cisão do grupo entre os dois sub-grupos Xikrin conhecidos atualmente: Bacajá e Cateté. Para esses últimos, que se estabeleceram nas cabeceiras do Itacaiúnas, entretanto, as hostilidades não foram interrompidas.

Lembramos a abordagem de Giannini (2000), onde encontramos um relato histórico do envolvimento dos Xikrin com a castanha:

*“Para os Xikrin a extração de castanha é uma atividade -meio e não uma atividade-fim. Faz com que eles saiam de sua vida sedentária da aldeia, organizem-se para o trabalho (seja através de grupos de parentesco ou de grupos de categoria de idade), coltem matéria-prima, cacem e pesquem em cantos de difícil acesso, retomem contato com seus rios, corredeiras e cachoeiras, reconheçam seu território, suas trilhas tradicionais, inclusive dentro das Áreas de posse da CVRD e da Flona Aquiri/Tapirapé e, finalm ente, possibilita, entre tantas outras coisas aqui não enumeradas, a transmissão desse saber aos mais novos e inexperientes.”* Giannini (2000: 496)

Na década de 50, entretanto, os parte dos Xikrin do Cateté – uma ala considerada “progressista” – passa a se relacionar com os coletores, participando como “arrendatários de castanhais” em grupos dispersos. Como o sistema mantinha os índios em permanente endividamentos e com poucos e poucos resultados econômicos concretos, a exemplo do que ocorreu em praticamente toda a Amazônia, os Xikrin do Cateté vão aos poucos deixando a atividade e reunindo-se novamente em uma aldeia comum. Na década de 60, considerando a posição estratégica da aldeia dos Xikrin do Cateté, o local transformou-se num entreposto para os coletores regionais, que utilizavam o local como posto de comércio, acampamento e até como “bordel”.

Com a criação do Posto da FUNAI entre os Xikrin em 1973 e a política desenvolvimentista do órgão, os Xikrin, como praticamente todas as comunidades indígenas do sul do Pará, foram envolvidos em atividades produtivas, especialmente a castanha, abundante na região. Os resultados financeiros não foram positivos até 1977, quando conseguem boa compensação financeira, com ajuda do Chefe de Posto Fred Spati e devido à alta do preço internacional da castanha. O envolvimento dos Xikrin com as safras anuais continuou até 1987, quando os Xikrin interrompem a atividade, novamente devido a problemas de retorno financeiro – há que se lembrar que neste momento se envolvem com atividades

madeireiras, cujo “retorno” é sem dúvida maior e menos “trabalhoso” – e também por falta de estímulo.

No início dos anos 90, entretanto, volta-se a discutir o envolvimento dos Xikrin com a atividade, no bojo das discussões sobre o Projeto de Manejo Florestal e a busca de alternativas ao envolvimento com a extração predatória de madeira. Uma das considerações mais importantes era a necessidade de melhorar os ganhos com a atividade através de melhor planejamento e de sua verticalização. Essa interlocução deixou claro que os Xikrin tinham interesse em retomar as atividades, o que estimulou o CEDI – a por intermédio da assessoria de Isabelle Giannini, com financiamento da SEMAM / MMA a contratar a ECOTEC – Sociedade para o Desenvolvimento Tecno-ecológico para elaborar estudo sobre a atividade, condensado no documento *Estudo para implantação de projeto de processamento descentralizado de castanha do Pará*, finalizado em 1993. Nesse mesmo ano, um grupo de Xikrin visitou projeto de beneficiamento de castanha em Xapuri-AC.

Dando continuidade às atividades, em 1996 foi incluído apoio para a atividade no financiamento que o ISA teve do PD/A (Contrato 077). Com esse apoio, foram montadas duas mini-usinas de beneficiamento da castanha, aquisição de embarcação e limpeza dos rios para o transporte e treinamento para o beneficiamento com coletores do Acre. As safras de 1997 e 98 tiveram envolvimento total por parte das comunidades em todas as etapas do processo: divisão das áreas de coleta de acordo com critérios pré-prios (categorias de idade e lideranças), transporte e comercialização; que foi feita diretamente pelos Xikrin, com acompanhamento do pessoal do ISA e da FUNAI. Em 1998, com a usina de beneficiamento funcionando, foi agregada a participação direta das mulheres, representando um estímulo ainda maior para a atividade.

Entre 1999 e 2000, entretanto, por falta de recursos do ISA, não foi possível dar continuidade ao processo de capacitação para o beneficiamento da castanha, prejudicando o processo de verticalização objetivado para a atividade. Os Xikrin, entretanto, com acompanhamento da FUNAI e assessoria de Isabelle Giannini, mantiveram a coleta e chegaram a obter um ótimo retorno em 2000, quando comercializaram 1.458,3 hectolitros de castanha *in natura*, obtendo R\$ 61.248,60.

A CVRD, que apóia a extração de castanha entre os Xikrin desde 1986, sempre com apoio da FUNAI e assessoria antropológica, com recursos para a compra de ferramentas e outros gastos, intensifica seu apoio com o financiamento / aviamento dos gastos precedentes necessários à atividade, no âmbito do Convênio de apoio aos Xikrin. Em 2001, entretanto, o que se gastou com a pré-safra – cerca de R\$ 100.000,00 – foi muito superior ao resultado financeiro da coleta – não muito mais que R\$ 30.000,00. Em 2002 o problema repetiu-se, adquirindo proporções dramáticas. Lembre-se que neste ano os recursos da CVRD já estavam sendo repassados diretamente e gerenciados pela ABN. A previsão de gastos inicial era de R\$ 117.000,00; mas as dificuldades de gestão por parte da ABN, o descontrole total sobre os gastos feitos, a falta de critério sobre os itens a serem adquiridos e o fato dos Xikrin terem acampado no Caldeirão – próximo a Carajás – fez com que se gastasse mais de R\$ 400.000,00. Este é considerado um dos principais fatores de endividamento da ABN.

Fica claro que a coleta da castanha, pelo menos a justificativa da necessidade de apoio financeiro para sua safra, foi apropriada pelos Xikrin como mais uma fonte de obtenção de mercadorias e realização de gastos pessoais; como parece ter ocorrido com os recursos da CVRD repassados à ABN em geral. A importância histórica e cultural da coleta da castanha

para os Xikrin é inegável, porém essa apropriação e o total descontrole dos gastos pode estimular um procedimento arriscado de vínculo da atividade a este financiamento.

### III.4.2 - Outras atividades produtivas

Ainda que não seja possível aprofundar algumas questões, é preciso ao menos citar outras atividades relacionadas à produção relevantes ao Contexto Xikrin. Uma delas é o Projeto **Nhiokpoki**, de valorização do grafismo Xikrin, tradicionalmente utilizado na pintura corporal. Com o apoio da CVRD, o projeto pretendia aplicar o grafismo Xikrin a produtos de qualidade voltados para a comercialização e geração de renda para a comunidade. Cores, motivos e proporções originais seriam respeitados, procurando vitalizar e divulgar a cultura Xikrin, além de consolidar uma atividade para as mulheres, bem como uma alternativa de renda para elas. O projeto, idealizado no final da década de 90, foi recebido com entusiasmo pelas índias e parceiros, mas pouco depois foi interrompido, situação na qual continua até hoje.

No contexto do apoio prestado pela CVRD aos Xikrin são também destinados recursos para auxílio à produção das roças, com a aquisição de ferramentas e pagamento de não-índios para ajudar na derrubada do terreno. Por fim, foi elaborado um projeto para aproveitamento para pecuária, utilizando o pasto remanescente da fazenda Gran-Reata, que invadiu a Área Xikrin. O projeto foi elaborado pela Funai e a ONG Extensão Amazônica (de Marabá) e encaminhado à CVRD, embora até o momento não tenha sido aprovado.

**III.4.3 - Atividades Produtivas – Profissionais envolvidos**

Nome	Função	Local de trabalho	Vínculo	Responsabilidades / observações
Jucirene Bandeira	Assessora administrativa (informal)	Marabá	ABN	*Coordena os gastos relativos à coleta da castanha repassados pela CVRD para a ABN
Eimar	Administrador Regional	Marabá	FUNAI	*Apoio geral na elaboração e execução da coleta
Ivan	Chefe de Posto	Djudjekô	FUNAI	*Apoio geral nas atividades de campo, especialmente o encaminhamento de ferramentas e insumos para as roças
Alberto	Chefe de Posto	Cateté	FUNAI	*Apoio geral nas atividades de campo, especialmente o encaminhamento de ferramentas e insumos para as roças
Josino		Carajás	CVRD	*Apoio local em Carajás para a extração de castanha
Rosan		Carajás	CVRD	*Discussão do Plano para coleta e repasse de recursos

**III.4.4 - Atividades Produtivas – Recursos movimentados**

Referência	Instituição Financia	Instituição Executora	Atividades	Período	Valor para os Xikrin	Valor /anual Estimado
Convênio	CVRD	ABN	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Anualmente são elaborados e executados Planos para a extração de castanha, com participação de FUNAI, assessoria antropológica, ABN e CVRD</li> <li>- Os orçamentos estimados tem sido altamente superados nos últimos 2 anos. Em 2002, o gasto foi de mais de R\$ 400mil, sendo que o orçamento não chegava a R\$ 200mil</li> </ul>	Convênio permanente por prazo indeterminado	R\$177.000,00 foi orçamento de 2002	Idem
Convênio 0453/89	CVRD	ABN	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Dentro da Verba de custeio mensal, enviada à ABN estão contemplados recursos para as atividades produtivas, no valor de R\$ 6.236,91 mensais, que incluem aquisição de ferramentas, insumos em geral, pagamento de trabalhadores para derrubar roça etc.</li> <li>- Ainda existem pedidos de verba suplementar eventuais para as mesmas atividades</li> </ul>	Convênio permanente por prazo indeterminado	R\$ 6.236,91 mensais no total, além de verbas suplementares	R\$ 74.842,92, além de verba suplementar

Orçamento	FUNAI	FUNAI	- Dentro das atividades e do orçamento da FUNAI, existem recursos específicos para o apoio às atividades produtivas, especialmente na roça. A verba não é fixa, mas depende da necessidade do momento, como aquisição de sementes, ferramentas, etc.	Assistência permanente	Não foi possível precisar	Não foi possível precisar
Projeto Nhiokpakti	CVRD		- Projeto de aproveitamento do grafismo Xikrin para aplicação em materiais diversos, sendo um atividade feminina que visa geração de renda específica para as mulheres.	Projeto específico, que está "parado"	Não foi possível precisar	Não foi possível precisar

### III.4.5 - Atividades produtivas / Coleta da castanha -Diagnóstico Geral

Situação	Descrição	Encaminhamentos
A coleta da castanha é um elemento de grande importância para os Xikrin	<ul style="list-style-type: none"> <li>*A coleta da castanha sempre representou uma importante etapa no ciclo anual dos Xikrin e em sua mobilidade territorial e subsistência.</li> <li>*A atividade estimula uma interação diferenciada entre a comunidade e é importante na transmissão de conhecimentos dos mais velhos para os mais jovens, principalmente sobre seu território e etnohistória</li> </ul>	*Encontrar maneiras de viabilizar a continuidade da atividade, conciliando-a com as novas demandas dos Xikrin
Xikrin têm tradição de envolvimento com a atividade e a apreciam	*Além da atividade fazer parte da tradição étnica dos Xikrin, também foi incorporada há muitas décadas como uma atividade comercial	
A coleta da castanha é uma atividade sustentável ambientalmente e que pode ser rentável	*A coleta da castanha permite a exploração da floresta sem devastá-la.	
Instituições parceiras interessadas em contribuir com os Xikrin	<ul style="list-style-type: none"> <li>*A FUNAI, CVRD, ISA e ABN têm demonstrado disposição de apoiar os Xikrin na manutenção da atividade</li> <li>*A CVRD destina recursos específicos para o financiamento / aviamento da produção</li> <li>*A FUNAI tem acompanhado as safras, na medida do possível, desde a coleta até a comercialização</li> </ul>	*Potencializar interesse das instituições com Plano discutido e executado conjuntamente
Má gestão da ABN gera gastos excessivos	<ul style="list-style-type: none"> <li>*Os problemas da gestão financeira e administrativa da ABN, entretanto, tem feito com que se gaste muito mais que o necessário, em itens exógenos à coleta da castanha, sob o pretexto da "preparação" da safra</li> <li>*Em 2002, a partir de um orçamento de R\$117.000,00; foram gastos cerca</li> </ul>	*Estabelecer um plano de trabalho inter-institucional bem discutido e acordado, que leve em conta os fatores realmente necessários para a safra da castanha.

		de R\$ 400.000,00 com esse pretexto, incluindo aquisição de colchões, rádios, entre outros itens evidentemente pessoais e dispensáveis para a safra	<p>*Discutir e acordar com os Xikrin os gastos realmente necessários para a atividade, destinando gastos pessoais para outras Rubricas.</p> <p>*Regularizar a gestão financeira da ABN.</p>
	Os Xikrin aproveitam o apoio da CVRD para a atividade para comprarem todo tipo de coisas	<p>*A falta de controle, de um Plano bem elaborado e de critérios e limites financeiros tem feito com que a preparação para a safra da castanha seja utilizada como pretexto para gastos pessoais (colchões, rádios, etc.)</p> <p>*Durante a safra de 2002, os Xikrin acamparam próximo do Caldeirão, estimulando visitas à Carajás, onerando ainda mais os custos da safra com gastos de transporte, alimentação e outros na cidade.</p>	<p>*Discutir e acordar com os Xikrin os gastos realmente necessários para a atividade, destinando gastos pessoais para outras Rubricas.</p> <p>*Regularizar a gestão financeira da ABN.</p>
	A rentabilidade da atividade não é muito grande	*Em face do que os Xikrin recebem do Convênio CVRD a título de "Verba Mensal" e do que tem se acostumado a gastar como aviamento de safra; a rentabilidade da extração e comercialização de castanha não é muito atraente	<p>*Estabelecer um planejamento de atividade e financeiro precisos e muito bem discutidos.</p> <p>*Discernir o que são gastos pessoais do que são gastos realmente voltados para a realização da safra.</p>
	Dificuldade de agregar valor à atividade	<p>*Agregar valor à castanha demanda infra-estrutura, tecnologia, processos, apoio técnico e logístico e recursos adicionais</p> <p>*Agregar valor implica a efetiva participação e interesse dos Xikrin na atividade</p>	*Estabelecer um Plano de Negócios preciso e discuti-lo com a comunidade e entre as instituições parceiras

### III.5 - Educação escolar XikriN

#### III.5.1 - Apresentação

Considerando a educação de uma perspectiva mais ampla, podemos dizer que foi com Frei José Caron, nos anos 60, que os Xikrin tiveram contato maior com uma aprendizagem mais sistemática sobre aspectos de nossa sociedade. Embora não houvesse uma escola no contexto da atuação de Frei Caron, sua atitude foi sempre de implementar ações ensinando e capacitando os Xikrin para assumi-las.

A saída de Caron da área deu-se em 1970 e o início do trabalho da FUNAI ocorreu apenas em 1973, com a instalação do Posto Indígena do Cateté. Nesse intervalo, os índios ficaram praticamente sem nenhum trabalho sistemático de agências externas junto a eles, o que é retomado com a instalação do PIN Cateté, em 1973. As prioridades de atuação do PIN, entretanto, era área da saúde, proteção territorial e das atividades produtivas. A educação escolar só foi introduzida mais tarde, com todas as dificuldades e precariedades que normalmente envolviam o trabalho de campo da FUNAI naquele momento.

Nos anos 80, inicia-se o apoio da CVRD aos Xikrin, através de Convênio com a FUNAI. Em 1984 são contratadas duas professoras para a área, embora não houvesse um preparo especial para nenhuma delas. A situação foi melhorando aos poucos, com a consolidação da escola no Cateté, o estabelecimento de professores, o fluxo de material escolar e a organização de um sistema de ensino, sob responsabilidade da FUNAI com recursos da CVRD.

Diversos professores passam pela aldeia até que, no início da década de 90 a professora Leila se estabelece de forma mais definitiva no Cateté, passando cerca de 10 anos junto aos Xikrin. A professora Leila é contratada e paga diretamente pelo cacique Karangre, tendo sido introduzida na área pela antropóloga Isabelle Giannini, que passa a formá-la numa perspectiva de ensino diferenciada e específica para os Xikrin, assim como a professora Cláudia e a Sra. Francisca da FUNAI/Marabá, durante os anos de 1992 e 1993 através de cursos ministrado na aldeia.

Essa formação e a continuidade das aulas permitiu uma consolidação maior da escola na comunidade e o início do processo de formação de Monitores Indígenas de Educação. A contratação dos professores de campo era feita pela Fundação Zoobotânica / CVRD, cujo trabalho e recursos era coordenado pelo Departamento de Educação Indígenas da FUNAI de Marabá. No ano de 1992 a CVRD apoiou e patrocinou a primeira cartilha na língua Xikrin elaborada pela antropóloga Isabelle Giannini e pelos Xikrin. Esta cartilha estimulou a formação dos monitores Xikrin e o aprendizado inicial na língua.

A partir de 1991, entretanto, a política nacional para a educação indígena passa a ser alterada com o Decreto Presidencial 29/91, que atribui a responsabilidade do assunto ao Ministério da Educação e Cultura – MEC; diluindo um pouco o papel da FUNAI, que manteve, entretanto, toda a condução do processo até alguns anos mais tarde. No Pará, a Secretaria Estadual da Educação do Pará – SEDUC começa trabalhar sobre a questão em 1994 e em 1997 o Pará é um dos primeiros estados brasileiros a municipalizar a educação escolar indígena, repassando para as Secretarias Municipais de Educação a responsabilidade pelas escolas indígenas, com exceção dos Gavião do Mãe Maria e dos Tembê do Alto rio Guamá, que permaneceram ligados à SEDUC.

Atenua-se ainda mais o papel executor da educação escolar indígena pela FUNAI, especialmente depois da Resolução 003/99 e do Parecer 14/99 – MEC, que delinea e fixa Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Indígena. Fica definido que o MEC é o responsável pelas Diretrizes Gerais do assunto, os Governos do Estado assumem a política para o ensino médio voltado para as populações indígenas e as prefeituras a educação fundamental do primeiro grau.

A partir desse momento, portanto, além da FUNAI, que coordenava o trabalho das escolas e seus profissionais – contratados pela FZB / CVRD – passam a entrar em cena a Prefeitura de Parauapebas - com a contratação de mais professores, fornecimento de material escolar, merenda e material didático – e a SEDUC – com ação restrita à capacitação e formação dos profissionais de área indígena, sejam eles índios ou não -índios e o ensino de 5ª a 8ª séries.

Essa nova divisão de responsabilidades, entretanto, carece de uma discussão mais ampla, pois gera uma série de problemas em todo o Brasil, principalmente situações de desencontro entre as instituições participantes e as comunidades indígenas. As Prefeituras não têm demonstrado capacidade de lidar de maneira satisfatória com a questão indígena e o fato de os recursos destinados à educação escolar indígena virem misturados no FUNDEF geral para o restante da população do Município, dificulta o estabelecimento de um Programa específico de qualidade e o devido acompanhamento pelas comunidades e cobrança de seus direitos. Há uma forte tendência, atualmente, para que a educação escolar indígena ocorra formalmente em âmbito estadual, com o estabelecimento de um Fundo específico para sua execução.

Em 1994, com a fundação do Djudjekô, tornam-se necessários o estabelecimento de uma nova escola e a contratação de mais professores. Até final dos anos 90, entretanto, apesar da inabilidade da Prefeitura de Parauapebas para lidar com a questão indígena, a coordenação de educação da FUNAI / Marabá mantinha a centralização do processo, coordenando todas as atividades: envio de material escolar, didático e merenda para as aldeias – cobrando da Prefeitura quando necessário – acompanhamento do trabalho dos professores, discussão, avaliação e planejamento da escola com as comunidades e assim por diante. O trabalho da FUNAI, além dos recursos próprios, era beneficiado pela complementação proporcionada pelo Convênio com a CVRD. Os professores de campo e os Monitores de Ensino passam a participar dos Módulos de Formação e Capacitação proporcionados pela SEDUC.

Nos últimos dois anos, entretanto, houve uma alteração no quadro com a paulatina transferência dos recursos da CVRD para a ABN, retirando o repasse da FUNAI, a transferência da sede para local independente da FUNAI e todos os problemas de gestão dos recursos pela ABN. Por um lado, desarticulou-se a coordenação geral da Educação por parte da FUNAI, com o desmembramento dos recursos da CVRD que administrava destinando às escolas. Os profissionais que a FZB (Fundação Zoobotânica) contactava e colocava sob coordenação da FUNAI foram repassados para a ABN, sem que houvesse uma discussão conjunta e definição precisa das responsabilidades, dificultando o acompanhamento do trabalho desses profissionais. A ABN, por sua vez não possui quadros capazes de assumir essa tarefa. Além disso tudo, ocorre a saída da consultora Isabelle Giannini do Convênio, e da Sra. Francisca da Funai/Marabá. A contratação de novos professores, portanto, foi realizada sem o apoio de profissionais acostumados em lidar com os Xikrin.

A nova situação dificulta uma coordenação pedagógica e conceitual. Os professores de campo elaboram seu Plano de Aulas e definem estratégias pedagógicas, mas sentem falta de

um apoio e acompanhamento mais próximo, que é prestado durante os Cursos de Formação anuais ou quando passam por Marabá e entram em contato com o Setor de Educação da FUNAI. O Plano de Aulas é elaborado pelas professoras em campo sem acompanhamento ou avaliação, que não seja nos momentos citados acima.

O Departamento de Educação da FUNAI e o órgão mais próximo da área que poderia prestar esse acompanhamento com competência técnica, pois a SEDUC possui um quadro reduzido e está sediada em Belém, ABN não possui profissional qualificado para trabalhar com educação e a Prefeitura de Parauapebas / FUMEP não demonstra capacidade para trabalhar com a questão indígena. A sobrecarga da Chefe do Departamento de Educação – também acumula a função de organizar os pagamentos de aposentadorias para as aldeias – dificulta esse acompanhamento. Basta dizer que, nos últimos dois anos a responsável não pôde se deslocar para as aldeias, o que dificulta o acompanhamento e orientação *in loco* dos professores de campo. Além disso, o fato de os professores serem contratados por outras instituições, sem que haja uma divisão de tarefas mais precisa entre as instituições, dificulta a centralização conceitual na FUNAI.

Não há material didático específico ou adaptado e os professores encontram dificuldades em implementar estratégias diferenciadas principalmente devido à intransigência dos Xikrin quanto à utilização de qualquer elemento de sua língua ou cultura no âmbito da educação escolar. No Cateté são 206 alunos matriculados e, no Dudjekô, 85. Em ambas as aldeias dois professores são responsáveis pelas aulas, o que gera um desequilíbrio no Cateté, onde as professoras ficam sobrecarregadas com um número excessivo de alunos. Além disso, as professoras de campo são também as responsáveis por outras funções: acompanhar o trabalho do Monitor de Ensino, limpeza da escola e fazer merenda, por exemplo; aumentando ainda mais a sobrecarga.

A frequência é muito irregular, tanto pela sazonalidade de atividades dos Xikrin: roça, festas, coleta de castanha, etc. como também, na opinião das professoras de campo, pela falta de interesse e estímulo dos jovens, cuja falta de vontade é atribuída ao comodismo. Os Xikrin, por sua vez, alegam falta de estímulo para o estudo.

Quando o problema é a continuidade dos estudos, a questão se complica ainda mais, pois na aldeia só há disponibilidade de 1ª a 4ª séries e muitos Xikrin já encerraram este ciclo. A continuidade, nesses últimos dois anos, foi transferida para Marabá, devido a toda a movimentação para as cidades advinda da gestão dos recursos da CVRD. A Chefe do Departamento de Educação da FUNAI recebeu inúmeros pedidos de matrícula de Xikrin na cidade. Alguns estão fazendo o Curso Supletivo Modular, sendo que, desde 1997, nove Xikrin já passaram pelo processo, dos quais quatro já concluíram e dois deles cursam o Telecurso 2000 (segundo grau). Além disso, são dez alunos estudando regularmente nas cidades, sendo 4 – filhos de Karangé – em Marabá e 6 em Parauapebas – filhos de Roiri e Bepkaroti. Devido a toda essa demanda, está sendo analisada a possibilidade de implementação de ensino de 5ª a 8ª séries na aldeia.

O trabalho dos Monitores de Ensino é considerado importante por todos os agentes, mas também é reconhecido que tem faltado estímulo para este trabalho, devido à descontinuidade de pagamento, falta de acompanhamento e capacitação continuada. Além desse estímulo, seria preciso estabelecer e cobrar mais as responsabilidades (horários, aulas dadas, etc.) dos Monitores. A falta de pagamento dos Monitores (com remuneração atrasada há 3 meses, em setembro) é um fator complicador quando se fala em estímulo ao trabalho.

III.5.2 - Educação escolar Xikrin – Profissionais envolvidos -

Nome	Função	Local de trabalho	Vínculo	Responsabilidades / observações
Maria	Chefe do Depto de Educação	Marabá	FUNAI	*Coordenação das atividades escolares em área indígena da região de Marabá e apoio aos estudantes na cidade
Regina	Chefe do Depto de Educação Indígena	Belém	SEDUC	*Coordenação das atividades relacionadas ao Governo do Estado relativas à escola indígena: capacitação, 5ª a 8ª séries, etc.
Marialva	Professora	Cateté	ABN	*Aulas na escola da aldeia
Rosa	Professora	Cateté	FUMEP / Parauapebas	*Aulas na escola da aldeia
Cláudia	Professora	Djudjekô	ABN	*Aulas na escola da aldeia
Ivone	Professora	Djudjekô	FUMEP / Parauapebas	*Aulas na escola da aldeia
Isabelle Giannini	Assessora Antropológica		ISA	*Apoio na elaboração de um Plano para educação na Área Xikrin
Bemoro	Monitor de ensino	Djudjekô	ABN	*Alfabetização em Xikrin e apoio aos professores em área
	Monitor de ensino	Cateté	ABN	*Alfabetização em Xikrin e apoio aos professores em área
Rosan		Carajás	CVRD	*Decisão sobre repasses de recursos para ABN, inclusive ara educação.
Jucirene Bandeira	Assessora administrativa (informal)	Marabá	ABN	*Coordena e centraliza todas as decisões gerenciais da ABN

**III.5.3 - Educação Escolar Xikrin - Quadro de Recursos movimentados**

Referência	Instituição Financia	Instituição Executora	Atividades	Período	Valor para os Xikrin	Valor /anual Estimado
Convênio 0453/89	CVRD	ABN	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Dentro da Verba de custeio mensal, enviada à ABN estão contemplados recursos para o atendimento à educação</li> <li>- Não há um valor específico a atividade.</li> <li>- Há, ainda, a contratação de profissionais de campo e eventuais reformas na escola.</li> </ul>	Convênio por prazo indeterminado	R\$ 45.000,00 mensais no total, além de contratação de profissionais de campo	Não é possível estimar com precisão
FUNDEF	Prefeitura Parauapeba FUMEP	Pref. Paraupebas FUMEP	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Com a educação de 1º grau municipalizada, a prefeitura de Parauapebas recebe recursos do FUNDEF para viabilizar educação na área Xikrin</li> <li>- Com esse recurso, contrata duas professoras, envia material escolar e merenda</li> </ul>	Prazo indeterminado	Não foi possível averiguar	Não foi possível averiguar
Orçamento	FUNAI	FUNAI	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Através do departamento de educação, a FUNAI acompanha os trabalhos em área, dispondo de uma coordenadora e recursos (poucos) para apoio aos estudantes em Marabá</li> </ul>	Prazo indeterminado	Não foi possível averiguar	Não foi possível averiguar
Orçamento	SEDUC	SEDUC	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Como parte de suas responsabilidades, a SEDUC organiza cursos de formação para profissionais da educação de área indígena, que incluem dos Xikrin</li> </ul>	Prazo indeterminado	Não foi possível averiguar	Não foi possível averiguar

**III.5.4- Educação escolar Xikrin - Diagnóstico Geral**

Situação	Descrição	Encaminhamentos
Sedentarização e concentração em duas comunidades facilita plano	<ul style="list-style-type: none"> <li>*A despeito dos problemas que gera, o fato de os Xikrin se estabelecerem em comunidades sedentárias facilita a estruturação</li> <li>*Maior longevidade da infra-estrutura</li> </ul>	
Xikrin reconhecem a importância da educação	<ul style="list-style-type: none"> <li>*Há tempos os Xikrin reconhecem na educação escolar um importante instrumento para se relacionar com os kuben com maior autonomia</li> <li>*Os Xikrin demonstram interesse de que seus filhos estudem</li> </ul>	*Manter processo de diálogo com os Xikrin no sentido de aprimorar e adequar sua escolarização
Existem recursos complementares para a educação escolar	<ul style="list-style-type: none"> <li>*O Convênio CVRD / Xikrin proporciona recursos extraordinários, além daqueles já existentes de responsabilidade do Estado.</li> <li>*Com esses recursos pode haver um aprimoramento da educação escolar dos Xikrin</li> </ul>	*Garantir a continuidade e boa gestão dos recursos da CVRD para a educação escolar Xikrin
Monitores indígenas de ensino Xikrin atuando	*Existem dois Monitores Indígenas de ensino Xikrin já atuando nas comunidades, apoiando o trabalho dos professores e iniciando o processo alfabetização	*Fortalecer o trabalho e a formação dos Monitores e ampliar o seu conjunto para mais interessados
Várias instituições interessadas no sucesso da educação escolar Xikrin	*Diversas instituições envolvidas com os Xikrin contribuem, direta ou indiretamente, cada qual com sua responsabilidade, para a melhoria da educação escolar Xikrin: FUNAI, CVRD, ISA, Seduc etc	*Manter a participação das instituições, fortalecendo o diálogo e definindo o papel e responsabilidade de cada uma.
Infra-estrutura escolar com problemas	<ul style="list-style-type: none"> <li>*Faltam instalações adequadas para a escola e alojamento dos professores (Djudjekô)</li> <li>*Salas de aula insuficientes e em estado precário</li> </ul>	*Regularizar a infra-estrutura escolar das aldeias
Falta de Planejamento e condução conceitual para a educação escolar	<ul style="list-style-type: none"> <li>*Falta preparo e acompanhamento do trabalho dos professores em campo</li> <li>*Falta definir diretrizes diferenciadas de ensino e aplicá-las à escola Xikrin, através de metodologia, material e estratégias de ensino diferenciadas</li> </ul>	*Estabelecer um planejamento e definição de premissas, com todas as instituições envolvidas, para orientar as atividades escolares em área
Indefinição de responsabilidades das instituições envolvidas	*Apesar de haver diversas instituições envolvidas com a educação escolar Xikrin, há uma dificuldade de estabelecer e cumprir uma divisão de responsabilidades: acompanhamento dos professores, transporte e controle de escala dos professores, aquisição e encaminhamento de material escolar para as aldeias, etc.	*Estabelecer um planejamento e definição de premissas, com todas as instituições envolvidas, com definição precisa de responsabilidades.
Sobrecarga dos professores em área	*Além de darem aulas, os professores assumem tarefas extraclasse: fazer	*Repensar e redimensionar o conjunto e a atuação

		merenda, limpar e zelar pelo prédio, etc. *No Cateté são mais de 200 professores para apenas 2 professores	dos profissionais em campo.
	Problemas com a gestão financeira ABN prejudica atividades escolares	*Apesar de haver recursos destinados para complementar a educação escolar indígena Xikrin, repassados pela CVRD para a ABN, a falta de controle desses gastos tem feito com que esses recursos tenham outro destino *Faltam material escolar, transporte para a entrada e saída dos professores nas datas certas, etc.	*Regularizar a gestão financeira da ABN e garantir recursos financeiros para a educação escolar.
	Irregularidade na presença dos alunos em sala de aula	*A frequência dos alunos nas aulas é muito irregular, especialmente dos mais velhos. *Prejuízo à continuidade das aulas	*Pensar um calendário escolar diferenciado e específico para as sazonalidades Xikrin *Discutir com as comunidades estratégias para manutenção das crianças nos períodos combinados
	Dificuldade dos professores com resistência dos Xikrin com qualquer introdução de aspectos da língua e cultura Xikrin nas aulas	*Intransigência dos Xikrin com qualquer elemento de sua língua e cultura nas aulas, mesmo que sejam instrumentos e estratégias pedagógicas. *Falta de um padrão ou orientação de como trabalhar a questão junto aos Xikrin	*Estabelecer um Plano de trabalho para a educação escolar Xikrin que contemple estratégias aceitas pelos Xikrin e que sejam efetivas.
	Trabalho dos Monitores de Ensino é irregular	*Apesar de haver de monitores de ensino, seu trabalho não obedece a uma regularidade e previsibilidade	*Fortalecer a formação e o papel dos monitores no sistema de ensino Xikrin. *Definir rotina de trabalho e responsabilidades para os monitores *Garantir remuneração dos Monitores com recursos da CVRD

### III.5 - Vigilância Territorial

#### III.5.1 – Apresentação

A Área Indígena Xikrin do Cateté possui 439.150,5 há, n um perímetro de 372,5 km, e foi demarcada fisicamente em 1981 e homologada pelo Presidente da República através do Decreto Presidencial 384 de 24 de dezembro de 1991. Sua noção de territorialidade, entretanto, indica que seu território engloba uma área muito mais vasta, como nos mostra Giannini (1994):

*“O histórico das mudanças e migrações dos Xikrin, incluindo um vasto curriculum de conflitos com outros grupos Kaiapó, outros povos indígenas e populações extrativistas não-indígenas, conformou uma concepção territorial que vai muito além dos atuais limites da demarcação (...): extrapola, a leste, para a área de posse da CVRD e, ao sul, vai além da rodovia PA-279, englobando a área hoje ocupada pela cidade de Tucumã, estendendo-se até o rio Araguaia; ao norte, vai até o rio Bacajá, ao sul da cidade de Altamira.”* (Giannini, 1994:9)

Dentro dessa perspectiva, o processo de Vigilância Territorial executado pelos Xikrin relacionava-se à utilização do território e sua manutenção era uma, entre várias, das razões que incentivava as relações belicosas e tensas que mantinham com outros sub-grupos Kayapó, outras etnias indígenas e colonos e extrativistas que ocuparam lenta e esparsamente a região do sul do Pará até meados do século passado. Com esses colonizadores não-índios, mantiveram as primeiras relações com a sociedade envolvente. Eram pequenos agricultores e criadores de gado, castanheiros, “gateiros”, garimpeiros, balateiros, entre outros, que ocuparam o sul do Pará.

A partir dos anos 50, quando os Xikrin retornam do Posto Las Casas para as margens do Cateté passam a se fixar na área que hoje ocupam. Até os anos 60 / 70, entretanto, os Xikrin viviam praticamente isolados e mantinham poucos contatos com os regionais. A defesa de seu território, naquele momento, ainda seguia em certa medida, os moldes tradicionais, embora tenhamos que destacar que o estado de desorganização e desarticulação em que viviam os Xikrin dificultava a tarefa.

Esse isolamento foi interrompido quando as ações de colonização e desenvolvimento da Amazônia brasileira, iniciadas nos anos 60, começam a se fazer presentes na região, capitaneados principalmente pelo Projeto Grande Carajás – responsável pela abertura da rodovia PA-279, que liga São Felix do Xingu a Redenção – pela instalação de grandes fazendas na região e pela “febre” dos garimpos. Nos anos 70, é iniciado o processo de identificação territorial para demarcação da Área Xikrin, a partir dos trabalhos de Lux Vidal, com apoio da FUNAI de Brasília. A demarcação física foi finalizada em 1981. A dimensão da demarcação, entretanto, teve reduções significativas, conforme pode ser observado em PIB/CEDI (1990:317).

Nesse momento, entretanto, começa a pressão sobre o território Xikrin, através de inúmeras invasões por parte principalmente de madeireiros, que visavam a retirada clandestina de madeira. No final da década de 70, a fazenda Gran-Reata invadiu parte da área Xikrin, proporcionando um longo processo de discussões, que culminou numa ação judicial e expulsão do fazendeiro. Em todo esse período, houve permanente acompanhamento e denúncia dessas invasões e situações delicadas por parte de Lux Vidal e do Dr. João Paulo. Por parte dos funcionários da FUNAI, havia a vigilância em campo e vistorias de técnicos.

Em certas ocasiões, também houve apoio – logístico e financeiro – por parte da CVRD. É importante lembrar que todos os Convênios entre a CVRD e FUNAI, para atendimento das populações indígenas, incluía recursos para a Vigilância Territorial das áreas. Os Xikrin acompanhavam o processo e, durante sua circulação pelo território, identificavam as invasões.

A partir de 1985, entretanto, quando começam os contratos entre a comunidade e os madeireiros, a situação ficou mais complexa, haja vista que a presença de muitos exploradores era consentida pela comunidade – ou pelo menos por parte dela. As denúncias continuaram, bem como as operações de retirada dos invasores foram realizadas, chegando a envolver IBAMA e Polícia Federal. O problema era a insistência de algumas lideranças em retomar os contratos com madeireiros, o que gerou um clima de tensão no seio da própria comunidade, pois muitos Xikrin se colocavam cada vez mais contrários à atividade.

No início dos anos 90, a situação começa a se reverter, com toda a articulação em torno do Projeto de Manejo Florestal, as ações movidas pela comunidade contra os madeireiros, com apoio do NDI e a participação da FUNAI e CVRD na ruptura dos contratos com os madeireiros. A postura de parte da comunidade, que era contrária à atividade madeireira, de manter atenção e patrulhar as atividades, estimulou o fortalecimento de um processo de vigilância territorial, que se consolidou com a ruptura definitiva dos contratos em 1993, ano em que os Xikrin, com apoio do NDI, entraram com ação contra a Bannach.

A partir desse momento, foram realizados Planos de Vigilância da Área Indígena Xirin, financiados por recursos do Convênio CVRD / FUNAI e do orçamento da própria FUNAI. Além disso, no âmbito das atividades do Projeto de Manejo Florestal, foram realizadas discussões sobre os novos desafios de manutenção territorial e estimulada a atitude de percorrer e fiscalizar o território. Os Xikrin passaram a assumir a atividade como algo importante, rechaçando as invasões com firmeza. Dois Postos de Vigilância foram estabelecidos (Bekware e Tep-kré).

O Programa de Vigilância em andamento, iniciado em 2000 com recursos da CVRD, tem o seguinte objetivo geral postulado:

*“Essa proposta tem como objetivo solicitar recursos para a execução de um plano de vigilância, fiscalização e monitoramento de forma a ampliar o controle dos Xikrin sobre suas terras e seus recursos naturais. É fundamental para os Xikrin, neste momento, deterem um controle mais efetivo sobre suas terras, sobretudo em relação a parcela sul e oeste do território, que tem sido palco de invasões de madeireiros, de caçadores, de extratores de palmito e de fazendeiros que transpõem os limites do território”*

O diagnóstico a partir do qual foi elaborado este Plano, considerava a seguinte situação dos limites da AI Xikrin:

- a) Limites Sul e Oeste: altamente vulneráveis a invasões de colonos que extrapolam os limites, madeireiras clandestinas, caçadores e extratores.
- b) Limite Norte: relativamente tranqüilo, por fazer divisa com a Flona Carajás, área de proteção ambiental fiscalizada pela CVRD.
- c) Limite Leste: sem problemas nas áreas de limite com a CVRD, mas com riscos nos limites com regionais.

As atividades planejadas dividem-se em três conjuntos principais: a) manutenção do quadro de vigilância; b) verificação dos marcos, limpeza das picadas e expedições de fiscalização e monitoramento; e c) capacitação e treinamento operacional.

Nesse período, um funcionário da FUNAI / Marabá permanece em campo – tendo um veículo a sua disposição –, especificamente para realizar os trabalhos de vigilância, em conjunto com os Xikrin (4 indivíduos). Segundo informações da FUNAI, as invasões foram reduzidas em 90% em relação ao período anterior.

Foram verificados os limites da AI Xikrin, visando realizar vistoria dos marcos demarcatórios, diagnosticar intrusões e estruturar trabalho de prevenção contra incêndios. A partir desses trabalhos, foram contratados serviços de confecção de novos marcos, foram identificadas invasões, locais de entradas clandestinas para fins diversos e pontes sobre o rio Cateté e estabelecido um plano de trabalho e metodologia de monitoramento territorial e de avaliação da Vigilância. Com denúncia dos próprios Xikrin, foi identificada a invasão do fazendeiro Alberto sobre a TI Xikrin. A FUNAI, em seguida, encaminhou processo judicial contra o fazendeiro junto ao Ministério Público. Em 2001, identificou e mapeou todas as propriedades do entorno da TI Xikrin (27 ao todo), através do Projeto de Manejo Florestal e respondendo a uma pré-condição para o processo de certificação florestal.

O esquema foi prejudicado em 2002, com a passagem dos recursos da CVRD para a ABN e, principalmente, após a transferência da sede da ABN para fora da FUNAI, e com toda a conseqüente confusão e má gestão em torno desses recursos. A má gestão dos recursos da ABN, tem ocasionado falta de materiais, suprimentos e apoio às equipes Xikrin em campo, o que muitas vezes inviabiliza as atividades. Num momento em que os Xikrin ampliaram o conjunto de recursos aos quais têm acesso, o engajamento dos índios nas atividades de vigilância á muitas vezes inviabilizado por falta de recebimento de recursos, ainda que a título de Ajuda de Custo. Apesar da falta de recursos, durante uma caçada coletiva realizada em agosto de 2002, os Xikrin flagraram e expulsaram da área invasores que estavam retirando madeira na fronteira sul da reserva.

Na Reunião de Avaliação realizada no Cateté em 08-09, os Xikrin deixaram claro que a falta de recursos prejudicou as atividades e que seria necessário contratar uma pessoa para permanecer em tempo integral no Posto Tep-kré, assim como introduzir melhorias nas instalações do prédio. Beptum, coordenador da Vigilância, destacou que antes era só branco que trabalhava, mas que agora eles estavam assumindo, o que representa um ponto positivo. Disse que havia comprado freezer, TV e pago salários para a realização dos serviços de vigilância, mas que a falta de recursos havia prejudicado os serviços, que precisavam ainda melhorar: aumentar salários e melhorar as instalações dos Postos de Vigilância (que ainda estão em péssimas condições). *“Agora está tudo parado por causa da falta de recursos”* afirmou ele. Queixaram-se, ainda, os índios, que o funcionário da FUNAI e o veículo destinados à vigilância permanecem pouco em campo, estando na maior parte do tempo em Água Azul.

Em outro momento da reunião, foi dito que *“o Rosan (CVRD) não autorizou pagamento para Vigilância”*, demonstrando claramente que os Xikrin atribuem à CVRD e não à má gestão da ABN a falta de recursos.

**III.6.2 - Vigilância Territorial – Profissionais envolvidos**

Nome	Função	Local de trabalho	Vínculo	Responsabilidades / observações
Eimar	Administrador Regional	Marabá	FUNAI	*Coordenação da elaboração e execução do Plano de Vigilância.
Branco	Indigenista	AI Xikrin	FUNAI	*Execução das tarefas de campo relativas à Vigilância
Isabelle Giannini	Assessora Antropológica	São Paulo, Marabá e AI Xikrin	ISA	*Assessoria para a elaboração, avaliação e planejamento do Plano de Vigilância
Jucirene Bandeira	Assessora Administrativa	Marabá	ABN	*Gestão dos recursos repassados pela CVRD para a Vigilância da Área Xikrin
Beptum	Coordenador Indígena da Vigilância	AI Xikrin	ABN	*Coordena o grupo de Xikrin que atua na Vigilância

**III.6.3 - Vigilância Territorial – Recursos movimentados**

Referência	Instituição Finância	Instituição Executora	Atividades	Período	Valor para os Xikrin	Valor /anual Estimado
Convênio 0453/89	CVRD	ABN	- Anualmente são elaborados e executados Planos para a Vigilância Territorial com coordenação da FUNAI, assessoria antropológica, ABN e CVRD - O valor mensal destinado à atividade é de R\$6.834,66 e é destinado à manutenção das equipes em campo, combustível etc	Convênio por prazo indeterminado	R\$6.834,66 mensais	R\$82.015,92
Orçamento	FUNAI	FUNAI	- Dentro das atividades e do orçamento da FUNAI, existem recursos específicos para a Vigilância Territorial da TIXikrin, tendo um funcionário permanente para a função, um veículo e outros gastos.	Assistência permanente	Não foi possível precisar	Não foi possível precisar

**III.6.4 – Vigilância Territorial - Diagnóstico Geral**

	Situação	Descrição	Encaminhamentos
+	Disponibilidade de recursos disponíveis para a realização de	*Além das verbas da FUNAI, os Xikrin dispõem de recursos adicionais, repassados pela CVRD para a ABN.	*Garantir a continuidade dos recursos

	atividades		
		*Disponibilidade de veículo e profissional da FUNAI, exclusivos para realizar os trabalhos de Vigilância na AI Xikrin	
+	Atitude de defesa do território	*Como resultado do processo de expulsão dos madeireiros e invasores foi assumida postura e tradição de vigilância sobre o território *Os Xikrin têm participado desse processo. Durante suas atividades tradicionais se os Xikrin pegam invasores eles os expulsam.	*Estimular a continuidade desta participação
+	Plano de Vigilância estabelecido	*Já é uma tradição a realização das atividades de vigilância territorial *Riscos e situações de perigo para a AI Xikrin já estão mapeados *Diversas instituições envolvidas no processo: FUNAI, ISA, CVRD e ABN *ISA identificou e mapeou todos os vizinhos da TI Xikrin. São 27 vizinhos.	*Manter processo permanente de discussão, avaliação e planejamento do Plano
-	Área é uma "ilha" de floresta em meio à área devastada	*A Área Xikrin conserva uma vasta área florestal em uma região devastada por fazendas e madeireiros. *O entorno da AI Xikrin é composto por uma complexa rede viária, urbana e social, gerando pressões sobre seu território.	*Aprofundar o trabalho de Vigilância na AI Xikrin, bem como as relações institucionais e conscientização do entorno.
-	Participação dos Xikrin vinculada ao acesso a recursos	*A atual relação dos Xikrin com os recursos financeiros fez com que vinculassem sua participação nas atividades de Vigilância a algum tipo de compensação financeira. *Desmobilização dos Xikrin por falta de recursos *A atividade vinculada à vigilância com ajuda de custo é a feita por um longo período nas fronteiras sul e leste, com a presença da FUNAI	*Intenso trabalho de discussão com os Xikrin sobre a importância da Vigilância territorial e os riscos de vinculá-la a pagamento.
-	Falta de recursos devido a má gestão da ABN	*Apesar de haver recursos garantidos pelo Convênio com a CVRD, os problemas de gestão da ABN fazem com que esses recursos sejam destinados a outros fins e falte verba para as atividades previstas de vigilância *Os Xikrin acham que o problema da falta de recursos é da CVRD, sem perceber que a falha é na gestão da ABN	*Melhorar o sistema de gestão da ABN e garantir que os recursos da Vigilância não sejam gastos em outras atividades.
-	Falta de preparo e conhecimento dos profissionais da ABN	*Os funcionários do quadro da ABN não têm noções de indigenismo e têm dificuldade de trabalhar com questões mais conceituais como o significado e importância da vigilância, tratando-a apenas como mais um conjunto de gastos	*Capacitação indigenista para os profissionais da ABN.

### III.7 - Projeto de Manejo Florestal Xikrin

#### III.7.1 - Apresentação / Histórico

O Projeto de Manejo Florestal Xikrin surgiu e ainda se sustenta enquanto uma alternativa viável de geração de renda através de modelos de extração madeireira não predatórios, que se contraponham ao costume na maior parte da Amazônia brasileira.

As origens do Projeto Xikrin, remontam às demandas apresentadas por Lux Vidal e Isabell e Giannini junto ao NDI e CEDI no sentido de garantir a ruptura dos Xikrin com os contratos com as madeiras no início da década de 90. Quando o ISA foi criado, em 1995, a partir da fusão do CEDI e NDI, o Projeto já estava sendo desenvolvido junto aos índios, e estava incluído no Programa Xingu, sendo posteriormente definido como Projeto Especial, ficando sob coordenação de Isabelle Giannini.

Para o ISA, o projeto tinha uma importância especial, por diversos motivos. Em primeiro lugar, por se tratar de uma iniciativa pioneira e desafiadora de buscar um modelo alternativo contra a exploração predatória de madeira (especialmente o mogno) através do estabelecimento de um Projeto de Manejo Florestal, uma novidade no Brasil naquele momento. Em segundo lugar, pela própria decisão estratégica do ISA de investir em projetos locais, fortalecendo a ênfase na dimensão ambiental. Além disso, trabalhar com os Kayapó representava um grande desafio. O somatório de todos esses fatores proporcionava uma grande repercussão nacional e internacional.

O grande desafio inicial do Projeto foi e ainda é, em grande medida, o de viabilizar o afastamento dos Xikrin do modelo convencional e predatório de extração de madeira, cujos resultados nefastos são observados a médio prazo, mas que permitem – e até estimulam – um enorme e imediatista fluxo de recursos e mercadorias que permitem a satisfação de necessidades materiais, assim como a realização de fetiches de consumo e apropriação das mercadorias em termos simbólicos e políticos.

- X O projeto se relaciona, portanto, com um poderoso encontro – quem sabe desencontro? – proporcionado pela contemporaneidade, entre duas lógicas radicalmente distintas: por um lado, a busca desenfreada pelo lucro e maximização de resultados financeiros, patrocinada pelo capitalismo e notadamente executada de forma mais radical e perversa nas “fronteiras”, como foi e ainda é o caso da extração predatória de madeira. Por outro lado, uma lógica sociocultural e econômica própria, de uma sociedade na qual tradicionalmente não havia desigualdade econômica, apesar das diferenças políticas internas à sociedade. Para entender esse encontro/desencontro, não é possível dissociar os aspectos materiais e concretos das mercadorias de sua apropriação simbólica e política pelos índios.

#### III.7.1.1 - Antecedentes históricos

O contato dos Xikrin com objetos e mercadorias dos kuben remonta -se a toda sua trajetória de contato, onde eventualmente itens isolados eram obtidos direta ou indiretamente: ferramentas, roupas, miçangas, etc. Com o estabelecimento de relações mais próximas, entre as décadas de 50 e 60, entretanto, intensifica-se também a relação com as mercadorias, passando essa relação a incluir de forma mais efetiva e sistemática itens como armas de fogo, ferramentas diversas, material para pesca, itens de vestuário, lanternas, sal e outros itens de alimentação, etc.

A obtenção desses itens, que aos poucos se impõe, com um caráter de necessidade, foi feita através de diversas modalidades de relação com os kuben: doações da FUNAI e outras

instituições e pessoas, trocas com regionais, quando trabalhando em fazendas da região, venda de peles de animais da floresta (trabalhando como gateiros), comercialização de castanha e artesanato e assim por diante. Lembramos que o grande esforço de Frei Caron, nos anos 60, foi convencer jovens que estavam espalhados pela região, exercendo trabalhos diversos, a voltarem para a aldeia. Até os anos 80, entretanto, essa obtenção de mercadorias e elementos dos kuben não tinha grandes proporções.

Na virada dos anos 70 para os 80, o sul do Pará assistiu a um enorme empuxo econômico, com a abertura de estradas, criação de cidades, estabelecimento de fazendas e projetos de colonização, funcionamento de garimpos e grandes projetos econômicos, etc. Nesse momento, os Kayapó Gorotire e Kikretum são envolvidos, com estímulo da própria FUNAI, em empreendimentos econômicos de grande vulto, como os garimpos e a comercialização de madeira. Em pouco mais de 5 anos passaram ter acesso quase que ilimitado a mercadorias ou o que quisessem comprar, incluindo itens como carros, casas na cidade e até aviões.

Aos poucos, estimulados por empresários desejosos de ampliar seus horizontes de extração, e igualmente movidos por interesses políticos, os Kayapó passaram a visitar seus parentes em seus aviões, oferecendo muitos presentes e contando as vantagens da empreita na qual estavam envolvidos, procurando sempre reforçar o *poder* de obtenção de coisas que agora tinham, diferenciando-se assim de seus "parentes". O resultado dessas visitas foi que as outras comunidades passaram a demandar e se envolver diretamente com atividades de extração de madeira e garimpo similares aos do Gorotire e outros. Os Xikrin estão incluídos nesse processo.

Em 1985 é firmado o primeiro contrato de extração de 8.000m<sup>3</sup> de mogno da área Xikrin, celebrado entre a empresa IPAMA e Karangré Xikrin, com interveniência da FUNAI. Em 1987, a área é invadida por uma outra madeireira, que é obrigada a indenizar os Xikrin. Finalmente, em 1989, é firmado contato entre Bepkaroti e Karangré Xikrin e a madeireira Bannach para a extração de 20.000m<sup>3</sup> anuais de mogno, por um prazo de cinco anos. O contrato era evidentemente lesivo aos Xikrin, além de conter todos os vícios: preços pagos à madeira muito mais baixos que o padrão regional, falta de controle da saída da madeira e superfaturamento dos pagamentos feitos aos índios. O resultado era a permanente situação de endividamento dos índios, fato que os deixava revoltados, especialmente porque os recursos eram apropriados por apenas algumas lideranças.

### III.7.1.2 - Primeira Fase do Projeto de Manejo: ruptura com modelo predatório

Inúmeros relatos, advertências e denúncias sobre esse processo foram feitos por funcionários da FUNAI (especialmente pelo então chefe da Ajudância de Marabá, José Ferreira Campos Junior), pelas antropólogas Lux Vidal, Isabelle Giannini, por Dr. João Paulo (em seus relatórios anuais), e pelos funcionários da CVRD, entre outros. Em 1990, com apoio da CVRD, NDI, CEDI e orientação das antropólogas citadas acima, os Xikrin conseguem a anulação do contrato com a Bannach, cuja atuação até aquele momento havia sido devastadora, com a derrubada de quase 600 toras de mogno, construção de mais de 300 km entre estradas e áreas de arrastão, chegando a um total de mais de 300 há de mata destruída. Para maiores informações sobre este processo ver o texto "*Xikrin do Cateté exploram madeira e são explorados por madeireiras*", de Lux Vidal e Isabelle Giannini (PIB/CEDI, 1994).

Entre 1990 e 1993, entretanto, num processo que Giannini (1996) designou por *marchas e contramarchas*, os Xikrin passaram por momentos turbulentos, nos quais alternaram-se diversas empresas madeireiras na área e movimentos contraditórios no seio da comunidade, no seio da qual uma grande maioria se colocava contra os contratos, enquanto algumas lideranças – especialmente Karangré – insistiam no retorno das madeireiras. Apesar de a comunidade ter solicitado ao NDI ingressar em juízo, processando os madeireiros, as lideranças continuavam estabelecendo contratos com as empresas.

A tensão no seio da comunidade agravou-se de tal modo, que irrompeu antecipadamente a divisão da aldeia do Cateté, com a formação do Djudjekô. A constituição dessa nova comunidade estava sendo pensada e planejada há algum tempo, baseada principalmente em motivações econômicas – a busca de uma área com maior fartura de caça, pesca e terrenos agriculturáveis. O desfecho precoce de sua formação em 1993, entretanto, teve um caráter eminentemente político, de tensão intracomunitária. Karangré, um dos pivôs das tensões, foi forçado a deixar a aldeia e residir, durante um período, na cidade de Tucumã.

Além de uma postura de permanente denúncia, durante esse período, as instituições parceiras dos Xikrin se mobilizaram e tiveram intensa participação no processo. A FUNAI, estabelecendo modelos de acompanhamento da retirada da madeira; a CVRD, junto com IBAMA, patrocinando ações de retirada de invasores da área. Advogados do NDI - Núcleo de Direitos Indígenas; e o pessoal do CEDI, com acompanhamento de Isabelle Giannini, passam a fazer análises da situação dos contratos dos Xikrin com os madeireiros, levantam documentação, estabelecem contatos com a FUNAI e visitam a área para discutir o problema com a comunidade.

Em 1993, os Xikrin deixam definitivamente de estabelecer contratos com as madeireiras, apostando na possibilidade de construção de alternativas econômicas que fossem sustentáveis e contando com o fortalecimento dos recursos da CVRD. Poderíamos dizer, então, que estava encerrada uma "primeira etapa" do Projeto de Manejo, onde o esforço principal foi reverter todo um movimento e relação entre os Xikrin e o modelo predatório de extração de madeira.

### III.7.1.3 - Segunda fase do Projeto: garantindo alicerces técnicos, legais e políticos

Superado o problema inicial dos contratos dos Xikrin com os madeireiros, a "segunda etapa" do Projeto foi dedicada à estruturação prévia necessária para o início da extração madeireira aliada a outras modalidades de exploração florestal, especialmente a castanha, que envolveu esforços em três direções básicas: estabelecimento de uma base de informações técnicas, relação com políticas públicas e gestões institucionais.

#### a) Base de Informações Técnicas

Para a consolidação da exploração de recursos florestais dentro de uma concepção ambiental e socialmente sustentável, que seja respaldada legalmente, é fundamental que haja uma base sólida de informações que orientem as atividades em termos técnicos. É preciso conhecer a diversidade ambiental da área, o potencial madeireiro, sua capacidade e taxa de regeneração, as áreas mais propícias para exploração, estratégias, procedimentos e prazos de exploração que garantam uma permanente recuperação das áreas florestais, planos de negócios e assim por diante.

O levantamento dessas informações é complexo e lento, exigindo profissionais especializados e um intenso processo de pesquisa, algo que é dispendioso em termos financeiros e temporais. No caso do Projeto de Manejo Xikrin, foram diversas as pesquisas e levantamentos necessários para respaldar sua realização.

1) Em 1991, o Fundo Nacional do Meio Ambiente (FNMA/SEMAM), financia projeto voltado para a realização de um diagnóstico florestal da Área Indígena, coordenado pelo Programa Povos Indígenas do Brasil (PIB/CEDI), que contou com o apoio da Escola Superior de Agronomia Luís de Queiroz, da Universidade de São Paulo (ESALQ/USP) e foram realizados com intensa participação dos Xikrin em todas as etapas do processo. Esses levantamentos contaram, ainda, com o apoio financeiro da CVRD, através dos recursos provenientes do Convênio CVRD / FUNAI.

O estudo foi concluído em 1993, com a elaboração do primeiro **Inventário Florestal da Área Indígena Xikrin**, que definiu, através da articulação dos dados provenientes da engenharia florestal e o conhecimento tradicional dos Xikrin sobre o território, um zoneamento ambiental da Área Indígena Xikrin através das seguintes zonas:

- Zonas de Proteção: Preservação para refúgio animal;
- Zonas de Reabilitação: Adensamento florestal para utilização dos índios, intensamente exploradas pelas madeireiras;
- Zonas de Subsistência: Extrativismo, principalmente castanhais e açazais;
- Zonas de uso comunitário: Plantio de roças itinerantes no entorno das aldeias e
- Zonas da Uso comercial: Cerca de 10% da área indígena a ser manejada num rodízio de 30 anos.

Os principais resultados concretos foram a primeira versão de mapas de cobertura vegetal, hidrografia e relevo (escala 1:250.000) com a definição das áreas passíveis de exploração.

Paralelamente a esse processo, e ainda com financiamento do FNMA, foi realizado estudo de viabilidade para exploração da castanha-do-pará na Área Xikrin pela Sociedade para o Desenvolvimento Tecno-ecológico (ECOTEC).

2) Em 1994, é realizado um inventário do aproveitamento florestal de recursos madeireiros de uma área experimental de 816 ha, contando com a assessoria de um especialista estrangeiro (Engenheiro Florestal Alejandro Montoya, da Universidade da Costa Rica), dada a dificuldade de encontrar profissionais habilitados e dispostos, no Brasil, para realizar a tarefa. A área na qual foi realizado este inventário, entretanto, teve que ser alterada por problemas técnicos, o que forçou a realização de um novo inventário florestal de 100% de uma nova área piloto de 1.413 ha, que subsidiou a redação final do *Plano de Manejo Florestal da Terra Indígena Xikrin*, apresentado inicialmente em 1995 para os Ministros da Justiça (Nelson Jobim) e do Meio Ambiente (Gustavo Krause), e finalmente aprovado pelo IBAMA / Superintendência do Pará em 1997 (Portaria IBAMA 453/97) e pela FUNAI, depois de muita luta e pressão dos Xikrin, conforme veremos a seguir.

3) Entre 1996 e 1998, com financiamento do Projeto PDA/MMA, Contrato 077, foram realizados estudos e levantamentos de campo visando a continuidade e o aprofundamento das atividades já realizadas: diagnóstico socioambiental, implantação de da comercialização da castanha-do-pará e assessoria jurídica, política e administrativa à ABN. Os levantamentos realizados no âmbito desse projeto viabilizaram a elaboração do *Plano Diretor da Terra Indígena Xikrin*.

instrumento que orienta a dinâmica de utilização da área Xikrin e que deve ser atualizado e aprimorado de forma permanente.

Finalmente, foram realizadas discussões entre especialistas de diversas áreas e representantes Xikrin sobre as diversas alternativas de produção de madeira: a) comercialização bruta ou beneficiada; b) exploração própria ou terceirizada; c) comercialização no Brasil ou no exterior; d) parcerias na exploração, processamento e comercialização, e e) gestão do projeto pelos Xikrin. Em dezembro de 1996, foi realizada uma **Reunião de Trabalho sobre Cenários de Viabilidade para a Implantação do Manejo Socioambiental na Terra Indígena Xikrin do Cateté**. Todas essas discussões, fomentaram a elaboração do *"Business Plan: Timber Operations on the Indigenous Territory of the Xikrins of Cateté"*, plano de negócios que aponta as diretrizes seguidas pelo Projeto.

#### b) Políticas Públicas

Foi preciso realizar uma série de gestões na área jurídica, considerando que o Projeto envolve atividades e situações pioneiras, relacionadas a aspectos delicados relativos à legislação ambiental e indígenista, ainda sem uma definição legal precisa. O NDI e CEDI e, posteriormente, o ISA realizaram junto aos Xikrin e diversos órgãos, discussões sobre a problemática legal do Projeto, que resultaram na inclusão de um capítulo específico sobre a questão de exploração de recursos florestais e madeireiros no Projeto de Lei que forma o Estatuto das Sociedades Indígenas.

#### c) Gestões Institucionais

Foi necessário realizar, por parte do CEDI / NDI e posteriormente ISA, inúmeras gestões institucionais, no sentido de ampliar as discussões sobre a iniciativa e abranger todas as suas dimensões e instituições relacionadas ao tema, visando garantir a autorização para o manejo florestal. Assim, além de intenso processo de discussão com as comunidades, diversas instituições participaram do processo: a FUNAI, CVRD, Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal, Ministério da Justiça, IBAMA, empresas compradoras de madeira (Van den Berg BV), e várias outras.

Apesar da aprovação do *"Plano de Manejo Florestal da Terra Indígena Xikrin"* ter sido oficializada em 1995 pelo presidente da FUNAI, em 1997 foi criado um Grupo de Trabalho (GT) dentro do órgão para analisar o Plano. O resultado desse GT foi o ordenamento da paralisação das atividades do Projeto, que já caminhava para o início da extração de madeira, contando inclusive com parceiros compradores (Van den Berg) e financiadores da exploração (CVRD e Banco Mundial). A paralisação, entretanto, desmobilizou os parceiros, que preferiram aguardar o desfecho da situação e uma autorização formal da FUNAI para o Projeto.

Os Xikrin e a equipe do Projeto de Manejo / ISA mobilizaram-se e solicitaram à FUNAI que o problema fosse resolvido: enviaram correspondência, marcaram reuniões na aldeia, e pediram presença do presidente do órgão, entre outras medidas. Passaram-se meses e a situação continuava sem solução, o que motivou os Xikrin a se deslocarem para Carajás, onde um forte processo de mobilização política culminou com o fechamento da Rodovia Carajás - Parauapebas, cujo impacto foi enorme, o que levou o Presidente da FUNAI, no início de 1998, a expedir apoio formal, por escrito, ao Projeto de Manejo.

Cabe lembrar, ainda no âmbito da gestão institucional, que esse processo estimulou a formação da *Associação Bep Noi de defesa do Povo Xikrin do Cateté* (ABN), ainda em 1995, como uma organização através da qual os Xikrin encaminhariam o gerenciamento político, econômico da exploração, comercialização e administração dos recursos provenientes da exploração dos recursos florestais. Dentro do contexto do Projeto, estavam incluídas atividades de capacitação dos Xikrin para a gestão organizacional, sob responsabilidade do ISA.

### III.7.1.4 - Terceira Fase do Projeto: finalmente a extração

As duas primeiras fases do Projeto podem ser assim sintetizadas:

*"Os Xikrin são pioneiros na experiência com manejo florestal de recursos madeireiros e isso é resultado de um longo trabalho: dez anos de diálogos, intervenções, ação jurídica (...) para proibir a exploração de madeira por terceiros, pesquisa na área florestal da TI, pareceres jurídicos, influência na proposta de novo Estatuto das Sociedades Indígenas, criação da associação indígena e, por fim, a elaboração de um estudo multidisciplinar sobre a viabilidade econômica e sustentabilidade ecológica e social do empreendimento"* (Giannini, 2001:498).

Tendo uma base de dados suficiente para respaldar a exploração – principalmente através do Plano Diretor, dirimindo dúvidas e ambigüidades no plano jurídico e acertando os principais problemas de resistências institucionais, o projeto já entrava numa fase onde o próximo passo seria o início da extração. Essa fase, entretanto, implicou uma nova série de desafios e dificuldades.

O primeiro desafio era a grande pressão dos Xikrin para o início da extração de madeira e dos rendimentos econômicos da atividade. Depois de alguns anos de rompimento com o modelo madeireiro que, embora predatório, garantia recursos e mercadorias, e de muita luta e trabalho, os Xikrin demonstravam ansiedade e pressa para começar logo a ter acesso aos resultados concretos de tanto esforço. As outras dificuldades, que se somam e potencializam com a primeira, eram a ausência de recursos para garantir pré-investimentos necessários para o início das atividades e o financiamento da exploração, cujo custo requer um significativo dispêndio de recursos.

X O ISA pensou em retirar-se do empreendimento em 1999, chegando a afastar sua equipe de campo, mas obteve garantias de solução de problemas e viabilização de recursos por parte da CVRD em reunião entre CVRD, ISA, Procuradoria e os Xikrin. Essa reunião ocorreu em função do fechamento da Mina de Carajás pelos Xikrin, em protesto pela falta de recursos para a safra de castanha.

Na verdade, desde 1997, o ISA já discutia com a CVRD e Banco Mundial e Governo Japonês a possibilidade de participação dos mesmos no processo, mas devido aos impedimentos colocados pelo GT da FUNAI, entretanto, esse apoio só é finalmente liberado em 1999, em parte também pela pressão por parte dos Xikrin. O Contrato 053/99 visava garantir os seguintes custos: a) apoio institucional ao ISA, remuneração da equipe do Projeto de Manejo, atividades de suporte (geoprocessamento, assessoria jurídica, etc.); b) inventário de 100% da área destinada ao Manejo Florestal (através da STCP); c) capital de giro para a exploração; capacitação da ABN e infra-estrutura (especialmente reforma das estradas, para viabilizar o escoamento da produção).

Além disso, com o término do financiamento do PDA / MMA, o ISA encaminha já em 1998 proposta para o Programa Pró-Manejo/MMA. Problemas de estruturação burocrática do Programa, entre outros, fazem com que os recursos só estivessem disponíveis a partir de maio de 2000, quando foi firmado o Convênio 005/99 entre o Pró-Manejo / MMA e o ISA. A previsão de duração do Convênio é de 3 anos, sendo os seguintes seus principais objetivos: a) infra-estrutura de campo do Projeto (casa-sede, escritório, gerador, alojamento, carro, equipamentos, etc.); b) remuneração da equipe técnica: coordenação, engenheiro, antropólogo, técnicos de campo e prestadores de serviço; c) gastos gerais: manutenção de veículos, passagens aéreas, etc.

Para 1999, portanto, já havia uma previsão de iniciar a extração de madeira, cuja meta inicial era de 1.000 m<sup>3</sup>, e que dependia basicamente de algumas condições estruturais – principalmente a regularização da estada para escoar a produção – que a CVRD se comprometeu a realizar, mas que não realizou dentro do prazo. Esse fato gerou uma grande frustração nos Xikrin e profissionais envolvidos, levando inclusive – em conjunto com outros fatores – ao desligamento de Isabelle Giannini, que estava à frente das atividades desde o início. Nesse ano, o projeto inicia o processo de Certificação junto à Smartwood.

A equipe sofreu diversas alterações. A coordenação foi assumida por Nílto Tatto e posteriormente Rubens Mendonça (março de 2001). Max Roncoletta assume o lugar do engenheiro florestal Guerreiro e César Gordon foi contratado para realizar a assessoria antropológica.

Na safra de 2000, houve problemas com o inventário realizado pela equipe do Projeto, que precisou ser refeito. A extração foi realizada por uma empreiteira contratada pela CVRD (Concel). O pessoal do Projeto apenas acompanhou os trabalhos, o que não impediu que uma série de problemas ocorresse, principalmente devido à inexperiência da empresa com a atividade e o trabalho com povos indígenas. O processamento da madeira foi terceirizado para a Brumila, que por sua vez realizou os trabalhos em outra serraria. A função do pessoal do Projeto, novamente, era a de fiscalizar as atividades. Nesse ano, foram retirados 581,13 m<sup>3</sup> de madeira, sendo que a Receita Total obtida com as vendas foi de R\$ 165.645,10. Os custos diretos da atividade (impostos, burocracias, serraria, etc.) foram de R\$ 76.016,59; o que gerou um resultado financeiro de R\$ 89.628,51. É importante destacar, entretanto, que as despesas não incluem os gastos com pessoal, exploração, infra-estrutura e corte e arraste.

Neste ano, começou o financiamento do ProManejo (maio/2000), com o início das obras de infra-estrutura do Projeto.

Em 2001, o Projeto é "batizado" Kaben Djoí e sua estrutura de funcionamento sofreu algumas alterações. A STCP, empresa contratada pela CVRD, realizou um Inventário Diagnóstico de 23.000 ha e o inventário de 100% da área de 1.200ha, a ser explorada em 2001. Depois de todos os problemas havidos com os serviços realizados pela empresa Concel na safra de 2000, o ISA assume a responsabilidade pela extração de madeira, terceirizando e acompanhando os serviços junto à empresa Mata Terraplanagem. O pessoal da Mata contou com treinamento de seu pessoal junto à Fundação Floresta Tropical (FFT), para aprimorar sua capacidade de trabalho. Os recursos para essa empreita foram viabilizados pela CVRD, através de repasse feito para o ISA via ABN. A empresa Mata Terraplanagem foi também contratada para realizar a recuperação da estrada que liga a sede do projeto Kaben Djoí à Tucumã,

Nesse ano, a CVRD se compromete a construir uma estrada ligando a sede do Projeto ao município de Água Azul, reduzindo tempo e custos de transporte. A empresa GEOTEC é

contratada para efetuar os estudos de impacto ambiental, gerando três Relatórios com considerações e recomendações.

Nos aspectos burocráticos, o IBAMA participa da viabilização dos trâmites necessários para a regularização das atividades do Manejo Florestal, além de acompanhar as reformas e construções de estradas. A FUNAI acompanha o andamento dos trabalhos através de seus funcionários de campo e técnicos da ADR.

O beneficiamento (serragem, secagem e embalagem) e a comercialização ficam a cargo da Brumila, empresa parceira do empreendimento, através de contrato com a ABN e acompanhamento do ISA.

A safra deste ano, entretanto, foi prejudicada por uma série de fatores externos. Em primeiro lugar, oscilações de preço de mercado, devido aos atentados de 11/09/2001 e forte concorrência regional prejudicaram os resultados financeiros que poderiam ser obtidos. O principal problema, entretanto, foi um erro grosseiro cometido no inventário realizado pela STCP, tanto na quantidade estimada quanto nas espécies encontradas. Através desse inventário, estimava-se retirar cerca de 5.000m<sup>3</sup> de mogno, mas na metade do processo (em 800há de 1.100 previstos), percebeu-se o problema e interrompeu-se a extração (que estava deficitária). Assim, o volume total de madeira retirada (entre todas as espécies) foi de 1.986.19m<sup>3</sup> (sendo apenas 72.46 de mogno), sendo que a previsão de receitas totais foi de R\$ 202.772.66, com despesas diretas de R\$ 166.813,65 e no total de R\$ R\$449.611,13; gerando um prejuízo de R\$ 246.838.47. Apesar disso, foram viabilizados R \$ 50.000,00 para serem distribuídos entre os Xikrin.

A prestação de contas no final do ano foi muito decepcionante para os índios, o que intensificou uma tendência de distanciamento entre os índios e o projeto. Por um lado, a tradição de reuniões permanentes entre a coordenação do Projeto e os índios não foi mantida após a saída de Isabelle. Tanto os coordenadores, como o assessor antropológico tinham pouca disponibilidade de permanência em campo, dificultando a realização de reuniões, como os próprios índios se distanciaram das atividades, deixando de participar de eventos (como treinamentos e encontros), como se diminuindo o acompanhamento das atividades em campo. Eleilton (técnico florestal do projeto) disse que, em conjunto com Max, havia registrado dez "furos" dos índios com compromissos relativos ao projeto. A falta de reuniões, discussões e esclarecimentos junto à comunidade tensionava a relação entre os índios e a equipe de campo.

### III.7.2 - Situação Atual

A safra de 2002, portanto, que já começou com esse revés de ânimos e credibilidade; enfrenta ainda mais problemas. Devido a problemas de gestão da Brumila – especialmente a perda de toras da madeira mal estocadas – a coordenação do Projeto decide suspender a parceria com a empresa no beneficiamento e comercialização e na aquisição da Serraria, cuja gestão ficaria a seu cargo. Além de crescer gastos que não estavam previstos Ao mesmo tempo, o inventário 100%, realizado pela EMBRAPA apresentou problemas, acarretando e retrabalho e sobrecarga da equipe do Projeto. Além disso, a instituição também deixou de realizar estudos silviculturais (replanteio e enriquecimento de mogno e outras espécies), que faria através do CPATU, em Convênio 22500.00/024 -9, firmado com a CVRD.

Problemas adicionais surgem com a estrada que liga o Projeto a Água Azul, iniciada tardiamente, e que não será concluída durante a safra, novamente prejudicando a retirada da madeira. A aquisição da Serraria também foi "atropelada" pela ruptura com a Brumila.

gerando custos extraordinários e extrapolando as previsões iniciais. Além disso, o funcionamento da serraria, bem como sua gestão estão indefinidas, o que representa um problema sério e urgente. Surgem também problemas com os encaminhamentos jurídicos e burocráticos com a indefinição relativa à responsabilidade institucional formal sobre a comercialização da madeira beneficiada na Serraria. Outro ponto negativo foi a falta de acompanhamento e entendimento claro, por parte dos Xikrin, desse processo.

A participação dos Xikrin foi ainda menor e mais problemática. Por um lado, as turmas indígenas que acompanhavam os trabalhos de campo deixaram de estar presentes e fazer o repasse de informações para a comunidade, que ainda existia em 2001. Além disso, foi grande a demanda sobre a equipe de campo do Projeto para apoio de transporte para caçadas. A presença dos Xikrin caçando na área de exploração de madeira foi intensa, chegando a levar inclusive alguns de seus funcionários não-índios. A estada e alimentação desses Xikrin no alojamento do projeto também foram constantes e tensionaram ainda mais as relações, culminando com a exclusão de Eleilton em agosto de 2002.

Há que se destacar, entretanto, alguns pontos positivos para o ano de 2002. A estrada Kaben Djoí / Água Azul – mesmo que ainda não concluída – facilitou e barateou os custos de operação. A infra-estrutura do Projeto (alojamento etc) está totalmente montada. Além disso, o Projeto recebeu aprovação formal do processo de Certificação da SmartWood, o que efetivamente abre um enorme potencial de ampliação de mercados e de agregação de valor aos resultados das atividades. Algumas condições, entretanto, ainda precisam ser cumpridas, como a elaboração de um Plano de Caça e o estabelecimento de melhor relação entre a equipe do Projeto Kaben Djoí e a comunidade Xikrin; que serão avaliados nas vistorias anuais da SmartWood.

Parece haver uma disposição a superar o distanciamento observado entre as instituições (ISA, FUNAI, ABN, CVRD) no que se refere à situação Xikrin como um todo e também especificamente sobre o projeto de manejo.

**III.7.3 - Projeto Manejo Florestal Xikrin / ISA - Profissionais envolvidos**

Nome	Função	Local de trabalho	Vínculo	Responsabilidades / observações
Rubens Mendonça	Coordenador do Projeto	São Paulo, Marabá e TIXikrin	ISA	*Coordenador executivo do Projeto de Manejo Florestal
Max Roncoletta	Engenheiro Florestal	TIXikrin	ISA	*Coordenador das atividades de campo do Projeto
Nilton Rayden	Técnico de suporte florestal	TIXikrin	ISA	*Suporte técnico geral e acompanhamento das atividades de campo
Eleilton Sales	Técnico Florestal	TIXikrin	ISA	*Supervisão e execução das atividades de campo
Cristiano	Estagiário -Técnico Florestal	TIXikrin	ISA	*Execução das atividades de campo
Alfredo	Estagiário -Técnico Florestal	TIXikrin	ISA	*Execução das atividades de campo
	Cozinheira	TIXikrin	Mata	*Cozinha para o pessoal do Projeto
Isabelle Giannini	Assessora Antropológica		ISA	*Durante o período de 2000 a 2002 a antropóloga deixa de assessorar o projeto de manejo. César Gordon passa a dar assessoria antropológica ao ISA.
Adilson Orio	Coordenador de equipe terceirizada de extração de madeira	TIXikrin	Mata Terraplanagem	*Execução dos trabalhos de corte, arraste e retirada da madeira

**III.7.4 - Projeto Manejo Florestal Xikrin - Etapas do Processo**

Etapa	Etapa	Atividades	Período
1	Inventário	<ul style="list-style-type: none"> <li>. Escolha da área</li> <li>. Medição da área e abertura de picadas por topógrafo</li> </ul>	Em geral entre maio – novembro
2	Planejamento	<ul style="list-style-type: none"> <li>. Planejamento da exploração de campo</li> <li>. Eleger árvores com interesse comercial</li> <li>. Avaliar as árvores em campo</li> <li>. “Refinar” informações</li> </ul>	Conforme a disponibilidade de informações de campo
3	Plano de Negócios	<ul style="list-style-type: none"> <li>. Definir Plano de Negócios para a safra anual: estimativa de vendas e resultado da safra</li> <li>. Quantificação e sistematização dos valores</li> <li>. 30 a 40% de perda</li> <li>. Cálculos financeiros</li> </ul>	Conforme disponibilidade de informações de campo e sistematização do planejamento
4	Extração	<ul style="list-style-type: none"> <li>. Extração da madeira de campo. Serviço terceirizado à Mata Terraplanagem</li> <li>. Corte das árvores selecionadas – arraste das toras da mata para a clareira – depósito das toras na “explanada” – registro do volume de madeira nos romaneios, com a medição e traçamento das toras – frete das toras até a serraria</li> <li>. Processo dura em média 45 dias.</li> </ul>	. É preciso fazer em época bem seca
5	Beneficiamento:	<ul style="list-style-type: none"> <li>. Transformação das toras em tábuas, ripas etc</li> <li>. Feito na serraria, cujo processo estava terceirizado para a Brumila, mas dada a ruptura do contrato, busca-se outra solução gerencial</li> </ul>	A partir do momento que as toras estão na serraria (de setembro em diante)
6	Comercialização	<ul style="list-style-type: none"> <li>. Comercialização da madeira beneficiada, cuja responsabilidade estava terceirizada para a Brumila, mas dada a ruptura do contrato, busca-se outra solução gerencial</li> <li>. Certificação aprovada: garantia de melhoria de mercado</li> </ul>	A partir do momento que a madeira está beneficiada
7	Distribuição dos resultados:	<ul style="list-style-type: none"> <li>. Repasse do resultado financeiro para os Xikrin</li> <li>. Prestação de contas para a comunidade</li> </ul>	

**III.7.5 - Projeto de Manejo Florestal Xikrin / ISA - Diagnóstico Geral**

	<b>Situação</b>	<b>Descrição</b>	<b>Encaminhamentos</b>
+	O projeto viabilizou o afastamento dos Xikrin dos madeireiros	<p>*A realização do projeto conseguiu que os Xikrin se afastassem do modelo madeireiro predatório e degradante que reina no sul do Pará e entre seus parentes Kayapó</p> <p>*Os Xikrin mantiveram distância de problemas crônicos como alcoolismo, alto grau de violência, relação com prostituição.</p> <p>*Evidentes benefícios socio-culturais, não mensuráveis em termos financeiros.</p>	<p>*Destacar ganhos não financeiros do Projeto</p> <p>*Manter pacto que garante o projeto e o afastamento do modelo predatório.</p>
+	Projeto pioneiro e demonstrativo	<p>*O projeto tem reconhecimento nacional e internacional como uma das iniciativas que conseguiu criar uma efetiva alternativa aos modelos predatórios de exploração florestal.</p>	<p>*Potencializar a visibilidade do projeto, resolvendo algumas questões e buscando novas parcerias.</p>
+	Participação e interesse de diversos agentes e instituições no processo	<p>*ISA, NDI, FUNAI, CVRD, entre outras instituições, sempre apostaram no sucesso da iniciativa</p> <p>*Xikrin reconhecem a importância do projeto e dão crédito a seus executores</p>	<p>*Manutenção do interesse e participação dos agentes, estreitando o contato e diálogo entre todos.</p>
+	Certificação da madeira e do processo	<p>*Acaba de ser aprovada a Certificação do Projeto, o que garante a legitimidade socioambiental da atividade e abre novas e ótimas perspectivas de mercado.</p> <p>*Diversas condicionantes, entretanto, ainda precisam ser alcançadas</p>	<p>*Potencializar os ganhos da certificação, buscando um mercado sensibilizado e parcerias interessadas em colaborar.</p>
+	Infra-estrutura montada	<p>*Com os financiamentos disponíveis, foi possível montar uma infra-estrutura de primeira qualidade para o projeto, já totalmente disponível</p>	<p>*Manutenção da infra-estrutura montada.</p>
-	Falta de diálogo entre a equipe do Projeto e os Xikrin e parceiros	<p>*Tem sido insuficiente o diálogo, discussões e informações prestadas pela equipe do Projeto para os Xikrin para os parceiros (FUNAI, ABN, CVRD) sobre o andamento do Projeto</p> <p>*Desinformação e descontentamento por parte dos índios e parceiros sobre os encaminhamentos do projeto.</p>	<p>*Estreitar o diálogo entre os diversos agentes e instituições envolvidos, disseminando informações e garantindo discussões sobre o Projeto.</p>
-	Pouco rendimento financeiro do Projeto	<p>*Devido a inúmeras dificuldades e atropelos (como os erros do inventário pela STCP), os resultados financeiros obtidos pelo Projeto têm sido baixos.</p> <p>*Os Xikrin têm demonstrado insatisfação quanto a esses baixos resultados e demonstrado descontentamento.</p> <p>*Falta de compreensão sobre o tempo necessário para o retorno dos</p>	<p>*Destacar os outros ganhos do projeto, no âmbito social, ambiental e demonstrativo.</p> <p>*Realizar um Estudo de Mercado aprofundado dadas as novas condições do Projeto</p> <p>*Buscar parcerias para diluir custos</p>

		investimentos feitos. *Expectativa não atendida de acesso a recursos do Projeto pelos Xikrin pode gerar distanciamento dos índios em relação ao Projeto.	
-	Falta de Planejamento estratégico	*Dificuldade de estabelecimento de cronograma efetivo de atividades *Dificuldade de planejamento financeiro *Ausência de Plano de Negócios que oriente as atividades	*Realizar Plano de Negócio aprofundado, dadas as novas condições do projeto
-	Imprecisão nos dados financeiros	*Falta de precisão e correção nos dados financeiros dificultam um planejamento confiável, bem como uma expectativa real de gastos e de resultados a serem alcançados pelo projeto *Dificuldade de transmissão desses dados para os Xikrin e parceiros.	*Maior precisão e transparência nos dados do projeto. *Intensificar as discussões com os Xikrin e parceiros envolvidos.
-	Novos desafios e dificuldades trazidas pela fase de extração de madeira	*Entrar na fase de extrair e comercializar madeira traz novas dificuldades e desafios para o ISA, que precisa adequar o <i>negócio da madeira</i> em mercado competitivo e complexo. *Dificuldade de competir com os "fora da lei", cujos custos são sempre mais baixos. *ISA não tem experiência nem perfil empresarial	*Encontrar parceiros que assumam a comercialização. *Diversificar e verticalizar a produção, agregando valor à atividade.
-	Falta de identificação e participação dos Xikrin nas atividades	*Alienação dos Xikrin em relação ao projeto, como se estenão fosse deles e sim do ISA. *Falta de diálogo entre a comunidade e o projeto *Pouca participação e acompanhamento dos Xikrin em relação às atividades de campo:	*Intensificar as discussões com os Xikrin.
-	Problemas internos da equipe do Projeto	*Sobrecarga dos profissionais de campo, que se desgastam na relação com os Xikrin *Alta rotatividade de profissionais, gerando altos custos e esforço de capacitação e treinamento *Dificuldades de relacionamento interno e com os parceiros locais: FUNAI, CVRD etc *Dificuldade de gerenciar a sede o projeto, que sofre pressão dos índios por alojamento, alimentação e caçadas nos locais de extração de madeira.	*Intensificar as discussões com os parceiros.
-	Processo atropelado de implantação da Serraria	*Falta de discussões com a comunidade e parceiros na definição da aquisição da Serraria gera incompreensão e resistências *Necessidade de resolução rápida dos problemas gerou um processo	*Intensificar as discussões com parceiros e com os índios, buscando uma solução global para o problema

		<p>"atropelado" sem a devida maturação de alguns elementos</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>*Ruptura com parceiro no meio do processo</li> <li>*Indefinição quanto aos aspectos jurídicos e burocráticos (como registrar a Serraria), bem como de sua gestão.</li> <li>*Falta de clareza quanto aos custos que a Serraria envolve</li> </ul>	
-	Parceria com a Mata Terraplanagem	<ul style="list-style-type: none"> <li>*Parceiros queixam-se da falta de clareza na relação e apontam riscos em estabelecer parceria com pessoas que já tiveram envolvimento com o modelo predatório de extração madeireira.</li> <li>*Possibilidade do projeto, com a parceria, introduzir nova mentalidade na região. (++)</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>*Intensificar as discussões</li> <li>*Estabelecer mecanismos de controle e acompanhamento do trabalho da Mata.</li> </ul>
-	Problemas de estrutura	<ul style="list-style-type: none"> <li>*Atraso nas obras da estrada encarecem o processo e dificultam a obtenção de melhores resultados financeiros.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>*Estabelecimento de um cronograma "folgado" e intensificar as cobranças junto aos responsáveis com antecipação</li> </ul>

### III.7.6 - Projeto Manejo Florestal Xikrin / ISA - Quadro de Recursos Financeiros

Referência	Instituição Financiadora	Instituição Executora	Atividades	Período	Valor
Projeto	SEMAM/ FNMA /MMA	PIB / CEDI	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Foram os primeiros levantamentos florestais: que culminaram com a elaboração do <i>Inventário Florestal da Área Indígena Xikrin</i>, onde foram definidas as diversas do zoneamento ambiental da área.</li> <li>- Os levantamentos contaram, ainda, com o apoio financeiro do Convênio CVRD / FUNAI</li> </ul>	1991	25.000,00
Convênio 0453/89	CVRD	FUNAI	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Com Funai de Marabá e remunerando ISA.</li> <li>- Contratação de especialistas na área florestal</li> </ul>	1995 a 1996	R\$50.000,00
Projeto	FAFFO	ISA	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Financiamento das atividades jurídicas e políticas do projeto.</li> <li>- Apoio à formação da ABN</li> <li>- Apoio à interlocução</li> </ul>	1994 a 1996	R\$50.000,00
Contrato 077/96	PDA/MMA	ISA	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Realizou estudos para aprofundar o diagnóstico socioambiental, implantação de da comercialização da castanha-do-pará e assessoria à ABN, viabilizando a elaboração do <i>Plano Diretor da Terra Indígena Xikrin</i>, instrumento que orienta a dinâmica de utilização da área Xikrin</li> </ul>	Início em 1996 e final em 1998	R\$240.000,00
Projeto	Fundação Ford	ISA	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Financiou estudo de Viabilidade Econômica para Projeto de Manejo, Seminário Interinstitucional para discussão dos indicadores do Plano de Negócios e, finalmente, a própria elaboração do <i>Plano de Negócios</i>.</li> </ul>	1996 e 1997	R\$ 50.000,00
Contrato	CVRD/Banco Mundial	ISA/STCP	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Diagnóstico da área total de manejo florestal (direto com a STCP)</li> <li>- Certificação florestal</li> <li>- Apoio institucional do ISA</li> <li>- Censo de 2 unidades de exploração florestal.</li> </ul>	1999 a 2000	R\$ 400.000,00
Contrato 005/99	ProManejo	ISA	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Estruturação da infra-estrutura de campo do Projeto (casa-sede, escritório, gerador, alojamento, carro, equipamentos etc)</li> <li>- Remuneração da equipe técnica: coordenação, engenheiro,</li> </ul>	Início: 05/2000 Fim: 05/2003	US\$450.000,

			antropólogo, técnicos de campo e prestadores de serviço - Gastos gerais: manutenção de veículos, passagens aéreas etc. Pesquisa Embrapa.		
Convênio 0583/99	CVRD	ISA	- Apoio Institucional geral para o ISA - Complementação salarial da Equipe do projeto - Geoprocessamento, direito socioambiental / apoio jurídico, infra-estrutura etc - Manutenção de equipamentos - Relatórios - Complementação salarial de Juliano / capacitação. - Outros gastos extraordinários que não se encaixam no ProManejo	Convênios com renovação anual	2001: R\$ 254.000,00 2002: R\$ 300.000,00
Convênio 0453 - CVRD / FUNAI	CVRD	ABN / ISA	- São recursos repassados pela CVRD no âmbito do convênio que repassa recursos para a ABN. Esses recursos são emprestados para o Projeto de manejo que os devolve no final da safra. Incluem: - Manutenção da estrada e outras obras de infra-estrutura (casas etc); serviços totalmente terceirizados para a Mata Terraplanagem - Capital de Giro para o manejo, encaminhados ou via projeto de atividades produtivas ou nos gastos mensais da ABN.	Convênios com renovação anual	2001: infra-estrutura: R\$ 200.000 capital de giro: R\$ 175.000,00 2002: infra-estrutura: R\$ 200.000,00 capital de giro: R\$ 200.000,00

### **III.8 - Capacitação ISA**

#### **III.8.1 – Apresentação**

Apesar do Projeto de Capacitação do ISA ter sido iniciado formalmente em 2000, sob coordenação de Marina Kahn, a atividade já era realizada anteriormente, no escopo do apoio prestados pelo ISA aos povos e organizações indígenas com os quais trabalha. É importante destacar que o próprio surgimento e fortalecimento das organizações indígenas é uma tendência recente, consolidando-se efetivamente na segunda metade da década de 1990.

Podemos apontar algumas condições históricas para essa tendência:

- e) Fragmentação do indigenismo oficial, que descentralizou diversas atribuições da FUNAI para outros órgãos governamentais, abrindo espaço para a participação crescente e efetiva de organizações não-governamentais, inclusive indígenas;
- f) Valorização dos povos e do movimento indígena em geral, em decorrência da tendência internacional e nacional de valorização de modelos de desenvolvimento socioambiental, nos quais articula-se a problemática ambiental com as populações minoritárias, com destaque para as indígenas.
- g) Fortalecimento político dos povos e movimento indígena em geral devido às conquistas no plano jurídico e político, obtidas com as discussões da Assembléia Nacional Constituinte em torno do *Estatuto das Sociedades Indígenas*, ainda que este não esteja aprovado até o momento.
- h) Disponibilidade de recursos e linhas de financiamento diversos – no plano nacional e internacional - para desenvolvimento de atividades junto a populações indígenas.

As organizações indígenas com as quais o ISA realiza um trabalho mais direto participam dessa tendência. A FOIRN, que possui uma tradição maior e faz parte de um movimento político mais consolidado no Rio Negro, fundada em 1987, a partir dos anos 90 amplia ainda mais o conjunto de organizações federadas. A ATIX é fundada em 1994 e a ABN em 1995, com apoio e estímulo da equipe local do ISA. A ABN, cabe lembrar, foi criada para dar as condições necessárias à sociedade Xikrin para solicitar e obter autorização para a implantação do Plano de Manejo Florestal aos órgãos competentes - IBAMA, FUNAI, etc. assim como para garantir a participação na gestão das atividades e recursos do Projeto. Além disso, a médio prazo, de poder gerenciar, com menor peso burocrático, os recursos da CVRD destinados aos Xikrin e repassados para a FUNAI.

Com a formação do ISA, em 1994, uma das decisões estratégicas tomadas foi a de investir em projetos locais junto a populações indígenas, mantendo o apoio nos aspectos jurídicos e políticos, mas também investindo nas questões ambientais. No caso das organizações indígenas, sua importância era vista como o fortalecimento político das populações e a criação de um canal através do qual projetos e outras atividades poderiam ser canalizadas diretamente pelos índios, que deveriam passar por um processo de capacitação para assumir sua gestão.

Até 2000, entretanto, a assessoria prestada pelo ISA às organizações esteve centrada em orientações jurídicas, contábeis e de planejamento. Desta forma, o pessoal do ISA participava de reuniões e assembleias, sugerindo estratégias e linhas de atuação geral, ajudava na elaboração do planejamento geral, apoiava a articulação interinstitucional,

orientava na execução de tarefas e execução financeira e, muitas vezes. "apagava incêndios" no final do ano, para regularizar a situação jurídica e contábil.

O trabalho, entretanto, foi se avolumando, tornando-se complexo e demandando cada vez mais esforço e dedicação. Essa situação subsidiou a formalização do Programa de Capacitação em 2000, que visou principalmente aprimorar a assessoria prestada às organizações e a formação de quadros indígenas para a gestão. O trabalho do Programa está centrado em visitas periódicas às organizações, para verificação e orientação sobre o andamento geral da gestão, realização de cursos específicos, estruturação de programas de formação continuada para os representantes indígenas, apoio na elaboração de projetos e assim por diante.

Apesar das dificuldades, as atividades foram realizadas com sucesso, com exceção das atividades da ABN, que até 1999 ficou praticamente inativa. Os recursos da CVRD continuavam sendo gerenciados pela FUNAI, com apoio de pessoal da Fundação Zoobotânica FZB/ CVRD. O Projeto de Manejo, por outro lado, ainda não movimentava recursos e a participação dos Xikrin era articulada diretamente pela equipe do projeto, sob coordenação de Isabelle Giannini.

A partir de 1999, entretanto, ocorreram algumas mudanças que alteraram bastante o cenário. Por um lado, a CVRD passa a direcionar seus recursos para a ABN, e não mais para a FUNAI. Embora o sistema de funcionamento ainda estivesse centralizado no Administrador da FUNAI e equipe da FZB, a ABN passou a movimentar recursos, o que acarretou novos cuidados contábeis, legais e administrativos.

Além disso, é assinado o Convênio entre CVRD e ISA (Contrato 583/99) que visava garantir os seguintes custos: a) apoio institucional ao ISA, remuneração da equipe do Projeto de Manejo, atividades de suporte (geoprocessamento, assessoria jurídica, etc.), inventário 100% da área destinada ao Manejo Florestal (através da STCP), capital de giro para a exploração, infra-estrutura (especialmente reforma da estradas, para viabilizar o escoamento da produção).

Além disso, no escopo desse Convênio, o ISA comprometeu-se a realizar a capacitação da ABN, que até o início de 2002 era realizada principalmente por Nilto Totto e Moisés Peggion que verificavam a situação contábil e jurídica da organização e repassavam orientações. Nesse período, Marina Kahn esteve em algumas oportunidades em Marabá, mas não conseguiu consolidar as atividades que desenvolvia nas outras organizações, por diversas razões: a) ausência de representantes indígenas na sede e a falta de engajamento nas atividades pelos responsáveis (Kangó); b) falta de interesse ou tempo por parte dos funcionários não-índios; c) impossibilidade de agendar visitas às aldeias devido a outros compromissos das Xikrin; e d) falta de identificação dos Xikrin com a ABN, que era vista como algo externo, um "balcão" onde obter recursos e mercadorias. Apesar disso, a situação da ABN era sempre considerada "tranquila" e sem problemas, muito devido a haver toda uma estrutura pessoal (FUNAI e FZB) com experiência histórica na gestão dos recursos da CVRD.

A partir de 2001, Karangré Xikrin – presidente da ABN – passa a residir em Marabá, com a alegação de que isso era necessário para regularizar a situação da ordenação de despesas, até então realizada por Jucirene (FZB) ou Eimar (FUNAI). Além disso, aos poucos a FUNAI vai atenuando seu acompanhamento sobre a gestão da ABN, até que ele se minimiza quando, em abril de 2002, a sede da organização é transferida para outro local (até então a ABN funcionava na própria FUNAI). Essa mudança coincidiu com a

transferência de todo o pessoal da FZB para ser contratado diretamente pela ABN. Além da enorme sobrecarga de tarefas e responsabilidades da ABN, cuja equipe de funcionários não estava capacitada para assumir. Em poucos meses, a situação dos gastos da ABN descontrolou-se completamente, gerando débitos altíssimos, dívidas que prejudicavam a relação com o comércio e deficiência na execução de tarefas importantes como suporte ao atendimento à saúde, educação, vigilância, etc.

A notícia da inadimplência e da situação caótica na ABN foi trazida por Rubens Mendonça (Projeto de Manejo) e pegou a equipe do ISA de surpresa. Nesse momento, José Strabeli, que havia sido contratado para o Projeto de Capacitação / ISA em janeiro realiza sua primeira viagem a Marabá, em abril de 2002, o que representou o início do contato efetivo entre a Capacitação / ISA e a ABN. Strabeli passa, então, a fazer visitas periódicas à organização com os seguintes objetivos: a) Análise da situação financeira; b) Estruturação e sugestão de Relatórios e procedimentos de registro e controle financeiros; e c) Auxiliar na reorganização do quadro funcional

Nesse processo, verificou não haver nenhum controle sobre os gastos, nem tampouco um planejamento financeiro para não haver excessos nas despesas, ratificando a conclusão que a HP Consultoria havia diagnosticado no início do ano. Percebeu, ainda, que havia incorreções nos Registros e Relatórios apresentados pela ABN:

- a) As dívidas não apareciam de forma evidente nos registros, sugerindo uma situação financeira melhor do que a real. Reorganizando as contas (inserindo as despesas por data de emissão dos débitos), verificou que em janeiro de 2002 havia cerca de R\$ 290.000,00 referentes a débitos, e não R\$ 70.000,00 como indicavam os Relatórios expedidos pela ABN.
- b) Muitos gastos estavam indevidamente classificados, gerando incorreções na leitura da situação contábil da ABN. O principal problema aí e que registrava-se como Custeio – no item Apoio aos PINs - os gastos relativos à Verba Mensal – gastos pessoais das comunidades. Em outras palavras, contabilmente havia saldo na Verba Mensal, quando justamente nesse item era gerado o rombo financeiro da ABN.

Strabeli formatou e sugeriu novos modelos de registro financeiro, embora o sistema ainda não estivesse totalmente consolidado, sendo necessário, segundo ele, um acompanhamento cotidiano dos procedimentos.

Em relação ao Quadro Funcional, percebeu uma desorganização que fazia com que alguns funcionários ficassem sobrecarregados, enquanto outros ficavam ociosos, problema causado por uma má distribuição de responsabilidades. Realizou reuniões e uma Oficina (setembro / 2002) para discutir e encaminhar melhorias para o problema. As reuniões de Planejamento e Prestação de Contas junto aos Xikrin foram retomadas nas aldeias e em Marabá.

Outro problema sério, identificado pela Capacitação / ISA foi a falta de inserção e participação dos Xikrin na gestão da ABN. Além de uma evidente falta de capacitação e instrumental técnicos e precariedade de escolarização básica, os Xikrin muitas vezes não demonstravam estar interessados em participar da gestão da ABN, relacionando-se com a organização apenas como um "balcão" de solicitação de coisas e recursos. As comunidades estão alheias ao trabalho de gestão e a própria diretoria não tem uma participação efetiva no processo. Alguns jovens, indicados para acompanhar os trabalhos na cidade (Kangó,

Kontire, Bep Kaminhoroti, Bep Katuro ou Bemotizinho), não conseguem se inserir no trabalho nem tem respaldo para colocar os problemas para as comunidades.

Nesse sentido, o Projeto de Capacitação do ISA se coloca a disposição para colaborar com a educação escolar em área, disponibilizando apoio aos professores de campo. Para auxiliar em todo esse conjunto de ações, em julho foi contratado Juliano Bornesiel, cujo objetivo central é ser o agente local da Capacitação, responsável por fazer a interlocução entre os Xikrin, ABN e Projeto de Manejo / ISA e acompanhar o cotidiano administrativo da associação. Pretende-se que Juliano estabeleça uma ponte entre as lideranças e a ABN, além de consolidar uma rotina de trabalho com os jovens em formação em Marabá. Além disso, prevê-se que procure e estimule outros Xikrin a se engajarem na ABN e um trabalho mais próximo com a Educação Escolar pode ser uma alternativa.

Dentro do atual contexto Xikrin e da própria ABN, o trabalho da Capacitação adquire um papel estratégico, precisando aliar dois desafios: participar do esforço de organizar a gestão financeira e administrativa da ABN e estimular o engajamento consciente dos Xikrin no processo.

	programa de capacitação	além de assessoria antropológica.	como estreitar seus vínculos com os Xikrin
	Reconhecimento da importância da Capacitação por parte das instituições parceiras (FUNAI, CVRD etc)	*Os diversos parceiros demonstraram reconhecer a importância da realização de um processo de capacitação em gestão junto aos Xikrin e que o ISA é a instituição ideal para assumir o trabalho.	*Estreitar as relações com os outros agentes e discutir em conjunto as premissas e estratégias da Capacitação
	Reconhecimento da importância da atividade por parte dos funcionários da ABN	*Apesar de certa resistência – que paulatinamente parece diminuir – os funcionários da ABN demonstram achar importante a capacitação, sendo que foi muito boa a avaliação da Oficina realizada em setembro	*Manter o contato e diálogo com ABN
	Pouco engajamento e reconhecimento dos Xikrin na gestão da ABN	*Os Xikrin não participam efetivamente do processo de gestão da ABN, estando distantes de seus problemas administrativos. *Pouca identificação dos Xikrin com as atividades de capacitação	*Realizar trabalho de conscientização da importância da gestão da ABN para os Xikrin *Articular esforços com outros agentes e instituições
	Situação caótica da gestão financeira da ABN	*Dificuldade de consolidação de registros financeiros padrão	*Realizar esforço conjunto para organizar a gestão financeira da ABN.
	Rotina de trabalho ainda não definida	*Ainda não está estabelecida uma rotina para o trabalho da Capacitação em Marabá (Juliano) *Dificuldade de articular esforços de acompanhamento da gestão financeira ao engajamento dos Xikrin nas atividades	*Discutir internamente , com os parceiros e Xikrin como poderia ser essa rotina

#### IV - Considerações Finais

O presente diagnóstico procurou apresentar o contexto relacional Xikrin em toda sua amplitude e complexidade, proporcionando um panorama geral da situação dessa população indígena, que inclui os diversos agentes e instituições com os quais mantém relações, bem como esclarecer como estão as várias áreas de assistência presentes e as atividades e projetos junto a eles desenvolvidos. Se o texto, em algumas oportunidades, voltou ao mesmo ponto, retomando questões já abordadas anteriormente foi devido à indissociação das atividades na prática. Certamente fatos novos surgirão entre o momento de redação deste documento e sua análise pelos leitores, devido ao dinamismo do próprio contexto Xikrin. A abordagem analítica utilizada, entretanto, procurou fornecer uma base de dados que permita a construção de cenários e tendências futuras, independentemente das modificações pontuais que possam ter ocorrido desde a elaboração do Relatório.

Como ficou evidente, é extremamente complexo, variado e dinâmico o contexto Xikrin, mas é possível destacar alguns pontos mais gerais – positivos e negativos - que surgiram durante o diagnóstico:

- Considerável disponibilidade de recursos, principalmente se comparada à disponibilidade de populações indígenas com características similares.
- Presença de instituições com lastro de trabalho junto aos Xikrin, ou seja, com longo histórico de relação com as comunidades.
- Os Xikrin têm demonstrado historicamente que, quando “compram” uma idéia, engajam-se a fundo nos trabalhos, como é o caso do Projeto de Manejo Florestal, coleta de castanha, etc.
- O Projeto de Manejo é uma iniciativa de grande valor demonstrativo, com conquistas efetivas em campo e reconhecimento local, regional e internacional. No momento, passa pela difícil fase de estruturação, com a infra-estrutura montada, serraria adquirida e certificação aprovada.
- Há uma indefinição de responsabilidades e uma desarticulação entre as diversas instituições, sendo que algumas tarefas e responsabilidades não são efetivamente realizadas enquanto outras sofrem duplicidade de responsabilidades. Isso gera, em alguns casos, um jogo de “empurra-empurra” que aborrece os Xikrin e agentes envolvidos, além de tensionar relações.
- Há um consenso geral de que o problema dos gastos Xikrin e da ABN é grave e compromete todos os trabalhos com eles desenvolvidos, podendo acarretar situações complicadas e de difícil solução.
- As deficiências de gestão da ABN têm permitido e estimulado os gastos apontados acima, prejudicado o andamento das atividades (saúde, educação, vigilância, etc.), gerado uma situação financeira alarmante e desperdiçando a disponibilidade de recursos.
- Os parceiros e, principalmente, os Xikrin queixam -se de um distanciamento em relação ao Projeto de Manejo, que configuram falta de informações, reuniões e acompanhamento das atividades. Talvez por não acompanharem de perto a gestão do

Projeto, os Xikim têm mostrado descontentamento com os resultados financeiros daí advindos.

Com todos os problemas, entretanto, os agentes envolvidos demonstraram forte disposição em superá-los e organizar melhor o trabalho das instituições junto aos Xikrin. Quase sempre que sejam os encaminhamentos, entretanto, está clara a necessidade de estreitar o diálogo e articulação entre esses diversos agentes. O próprio processo de levantamentos para o presente Diagnóstico demonstrou o interesse dos agentes em estabelecer esse diálogo, o que, de certa forma, facilitou o trabalho deste assessor. Ficou evidente, entretanto, uma grande expectativa por parte dos agentes contatados em ter acesso aos resultados desse levantamento, como subsídio para a análise da situação e estreitamento do diálogo.

Espera-se que o presente Diagnóstico possa contribuir com esse processo, fornecendo um conjunto sistematizado de dados, útil na elaboração de cenários e tendências futuras, bem como nas definições sobre o encaminhamento de um plano de gestão integral viável e positivo para os Xikrin do Cateté.

**Y - Quadros Institucionais Sintéticos**

Instituição	Atividades	Pessoal envolvido	Recursos
<p><b>Funai – ADR Marabá</b></p> <p>Órgão federal responsável pela assistência geral aos povos indígenas. Perdeu muitas de suas atribuições (saúde, educação etc) nos últimos 10 anos.</p> <p>Em Marabá, assiste aos Xikrin do Cateté, Gavião, Suruí, Amambé / Guarani e uma pequena comunidade Guajajara</p>	<p>a) Acompanhamento e gestão das relações dos Xikrin com o INSS: aposentadoria, pensões e benefícios</p> <p>b) Elaboração e execução do Plano de Vigilância da TI Xikrin, em conjunto com assessoria e comunidade</p> <p>c) Apoio às atividades produtivas da comunidade: acompanha extração de castanha, aquisição de ferramentas, sementes e serviços de apoio às roças etc</p> <p>d) Apoio à Casa do Índio de Marabá: manutenção do local, seus funcionários e alimentação dos índios em trânsito</p> <p>e) Apoio à educação escolar Xikrin na aldeia e dos estudantes na cidade</p> <p>f) Acompanhamento de projetos e atividades de outras instituições: Projeto de Manejo Florestal / ISA, gestão da ABN e Convênio CVRD / Xikrin</p>	<p>- Eimar Araújo: Administrador regional</p> <p>- Brasil: Indigenista</p> <p>- Branco: responsável pela Vigilância</p> <p>- Alberto e Ivan: Chefes de Posto</p> <p>- D. Mariinha: Chefe do setor educação</p> <p>- Ricardo: téc. agrícola acompanha Projeto Manejo</p>	<p>Não foi possível averiguar valores, mas todas as verbas para os Xikrin são originárias e diluídas do orçamento geral da ADR.</p>
<p><b>CVRD</b></p> <p>Empresa mineradora que, por força de vínculos legais e contratuais presta apoio a diversas comunidades indígenas em sua área de influência: Xikrin, Gavião, Guajajara e Guajá.</p> <p>Apoia os Xikrin desde 1982, através de Convênio assinado com a Funai</p>	<p>a) Repasse de recursos fixos para apoio aos Xikrin em diversas áreas de assistência: saúde, educação, vigilância, atividades produtivas e transporte.</p> <p>b) Contratação de Consultor médico especializado: Dr João Paulo.</p> <p>c) Disponibiliza para os Xikrin serviços médicos, hospitalares e laboratoriais do convênio de seus funcionários.</p> <p>d) Repasse de recursos fixos para a manutenção administrativa da ABN.</p> <p>e) Repasse de recursos para gastos pessoais dos Xikrin, através da Rubrica <i>Verba Mensal</i></p> <p>f) Repasse de recursos específicos para atividades especiais como a coleta de castanha, aquisição de veículos etc.</p> <p>g) Viabilização de obras de infra-estrutura para a área indígena Xikrin: casas de alvenaria, poços artesianos, estradas (construção e manutenção) etc</p> <p>h) Apoio financeiro para o Projeto de Manejo Florestal Xikrin: apoio institucional para o ISA e Capital de Giro para a safra.</p>	<p>- Raimundo Junior – Gerente ASMAN</p> <p>- Venâncio: responsável pelos povos indígenas do Maranhão</p> <p>- Rosan Figueiredo – responsável pelos povos indígenas do Pará</p> <p>- Josino: Acompanha os Xikrin em trânsito em Carajás</p>	<p>Custeio: R\$45.000 / mês</p> <p>At. Produtivas: R\$6.400 / mês</p> <p>Vigilância: R\$6.300 / mês</p> <p>Verba Mensal: R\$50.000 / mês</p> <p>Coleta castanha R\$177.000 em 2002, mas o orçamento foi extrapolado</p>

	i) Manutenção da Casa de Trânsito dos Xikrin em Carajás		
<p>ISA – Instituto Socioambiental</p> <p>ONG sediada em São Paulo que, entre seus programas de apoio a populações indígenas, apoia os Xikrin no Projeto de Manejo Florestal e na capacitação em gestão.</p> <p>O Projeto de Manejo Florestal ganhou um volume e complexidade enormes, entrando numa fase de comercialização. Ao mesmo tempo, tem encontrado dificuldade de diálogo com os Xikrin e outros parceiros</p>	<p>a) Projeto de Manejo Florestal Xikrin (PMX): Depois de um longo processo de consolidação da ruptura entre os Xikrin e os madeireiros e vários anos de levantamentos, pesquisas e diagnósticos; que embasaram o Plano de Manejo; o Projeto entrou, há três anos, na fase de extração e comercialização da madeira. O processo envolve desde as atualizações de pesquisa, certificação da madeira, viabilização das autorizações, extração e transporte da madeira, beneficiamento (o projeto acaba de adquirir uma serraria) e comercialização da madeira.</p> <p>b) Capacitação em Gestão da ABN: Presta assessoria gerencial para a organização, auxilia na Prestação de Contas junto à comunidade e desenvolve processo de formação dos Xikrin em gestão.</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Rubens Mendonça: coordenador PMX</li> <li>- Isabelle Giannini: assessora antropológica</li> <li>- Max Roncoletta: Engenheiro Florestal</li> <li>- Elchilton, Nilton, Cristiano e Alfredo: técnicos florestais</li> <li>- MataTerraplanagem: empresa terceirizada para a extração da madeira</li> <li>- Nina: Coordenadora capacitação</li> <li>- José Strabeli e Juliano: assessores de projeto</li> </ul>	<p>. ProManejo: 2000 a 2003 US\$450.000</p> <p>. CVRD Apoio Instituc. ISA 2001: R\$ 254.000 2002: R\$ 300.000</p> <p>. CVRD: infra-estrutura e capital de giro 2001: i-e: R\$200.000 e-g: R\$175.000 2002: i-e: R\$200.000 e-g: R\$ 200.000</p> <p>.Recursos capacitação:</p>
<p>Associação Bep Noi</p> <p>Organização dos Xikrin, fundada em 1995 com o objetivo de viabilizar os encaminhamentos do Projeto de Manejo e envolver os Xikrin diretamente na gestão</p> <p>Desde 1999, assumiu a gestão dos</p>	<p>a) No contexto da gestão dos recursos advindos do Convênio CVRD / Funai de assistência aos Xikrin, a ABN assumiu a responsabilidade de execução de uma série de atividades incluídas nesse Convênio: apoio à assistência na saúde e educação, desenvolvimento e apoio às atividades produtivas (coleta de castanha, roça etc), transporte, infra-estrutura etc. Rubrica de Custeio e específicas.</p> <p>b) Sua responsabilidade envolve desde a contratação, remuneração e controle do trabalho de pessoal, aquisição de equipamentos e materiais diversos, contratação de serviços etc</p> <p>c) A organização também repassa e gerencia os recursos destinados aos</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>. Karangré Xikrin: Coordenador da ABN</li> <li>. Jucirene Bandeira: Assessora administrativa</li> <li>. Augusta: contadora</li> <li>. Elvani: pessoal</li> <li>. Clebiane, Alan: apoio</li> </ul>	<p>Custeio: R\$45.000 / mês</p> <p>Vigilância: R\$</p> <p>Atividades produtivas: R\$</p>

<p>recursos do Convênio CVRD / Funai / Xikrin; gerando uma enorme sobrecarga gerencial e uma complicada situação financeira</p>	<p>gastos pessoais dos Xikrin, a <i>Verba Mensal</i></p>	<p>administração          . 3 motoristas          . Vigias          . Pessoal de apoio à casa de trânsito de Carajás          . 2 professoras          . 2 profissionais da saúde          . 4 monitores indígenas de saúde          . 4 monitores de educação</p>	<p>Verba Mensal:          R\$50.000/mês          Coleta castanha          R\$177.000 em 2002, mas foram gastos mais de R\$400 mil</p>
<p><b>APITO</b>          Organização indígena que envolve diversas etnias da região de Marabá, inclusive os Xikrin, criada para a gestão do Convênio de assistência à saúde          Teve problemas de aceitação inicial junto aos Xikrin, mas aos poucos melhora a relação</p>	<p>a) Assina Convênio de Assistência à saúde de diversas populações indígenas da região de Marabá: Gavião, Xikrin, Suruí, Amambé e uma pequena comunidade Guajajara          b) A assistência prestada pela APITO inclui fornecimento de medicamentos da farmácia básica, remoção de pacientes, acompanhamento de pacientes em Marabá, Equipes Volantes de Saúde na área etc</p>	<p>Zeca Gavião: presidente          Lady: coordenação gerencial          EVS: enfermeira, laboratorista e dentista que visitam a área</p>	<p>R\$ 59.401,78 específicos para os Xikrin, sem contar com os gastos com pessoal</p>
<p><b>SEDUC</b>          Departamento de Educação Indígena da SEDUC/PA é responsável pela capacitação de profissionais relacionados à educação indígena do Estado, além do ensino de 5ª a 8ª séries          Tem se aproximado dos Xikrin desde que estes apresentaram demanda de implantação de ensino de 5ª a 8ª séries na aldeia</p>	<p>a) Realiza Cursos de Formação e Capacitação de professores não-índios e indígenas que trabalham em área indígena, nos quais têm participado os professores da área Xikrin e os Monitores Xikrin de ensino.          b) Está estudando a possibilidade de implementação de ensino de 5ª a 8ª séries na aldeia do Cateté</p>	<p>Regina: coordenadora          Moisés, Romélia e Edilene: técnicos</p>	<p>Não foi possível precisar</p>

**Diagnóstico Xikrin**  
**Programação da Consultoria**

12/08: São Paulo/ISA

- Início dos trabalhos: contato inicial com Sema e Nilto para fechar a proposta de trabalho
- Conversas iniciais com Isabelle Giannini (Bel – assessora antropológica), José Strabeli e Marina Kahn (Nina) – os dois últimos da Capacitação ISA

13/08: São Paulo/ISA

- Início levantamento documental
- Entrevista com Rubens Mendonça (Projeto Manejo)

14/08: São Paulo

- Análise documental

15/08: São Paulo/ISA

- Conversa com Sema: organização de programação
- Entrevista com Strabeli e Nina (capacitação)
- Entrevista com Rubens
- Levantamento documental

16/08: São Paulo

- Entrevista com Strabeli e Nina levantamento documental sobre ABN
- Levantamento e análise documental

17 e 18/08: São Paulo

- Análise documental

18/08: São Paulo/ISA

- Levantamento e análise documental
- Elaboração de minuta sobre Relatório Final

19/08: São Paulo/ISA

- Levantamento e análise documental

20/08: São Paulo

- Levantamento e análise documental
- Entrevista Dr João Paulo

21/08: São Paulo

- Levantamento e análise documental
- Sistematização dados sobre Projeto Manejo para discussão com Rubens
- Entrevista Lux Vidal

22/08: São Paulo

- Levantamento e análise documental

- Entrevista Nilto Tatto

23/08: São Paulo/ISA

- Levantamento e análise documental
- Sistematização dados sobre Saúde Xikrin

24 e 25/08: São Paulo

- Levantamento e análise documental

26/08: São Roque

- Entrevista Bel e Planejamento viagem de campo

27/08: São Paulo/ISA

- Levantamento e análise documental
- Entrevista César Gordon

28/08: São Paulo/ISA

- Levantamento e análise documental
- Reunião de Planejamento de viagem a campo

29/08: São Paulo:

- Processamento de documentos

30/08: Marabá:

- Contatos telefônicos com instituições (ABN, APITO, FUNAI)
- Conversa inicial com Juliano (capacitação)

31/08: Marabá:

- Visita a casa e apresentação para Karangré
- Conversa inicial com Eimar Araújo (Administrador regional Funai)

01/09: Marabá:

- Visita a casa de Karangré
- Processamento de documentos

02/09: Marabá

- Visita à ABN e primeiro contato com Jucirene e outros funcionários
- Entrevista a Eimar e Brasil (indigenista) da Funai
- Conversas Strabeli e Juliano

03/09: Marabá:

- Conversas iniciais com Jucirene e Karangré/ ABN e visita geral à organização
- Processamento de documentos

04/09: Marabá:

- Conversa com Jucirene e Karangré/ ABN
- Visita à ACIM: marcar entrevista presidente

- Processamento de documentos

05/09: Marabá:

- Acompanhamento de Reunião Geral na ABN: Bel, Juliano, Strabeli (ISA), Jucurene e Augusta (ABN), Rosan (CVRD), Eimar e Brasil (Funai), Procuradoria e Xikrin (Karangré, Bepkaroti, Beptum e vários outros)
- Entrevista Lady e Zeca Gavião / APITO

06/09: Marabá – Cateté:

- Dia todo dedicado ao deslocamento

07/09: Cateté:

- Festa de 7 de setembro
- Reunião geral no ngòbe

08/09: Cateté:

- Reunião geral no ngòbe
- Festa (tarde e noite)

09/09: Cateté:

- Reunião geral no ngòbe
- Entrevista a Alberto (chefe de posto da Funai)

10/09: Cateté:

- Conversa Bel
- Entrevista Max Roncoletta (Projeto Manejo)
- Entrevista Rosa e Marialva (professoras)
- Reunião no ngòbe para aprofundar explicações sobre o levantamento / diagnóstico

11/09: Djudjekô:

- Reunião no ngòbe para explicar sobre o levantamento / diagnóstico
- Entrevista com Ivonete (técnica em enfermagem)
- Entrevista com Ivone e Cláudia (professoras)
- Entrevista com Ivan (Chefe de Posto da Funai)

12/09: Carajás:

- Visita à Chácara e contato inicial com Roiri
- Contato com Rosan para confirmação de entrevista

13/09: Carajás:

- Entrevista à Yuri (Hospital Yutaka Takeda) e visita geral ao Hospital
- Entrevista Rosan

14/09: Carajás – Marabá:

- Visita à Chácara Xikrin em Carajás
- Deslocamento para Marabá

15/09: Marabá:

- Processamento de documentos e entrevistas

16/09: Marabá:

- Processamento de documentos e entrevistas
- Entrevista a Félix Miranda (presidente da ACIM)
- Continuação de entrevista Lady (APITO)

17/09: Marabá:

- Entrevista Jucirene / ABN
- Processamento de documentos e entrevistas

18/09: Marabá:

- Redação de diagnóstico preliminar da questão da saúde Xikrin e envio para comentários

19/09: Marabá:

- Entrevista Liduina (auxiliar de enfermagem do Cateté)
- Conversa Lady APITO
- Entrevista Jucirene / ABN
- Conversa com os Xikrin presentes na cidade: Beptum, Karangré, etc.
- Entrevista com D. Maria (chefe do departamento de educação / Funai)

20/09: Marabá – São Luís:

- Visita à Casa do Índio / Funai
- Deslocamento a São Luís

21 e 22/09: São Luís:

23/09: São Luís:

- Redação diagnóstico da situação da ABN e envio para comentários

24/09: São Luís:

- Entrevista Raimundo Júnior e Venâncio (CVRD)

25/09: São Luís - Belém:

- Redação do diagnóstico da situação da gestão do Convênio CVRD / Xikrin e envio comentários
- Complementação entrevista com Venâncio (CVRD)
- Deslocamento para Belém

26/09: Belém:

- Processamento de documentos e entrevistas e redação

27/09: Belém:

- Entrevista Romélia e Moisés (SEDUC)
- Processamento de documentos e entrevistas e redação

28/09: Belém – Macapá

29/09: Macapá:

30/09 a 06/10: Macapá:

- Processamento de documentos, entrevistas, redação de diagnóstico e envio para comentários

07 a 10/10: Macapá

- Interrupção dos trabalhos, a espera de envio de todos os comentários

11 a 19/10: Macapá:

- Processamento de documentos, entrevistas, redação de diagnóstico e envio para comentários e Redação Final do Relatório